

Função Pública para amanhã

Depois da grande adesão à greve de 25 de Janeiro, os trabalhadores da administração pública voltam a paralisar amanhã. Hoje e amanhã estão também em greve os carteiros, enquanto decorrem lutas noutros sectores e a CGTP prepara a manifestação nacional do próximo dia 26

Págs. 8, 9 e centrais

Nota da Comissão Política

PCP condena vigorosamente este «aumento» de salário mínimo

Pág. 3

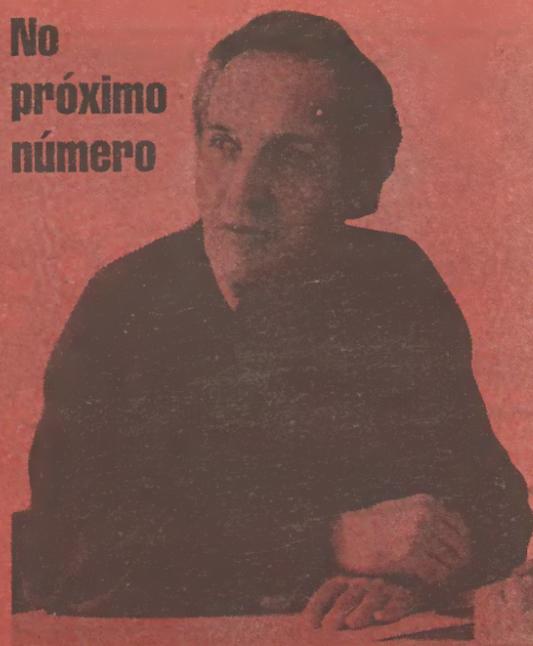
O «Avante!» completa, no próximo dia 15 de Fevereiro, 63 anos. Marcando mais este aniversário do nosso jornal, está na rua, com cartazes e «spot» de rádio, uma campanha de promoção, ao mesmo tempo que continua a campanha de assinaturas. Coincidindo com o aniversário, o «Avante!» procede a uma pequena remodelação nas suas páginas, que os leitores poderão apreciar a partir do próximo número. Estas medidas são favoráveis, assim o cremos, à ampliação das encomendas e das vendas do nosso jornal - sobretudo nas organizações do Partido - e ao aumento da sua difusão, leitura e influência.

Há MAIS razões para ler o



À 5ª feira nas Bancas - o grande jornal de Esquerda

No próximo número



Entrevista com Carlos Carvalhas

PC da Boémia e Morávia

Comunistas contra a crise

• Entrevista

Págs. 24 e 25

Que perspectivas para as Pescas Nacionais?

• Artigo de

Carlos Luís Figueira

Pág. 18

Parlamento Europeu hoje

Os seus poderes e a acção dos comunistas

Págs. 22 e 23

EDITORIAL

O "sonho" e a prepotência na entrevista de Cavaco Silva

2



Deputados do PCP no PE num colóquio em Lisboa

RESUMO

2
Quarta-feira

O ex-secretário de Estado da Administração da Saúde, Costa Freire, escolhe o dia em que Leonor Beza produz uma declaração política no hemicíclio sobre o «caso da Saúde», para tentar um contacto com os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República. ■ Para participar na inauguração da XII Expolangues, em Paris, parte para a capital francesa o Presidente da República, Mário Soares. ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, em visita oficial a Lisboa para conversações de âmbito bilateral, manifesta as preocupações do seu Governo quanto à violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste. ■ Num relatório hoje tomado público, o Departamento de Estado norte-americano condena o Governo português pela existência de trabalho infantil em Portugal e, ainda, pela detecção de «vestígios» de violência policial. ■ O líder do Sinn Féin, Gerry Adams, de visita aos EUA, faz várias intervenções públicas em que defende a posição dos republicanos irlandeses no conflito da Irlanda do Norte. ■ Rafael Caldera, de 78 anos, toma posse como novo Presidente da República da Venezuela.

3
Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova um aumento do salário mínimo nacional de 47 400 para 49 300 escudos, aumento imediatamente contestado pelas centrais sindicais. ■ A FENPROF admite que a actual greve dos professores às horas extraordinárias seja prolongada até ao final do ano lectivo. ■ Começa a ser discutida na Comissão dos Direitos Humanos da ONU a situação em Timor-Leste, tendo o representante diplomático português defendido o direito à autodeterminação do povo timorense. ■ O vice-ministro da Defesa georgiano é morto pela explosão de uma bomba que atinge a sua residência particular. ■ O presidente Frederik de Klerk admite que a Constituição provisória sul-africana possa ser sujeita a emendas que permitam a participação de partidos «conservadores» nas eleições. ■ A Força de Protecção das Nações Unidas para a ex-Jugoslávia afirma estar disposta a recorrer à força contra as posições sérvias que controlam os pontos de passagem entre Sarajevo e a Bósnia central. ■ O Governo britânico apresenta uma nova proposta para quebrar o impasse das últimas semanas no «processo de paz» para a Irlanda do Norte.

4
Sexta-feira

Na moção de estratégia para a próxima Convenção Nacional do PS, que António Guterres divulga em conferência de imprensa à comunicação social, a expressão «maioria absoluta» é substituída pela expressão «uma nova maioria» para Portugal. ■ Alegando «excesso de exposição», o deputado do PSD Pacheco Pereira admite o abandono da sua colaboração permanente no programa «Terça à Noite», da SIC, a partir de Março. ■ Segundo notícia a agência Lusa, o primeiro-ministro de Israel, Itzhak Rabin, estará em Lisboa nos dias 23 e 24 de Fevereiro na sua primeira visita oficial a Portugal. ■ Nelson Mandela, Presidente do ANC, admite que o seu movimento poderá aceitar a existência de dois boletins de voto (um para as eleições nacionais e outro para as eleições regionais) se isso contribuir para a participação naquele acto eleitoral do bloco conservador formado pela extrema-direita branca e pelo Partido Inkatha.

5
Sábado

Realiza-se em Lisboa o colóquio «O Parlamento Europeu Hoje - os seus poderes - acção dos deputados comunistas», organizado pelos deputados do PCP no PE. ■ No encerramento do 4º Congresso da União de Sindicatos do Porto, o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, critica o aumento do salário mínimo nacional em 63 escudos diários considerando-o «um escândalo». ■ O principal mercado da capital da Bósnia-Herzegovina é atingido pelo disparo de um obus que causa mais de sessenta mortos e centenas de feridos, num acção rejeitada pelas principais forças intervenientes no conflito. ■ Uma sondagem publicada durante o Congresso da Frente Nacional francesa indica a quebra de popularidade da extrema-direita naquele país. ■ Cerca de vinte pessoas são mortas durante um ataque de militares haitianos a uma casa onde estavam reunidos activistas pró-democracia.

6
Domingo

O enviado do secretário-geral da ONU, Yasushi Akashi, anuncia, em Sarajevo, o fracasso da tentativa de mediação relacionada com o atentado a um mercado da capital bósnia. ■ Segundo fonte militar de Luanda, as forças governamentais controlam cerca de 80 por cento da cidade do Cufo. ■ Pela terceira vez, é adiado pela NASA o lançamento de um satélite experimental a partir da plataforma do vaivém espacial Discovery. ■ O candidato social-democrata à presidência da Finlândia vence as primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal realizadas naquele país.

7
Segunda-feira

Durante uma emissão especial transmitida pela RDP 1, o bispo de Bragança, D. António José Rafael, defende a realização de uma greve geral para exigir o «congelamento dos salários» e o «aumento do salário mínimo nacional». ■ Em comunicado tomado público, a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais surge-se quanto ao facto de ainda se encontrar por concluir, passados 10 meses das primeiras ocorrências, o relatório das autópsias realizadas pelo Instituto de Medicina Legal a propósito do caso dos hemodialisados de Évora. ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia exigem o levantamento do cerco a Sarajevo, admitindo vir a tomar decisões sobre eventuais acções de força no quadro da NATO. ■ Segundo o «Washington Post», os EUA estão a avisar reservistas de que serão possivelmente convocados para exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul.

8
Terça-feira

Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, é reeleito por unanimidade presidente da Área Metropolitana de Lisboa. ■ António Guterres apresenta em Guimarães o programa social do PS para o Vale do Ave. ■ O antigo presidente da Câmara de Sintra, Rui Silva, é acusado por uma empresa de construção civil de exigir «contrapartidas» pela aprovação de um projecto; a PJ está a investigar o assunto. ■ É aprovado em Estrasburgo o Quadro Comunitário de Apoio a Portugal. ■ A Amnistia Internacional divulga um relatório sobre os 25 anos da luta armada na Irlanda do Norte em que acusa o governo britânico de negligência na protecção da população católica. ■ O governo japonês apresenta o seu novo programa de relançamento da economia, que tem por base uma forte redução da carga fiscal.

Na entrevista que concedeu à TVI, na passada terça-feira, à falta de ideias minimamente consistentes para perspetivar o futuro do país, Cavaco Silva voltou a falar do seu «sonho para Portugal».

É caso para dizer que esta referência ao «sonho» explica a completa desconformação entre o país das maravilhas de que fala o Primeiro-Ministro e a dura realidade com que a grande maioria dos portugueses se confronta no dia-a-dia.

A invocação do «sonho» faz parte, além disso, do discurso demagógico com que pretende fazer passar uma cruel política de classe, que acentua deliberadamente as desigualdades sociais, protegendo o capital e os seus lucros e flagelando a população laboriosa com novos e crescentes sacrifícios.

A entrevista onde Cavaco Silva, perante perguntas em geral pouco acutilantes, adoptou o tom teatral e propagandístico que tem vindo a cultivar, é um repositório de propósitos prepotentes, salpicado de grandes e pequenas mentiras e de algumas esquivas naquelas matérias onde até a mentira se torna difícil, como é caso da presente situação de crise económica em que o país está mergulhado.

Grande mentira (e com um alcance que tem que ver com a própria soberania nacional) é aquela de querer apresentar a União Europeia como «uma associação de Estados soberanos».

Há que dizer que é uma fraca resposta à grave acusação feita por Carlos Carvalhas, no passado sábado, quando afirmou: «Aqueles que aprovaram Maastricht têm pesadas responsabilidades numa 'construção europeia' que mutila soberanias, que procura institucionalizar uma espécie de directório de grandes potências, que reforça os poderes da burocracia de Bruxelas e que estimula a ofensiva de uma amplitude sem precedentes contra os salários, os direitos dos trabalhadores, as condições de trabalho e a protecção social».

O prosseguimento desta ofensiva anti-social, no nosso país, avulta entre os propósitos prepotentes da entrevista.

Ao pretender estabelecer mais uma vez uma relação de causa e efeito entre a «moderação salarial» e o «combate ao desemprego», Cavaco Silva está a usar um dos

mais pífidos ataques aos trabalhadores.

Já se sabe que a chamada «moderação salarial» significa a redução dos salários reais, com brutalidade, como o Governo pretende impor na Administração Pública e nas empresas públicas e como já impôs em relação ao salário mínimo nacional, abrindo caminho e dando cobertura a decisões semelhantes do patronato.

Em relação ao desemprego, Cavaco Silva ficou em silêncio quando um dos jornalistas o confrontou com a previsão do seu sério agravamento no decorrer do ano em curso.

Isto é, ao contrário das balelas justificativas, aquilo a que a política do Governo conduz é a menos salários e a mais desemprego e por estas duas vias à redução da participação do trabalho no rendimento nacional. É uma das suas

A invocação do «sonho» faz parte, além disso, do discurso demagógico com que pretende fazer passar uma cruel política de classe, que acentua deliberadamente as desigualdades sociais, protegendo o capital e os seus lucros e flagelando a população laboriosa com novos e crescentes sacrifícios.

estratégias para forçar à acumulação capitalista.

São verdadeiras lágrimas de crocodilo aquelas que o Primeiro-Ministro chorou, mais uma vez, a propósito do malogro do chamado acordo de concertação social. O que o Governo está a fazer é essencialmente aplicar de forma prepotente as orientações que queria impor através do acordo. Por isso mesmo, é que não há nada mais esclarecedor do que a presente actuação do Governo na área laboral, para pôr em evidência a razão que assistiu aos sindicatos para recusarem a assinatura do acordo. É verdade que o Governo está a aplicar as injustas orientações nele contidas, mas está a fazê-lo, ao contrário do que pretendia, enfrentando a resistência e a luta dos sindicatos e dos trabalhadores.

Também no plano político a entrevista é bastante reveladora dos prepotentes propósitos governamentais.

Tal como se previa, a nova lei de financiamento dos partidos vai ser usada como o grande chapéu para dar cobertura aos até agora criminosos financiamentos do PSD por grandes empresas capitalistas e a casos implicados no escândalo de facturas falsas. Cavaco Silva deu o exemplo ao responder com ela às revelações vindas a público sobre cheques recebidos na sede de Aveiro do partido do Governo.

Anote-se também que a propósito de fenómenos de corrupção, o Primeiro-Ministro voltou a dizer que «ninguém está acima da lei». No entanto, a avaliar pelos elogios que prodigalizou a Leonor Beza e pela severidade com que tratou o «ajudante» desta, Costa Freire, bem se pode dizer que para ele há uns que estão mais acima da lei do que outros e que «a lei obriga a todos», mas com diferenças...

Por exemplo, é surpreendente a forma como o Primeiro-Ministro, com as responsabilidades que lhe cabem, tenha tentado contornar o império da lei no caso do Banco Totta e como se manifesta desinformado em relação a um escândalo que se arrasta há muito numa instituição bancária onde há um administrador por parte do Estado, além de existência de diversas instâncias oficiais a quem cabe a fiscalização da actividade bancária.

No domínio político, a mais inquietante revelação foi, no entanto a pista dada sobre o programa do PSD para a revisão da Constituição. Na verdade, a par das evasivas em relação aos poderes do Presidente da República e outras matérias, Cavaco Silva adiantou já objectivos muito concretos em matéria eleitoral. Reafirmou coisas conhecidas da propaganda do PSD, como o voto dos emigrantes para a eleição do Presidente da República, a facilitação de maiorias nas eleições autárquicas, as listas de cidadãos para as Câmaras Municipais, mas trouxe a novidade de preconizar, pela primeira vez abertamente, operações de engenharia na configuração dos círculos eleitorais para a Assembleia da República que permitam a obtenção da maioria absoluta com apenas 39 por cento da votação.

É mais uma vez a confissão de falta de confiança no comportamento eleitoral do PSD nas próximas legislativas.

Claro que Cavaco Silva alega tratar-se de «facilitar a governabilidade» do país. O seu objectivo é outro, porém. Pretende baixar a fasquia da maioria, convencido que ainda é o que tem melhores condições para saltar e assim perpetuar o PSD no poder.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7º-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praça Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA
50 números: 13 300\$00

EUROPA
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

PCP condena vigorosamente este "aumento" de salário mínimo

Reunida na passada segunda-feira, a Comissão Política do PCP apreciou as questões políticas da actualidade, centrando a sua análise na grave situação social e nos dramáticos problemas que muitos trabalhadores e reformados enfrentam resultantes da política do Governo. No dia seguinte, em conferência de imprensa, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, acompanhado de Paula Henriques, do Comité Central, apresentou à comunicação social as conclusões da reunião:

O Executivo de Cavaco Silva quer fazer pagar às classes trabalhadoras, designadamente ao nível dos seus salários, do emprego e dos seus direitos individuais e colectivos, toda a factura das suas opções políticas, económicas e sociais, viradas para a reconstituição, centralização e acumulação do grande capital nacional e estrangeiro.

As suas medidas e objectivos anti-sociais mais recentes visam acentuar mais o desequilíbrio do papel do Estado na distribuição do rendimento nacional, privilegiando os mais fortes e empobrecendo os mais desfavorecidos.

A Comissão Política do PCP condena vigorosamente o mais recente e acabado exemplo destas opções do Governo, expresso no aumento do salário mínimo nacional (SMN) em apenas 4%, agravando ainda mais as condições de vida e o poder de compra de cerca de 200 mil famílias portuguesas.

Com esta medida o Governo do PSD renega as suas promessas eleitorais quando, pela voz do 1º Ministro garantiu que faria crescer o salário mínimo nacional acima dos salários médios, rejeita o princípio constitucional que garante ao salário mínimo nacional a devida revalorização face ao aumento do custo de vida, acentua as desigualdades sociais na sociedade portuguesa.

A Comissão Política considera que a luta por uma nova revalorização do SMN, ainda a proceder neste ano, deve constituir uma justa e permanente reivindicação dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

A Comissão Política renova as críticas do PCP em relação às linhas fundamentais da política de saúde, de orientação neoliberal e mercantilista, ontem publicitadas pelo Ministro da Saúde a um matutino de Lisboa. Insistindo numa linha de desresponsabilização do Estado pela garantia do direito à saúde da população portuguesa quando Portugal é o país da Comunidade Europeia que menos gasta, proporcionalmente, com a saúde ao mesmo tempo que os portugueses são os que comparativamente suportam, a nível individual, uma proporção mais elevada das despesas da saúde; pretendendo de facto impor à maioria da população o pagamento da prestação de cuidados de saúde, nomeadamente internamentos, cirurgias, consultas e elementos de diagnóstico; repisando os falaciosos propósitos de promoção da "justiça social", quando o verdadeiro objectivo é o de impor, aos trabalhadores e às classes médias, um imposto suplementar ou o pagamento de caros seguros privados, a adicionar à pesadíssima carga fiscal que já suportam; o Ministro da Saúde aparece de facto a assumir em toda a sua extensão o projecto neoliberal de liquidação do Serviço Nacional de Saúde e de criação em sua substituição, de um sistema residual de saúde, destinado aos "pobres", sem qualidade e com um nível baixo de outras prestações sociais como medicamentos e próteses.

Suscita à Comissão Política do PCP uma particular observação crítica a afirmação do Ministro da Saúde de que "a Constituição não é nenhum talismã a que (ele) tenha de, reverencialmente, (se) curvar sem poder mudar", quando de facto nem ele, nem o Governo, a podem mudar - antes lhe devem rigoroso respeito - nem o seu partido sozinho dispõe de votos bastantes na Assembleia da República para introduzir, em próximo período de revisão, qualquer alteração à Lei Fundamental do País. É recusada frontalmente a "interpretação" que o Ministro da Saúde afirma fazer dos princípios da universalidade e do carácter tendencialmente gratuito do Serviço Nacional de Saúde inscritos na Constituição, e que no seu entendimento permitiria pôr os trabalhadores a pagar mais do seu bolso pelos cuidados de saúde, para além do que já pagam em impostos, taxas moderadoras e outras participações.

É neste contexto que a concordância manifestada em relação às linhas fundamentais da política de Saúde do Governo por um partido com as responsabilidades demo-

cráticas do PS - expressa na entrevista a um semanário do porta-voz do PS para a área da saúde, que invoca aliás o apoio do Secretário-Geral deste partido - além da legítima perplexidade que suscita não pode deixar também de merecer a nossa observação crítica.

A Comissão Política do PCP salienta que a concretização do direito à saúde dos portugueses não constitui uma utopia ou um objectivo socialmente ultrapassado, antes pelo contrário representa um importante e prioritário objectivo nacional. É nesse sentido, aliás, que o PCP, a par do apelo à intensificação da resistência contra a política do Governo, sublinha a necessidade da definição e da concretização de uma nova política de saúde, de orientação democrática, para o País. E que apresentou recentemente ao país uma detalhada proposta de Reforma Democrática dos Serviços de Saúde, como contributo para um alargado debate nacional centrado na análise da situação do sistema de saúde e na política necessária para a sua alteração.

A Comissão Política do PCP reafirma as suas preocupações e o seu alerta face às orientações e posições do Governo quanto ao direito de contratação e aos salários.



O Governo do PSD quer dar ao patronato a força do exemplo, bloqueando os processos negociais em curso, apresentando por sua iniciativa, ou recorrendo às administrações que tutela, contrapropostas de redução de salário e de direitos, algumas delas com carácter provocatório.

A proposta do Governo para a Administração Central Regional e Local é inaceitável. Ao querer impor uma tabela salarial praticamente igual à de 1993, o Governo pretende de facto, uma redução drástica dos salários dos trabalhadores da Administração Pública se se considerar a perda do poder de compra verificado já no ano passado, o aumento do desconto para a Segurança Social e o nível de inflação previsível para 1994.

O PCP sublinha o facto desta proposta do Governo envolver apenas a utilização de menos de metade da provisão aprovada no Orçamento de Estado. Isto só por si desmonta a demagogia do Primeiro-Ministro e mostra que a provisão do Governo na dotação do Orçamento poderia ir para o dobro do agora proposto.

Desafiamos o Governo a que diga preto no branco qual a provisão que tem no Orçamento para a Administração Pública e qual a justificação para passar a factura da sua política para esses trabalhadores. Aliás um governo que teve como um dos primeiros actos orçamentais a entrega de mais 45 milhões de contos aos Mellos a pretexto de um decreto de Salazar, não tem qualquer justificação ética e moral para vir dizer que a sua proposta para a Função Pública representa 75 milhões de contos! O PCP exige uma actualização condigna dos vencimentos na Administração Pública e o fim da chantagem sobre os trabalhadores que representa a Lei dos Disponíveis.

E para além de tentar reduzir os salários na Administração Pública o Governo nada disse e nada propôs também quanto à escandalosa situação em que se encontram milhares de trabalhadores com vínculo precário - a contrato ou a recibo verde.

A Comissão Política do PCP saúda a magnífica res-

posta dos trabalhadores da Administração Central Regional e Local expressa na adesão à greve de 25 de Janeiro e a sua decisão de continuar a luta no próximo dia 11.

No sector dos Transportes as administrações tuteladas pelo Executivo de Cavaco Silva assumem um comportamento e propostas de confronto, particularmente na Carris, onde após a poderosa greve de 25 de Janeiro, dirigentes sindicais são visados com processos disciplinares e ameaçados de despedimento.

A proporem aumento zero na Carris, Transtejo, TAP e a nem sequer apresentam contraproposta na CP e nas empresas desmembradas do Sector Ferroviário, o Governo assume todas as responsabilidades pelos conflitos, já que pretende uma redução brutal dos salários dos trabalhadores dos transportes e viola o direito de contratação e a liberdade de negociação.

A greve de grande dimensão e adesão realizada pelos trabalhadores da Carris, o grau de convergência e unidade na acção que se verificou constitui um exemplo a prosseguir e a alargar a outras empresas como condição indispensável para a defesa dos salários e dos direitos contra o bloqueamento de contratação.

A Comissão Política considera que o Governo está a dar cobertura, a dar alento e o exemplo ao grande patronato, que nos processos negociais se comporta de forma arrogante e bloqueadora, quase se limitando a rerepresentar as propostas do fracassado Acordo Social, designadamente a flexibilização dos horários e a polivalência e propor a eliminação do clauseado que consagra os direitos e regalias nos contratos colectivos. Direitos e regalias que são património da luta de muitas gerações de trabalhadores.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para a hipocrisia do Primeiro-Ministro quando ontem na TVI, tentou sustentar que as intoleráveis propostas, actualmente por si apresen-

tadas ou pelo patronato, seriam consequência da falta do acordo das Confederações Sindicais em sede da Concertação Social.

Os trabalhadores portugueses não estão perante as sequelas da falta de Acordo.

Estão antes a ser confrontados em cada empresa concreta e em cada sector concreto, com a essência, o conteúdo e os objectivos do Acordo proposto pelo Governo que necessitava de envolver, comprometer e responsabilizar as Centrais Sindicais nos seus efeitos nefastos, e evitar o protesto, a resistência e a luta dos trabalhadores.

O PCP reafirma a importância e o carácter determinante do desenvolvimento da luta social e a sua elevação qualitativa a partir da defesa dos direitos dos trabalhadores, dos postos de trabalho e dos salários, pela valorização e defesa da função social do salário mínimo, contra o bloqueamento da contratação colectiva.

A luta dos trabalhadores da Administração Central Regional e Local já marcada para o próximo dia 11, a greve anunciada dos carteiros, os esforços para a convergência na acção e na luta no sector dos Transportes, a luta do sector da Metalurgia e Metalomecânica e Minas marcada para o final do mês de Fevereiro, revelam não só a necessidade mas as reais possibilidades de dar uma nova e mais abrangente dimensão à luta contra a política do Governo e aos objectivos de intensificação de exploração por parte do patronato.

A Comissão Política do PCP apela a todos os militantes e simpatizantes do Partido, aos trabalhadores que estão ameaçados nos seus direitos e nos seus salários, para que participem activamente na mobilização e integrem a manifestação nacional descentralizada de 26 de Fevereiro, convocada pela CGTP-Intersindical Nacional transformando-a numa grande expressão de descontentamento, de protesto e de luta nacional como mais um passo em frente para suste e derrotar os objectivos anti-sociais do governo do PSD.

PCP

SALÁRIO MÍNIMO EM QUEDA

Em comunicado do Gabinete de Imprensa, o PCP protesta «vigorosamente» contra a decisão tomada na passada semana pelo Conselho de Ministros de aumentar em apenas 4 por cento o salário mínimo nacional.

O PCP considera que «é, a todos títulos, vergonhoso que, mesmo em relação a trabalhadores com tão baixos salários e desprotegidos do ponto de vista contratual, o Governo não hesite em determinar um aumento nominal que, sendo inferior à taxa de inflação verificada em 1993 e à prevista para 1994, representa indiscutivelmente uma real redução do salário mínimo nacional e uma significativa perda do respectivo poder de compra.

«Constituindo assim um novo e eloquente testemunho de uma escandalosa insensibilidade social e de uma política prioritariamente obcecada pelo propósito de diminuir os rendimentos e agravar as condições de vida de quem trabalha, esta injusta decisão do Conselho de Ministros confirma, por outro lado, a enorme importância de um firme prosseguimento e intensificação da luta unida dos trabalhadores e de todas as camadas da população cujos interesses e aspirações estão sendo profundamente agredidos pela política do Governo PSD/Cavaco Silva».

EXPO'98 CAUSA INCERTEZA

Residentes e trabalhadores na área de intervenção da Expo'98 decidiram manifestar, num abaixo-assinado, a sua «inquietação pela forma como todo o processo está a ser conduzido».

Os signatários queixam-se de falta de informação por parte dos serviços do Parque Expo'98, SA e afirmam que «as assistentes sociais fazem questionários mais que pormenorizados ao ponto de saberem se as pessoas têm ou não electrodomésticos até mesmo rendimentos».

Segundo o texto posto a circular, a delegação da Expo'98 está a chamar «gente idosa que sai atemorizada sem saber para onde vão morar ou com indemnizações que só darão para a compra de uma barraca. Aos comerciantes estão-lhes a dar prazos curtos e intimidatórios de saída».

O abaixo-assinado, dirigido ao Comissário Cardoso e Cunha, exige clareza, transparência, honestidade e diálogo» reconhecendo por outro lado que a Expo'98 «trará para a região desenvolvimento e progresso».

PS PROSSEGUE CAMPANHA

Uma nota do Executivo da DORL do PCP considera que o PS está a «colaborar activamente na ilibação e branqueamento de responsabilidades que por inteiro cabem ao Governo». A crítica surge na sequência da deslocação promovida pelos socialistas na passada semana a dois concelhos urbanos do distrito de Lisboa, em réplica à efectuada recentemente pelo grupo Parlamentar do PSD.

Segundo a DORL, «a opção por concentrar em dois municípios geridos pela CDU (Loures e Amadora) o centro da sua iniciativa e as declarações tomadas públicas dos seus principais deputados - onde se incluem os dois recém-derrotados candidatos autárquicos a estes concelhos - demonstram a insistência do PS numa deliberada e desonesta campanha tendente a empurrar seleccionadamente o ónus de dramas e chagas sociais para determinadas autarquias. Trata-se de uma nova e reprovável manobra tendente a iludir responsabilidades e a manipular a opinião pública».

COIMBRA PERDE

Em conferência de imprensa promovida, segunda-feira, pela Comissão Concelhia de Coimbra, o PCP condenou a decisão do Presidente de Câmara eleito pelo PS, de não atribuir qualquer pelouro ao vereador da CDU, Santos Cardoso.

Os comunistas acusam o autarca socialista de revelar «o mais cego sectarismo partidário» e consideram que «Coimbra e os seus habitantes acabam de perder, por iniciativa do PS, um vereador honesto e competente que legou ao concelho uma obra importante e pioneira na gestão municipal.

Por outro lado, a Comissão Concelhia sublinha que «o facto de a CDU não dispor de qualquer pelouro na Câmara Municipal de Coimbra, não nos impedirá de prosseguirmos o nosso trabalho nos órgãos municipais, de contribuirmos com a nossa experiência para a resolução dos problemas das populações».

DORCB REUNIU

A Direcção Regional de Castelo Branco do PCP reuniu recentemente para analisar a situação no distrito, salientando em particular a luta dos trabalhadores da Administração Pública, a forte adesão à greve de 25 de Janeiro no sector dos lanifícios e a paralisação das fábricas de vestuário, ocorrida em 28 mês passado.

A DORCB condena os novos valores do salário mínimo nacional «que abrange milhares de trabalhadores no distrito e serve de base aos valores do subsídio de desemprego».

Também recentemente reuniu a Comissão Concelhia do Seixal que fez o balanço dos resultados das eleições para os órgãos das autarquias locais, traçou as direcções de trabalho para 1994 e apreciou a situação política e social.

Os comunistas realçaram a vitória esmagadora da CDU no concelho, sublinhando que foram propostos pelouros a todos os vereadores, embora os eleitos do PS e do PSD os tenham recusado.

A Comissão Concelhia, que delineou um conjunto de iniciativas a realizar este ano, chama a atenção para a situação na Siderurgia Nacional considerando que o plano de reestruturação da SN visa «a destruição da empresa atirando mais trabalhadores para o desemprego».



Os deputados do PSD fugiram das populações que sofrem a crise no Vale do Ave

PSD no Vale do Ave ignora crise

A visita de alguns ministros e deputados do PSD ao Vale do Ave não passou de mais uma «campanha propagandística do Governo», considera uma nota do Executivo da DORBraga, qualificando esta iniciativa como uma «excursão» e uma «ofensa aos trabalhadores».

A DORBraga afirma que a visita, realizada na passada semana, não pretendeu ver os reais e gravíssimos problemas da região, preferindo passar por «algumas unidades que restam no deserto industrial, em que a política de Mira Amaral e Cavaco Silva estão a transformar o distrito.

Perante esta farsa, o PCP lamenta que «a Associação dos Municípios do Vale do Ave, maioritariamente socialista e o seu presidente, Agostinho Fernandes, se tenham associado a esta operação, dando, em troca de um fastoso jantar num hotel de Guimarães, cobertura à demagogia dos governantes e deputados do PSD».

Por outro lado, «o optimismo de ministros e deputados ao deixar a Região não tem qualquer correspondência com as expectativas, preocupações e dores de cabeça dos trabalhadores, pequenos e médios comerciantes e outros empresários», conclui a DORBraga, recordando «o encerramento de numerosas empresas e o estado de pré-falência de muitas outras; o desemprego de milhares de trabalhadores; o emprego precário e sem direitos; os baixíssimos salários, a exploração do trabalho infantil, o insucesso e o absentismo escolares, o crescimento dos índices de delinquência e marginalidade», entre outras chagas do distrito.

Esta visita do PSD foi ainda objecto de uma intervenção de Adão Mendes, eleito da CDU na AM de Guimarães, que afirmou sentir-se «ofendido» com a visita e com as afirmações feitas pelos «ilustres visitantes» (ver caixa).

Para aquele autarca da CDU (cuja intervenção os eleitos do PS e do PSD tentaram impedir por todos os meios), «mais uma vez o Governo procurou esconder os problemas com que a bacia do Ave se defronta e, face às pressões das forças vivas da região, passaram a encher a boca com programas e mais programas, projectos e mais

projectos, apoios e mais apoios, milhões e mais milhões, mas, afinal, a situação evoluiu para pior e a prova são os mais 15 mil trabalhadores a receber subsídios do desemprego e ainda as muitas empresas a quem Mira Amaral já traçou o destino - a falência».

Professores comunistas

O organismo dos professores comunistas da DORBraga esteve recentemente reunido para analisar a actual política de Educação do Governo. O comunicado divulgado assinala que «as lutas dos estudantes do Ensino Superior contra o regime de propinas, brutal e selectivo, a greve às horas extraordinárias dos pro-

fessores desde Novembro, a greve dos alunos das Escolas Secundárias Alberto Sampaio e D. Maria II, em Braga, e a adesão das Associações de Pais, que reclamam do Ministério a solução do problema que o opõe aos professores, a luta dos pais e órgãos autárquicos, como em Outiz, Vila Nova de Famalicão, contra o encerramento de uma escola pré-primária e os protestos das Associações de Pais pela falta de pessoal auxiliar e de segurança nas escolas, a própria insatisfação dos Conselhos Directivos das escolas, forçados a conter as despesas pelas restrições de verbas ditas pelos departamentos financeiros do Ministério da Educação, constituem um todo nesta onda geral e crescente de denúncia e protesto».

Viana do Alentejo PS deixa Câmara endividada

A CDU foi encontrar a Câmara de Viana do Alentejo «desarticulada, sem qualquer estrutura orgânica, com os seus armazéns vazios e com uma pesada dívida».

A revelação foi feita no passado domingo durante um encontro de eleitos e activistas da CDU, que contou com a presença de Raimundo Cabral, responsável da DOREV do PCP.

Segundo foi afirmado, o Partido Socialista que presidiu aos destinos da autarquia nos últimos quatro anos não só deixou a Câmara em má situação como, através da sua vereadora, não quis assumir responsabilidades, recusando-se a aceitar pelouros no actual executivo de maioria CDU.

Nos primeiros 30 dias, os eleitos CDU realizaram já um plenário com todos os trabalhadores da autarquia e definiram os dias em que os eleitos estarão disponíveis para

atender os munícipes, hábito que não havia na anterior vereação.

Além destas primeiras medidas, os eleitos, ao mesmo tempo que tentam reconstituir o gabinete técnico da edilidade, deram já início a algumas obras, pretendendo avançar a curto prazo com outras iniciativas, de forma a dar cumprimento ao programa apresentado à população.

Os eleitos e activistas presentes aprovaram ainda a constituição de uma comissão coordenadora da CDU do concelho que passará a reunir mensalmente.

O abandono da agricultura, o aumento do desemprego e a contínua degradação do Centro de Saúde, «o pior do distrito de Évora», foram outras preocupações manifestadas na reunião que não hesitou em condenar a política do PSD nestas áreas que ultrapassam claramente as competências do Poder Local.

CAMARADAS FALECIDOS

ARMINDA SOARES

Faleceu recentemente a camarada Arminda dos Santos Soares, de 76 anos de idade, natural de Beringel, no concelho de Beja, e desde há muito radicada em Santarém.

Membro do Partido desde a década de 30, desempenhou um papel activo na luta antifascista, nomeadamente na solidariedade e na luta em defesa dos presos políticos. Era irmã do camarada Pedro Soares já falecido.

HERCULANO DE SOUSA

Faleceu recentemente, vítima de trombose, Herculano Roque de Sousa, natural de

Sandomil e residente em S. Pedro, no concelho de Arganil. Militava na Organização concelhia de Arganil desde 1975.

JOSÉ DUARTE

Faleceu no passado dia 1 de Janeiro, o camarada José Duarte, de 86 anos de idade. Militante comunista desde 1935, esteve preso em Caxias entre 1955 e 1957, e estava organizado na Freguesia da Lapa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

As frases da visita

«As empresas que faliram deve-se à falta de capacidade empresarial, as que ainda estão bem deve-se ao governo PSD».

«No Vale do Ave não há fome porque há agricultura e o biscate».

«A empresa está boa e os trabalhadores até vão ser aumentados em 4,4% passando a ganhar 52 mil escudos».

«As contrapartidas do acordo do GATT vão ajudar a resolver a situação no Vale do Ave».

«Esta empresa está boa, o único problema é como despedir 10% dos seus 300 trabalhadores».

«Então a ETAR de Stº Tirso é dinheiro da Câmara ou é nosso?».

«Aquele e aquela faliram mas muitas mais vão falir».

«O parque industrial vai falir».

«O programa da visita é clandestino porque receamos as bandeiras negras».

«Pedi ao Governo que, por favor, olhe para os desempregados do Vale do Ave».

(Frases recolhidas durante a visita de ministros e deputados do PSD ao Vale do Ave, nos dias 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro, e citadas numa intervenção na Assembleia Municipal de Guimarães pelo eleito da CDU, Adão Mendes).

A Presidência da Junta Metropolitana de Lisboa

A propósito da Presidência da Junta Metropolitana de Lisboa, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou, na passada segunda-feira, uma nota que transcrevemos na íntegra.

No patente propósito de confundir a opinião pública e de acentuar uma imagem de grave tensão entre o PS e o PCP, o PS resolveu promover hoje uma conferência de imprensa para tentar justificar a sua ambiciosa pretensão de designar o Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, procurando atribuir ao PCP a arrogância e a hostilidade que, na verdade, explicam as propostas e pretensões do PS.

Seria inteiramente justificável que, em resposta, o PCP se limitasse a anotar como é ridículo e artificial que o PS (que não é propriamente conhecido por utilizar os seus votos e posições para eleger comunistas) pretenda condenar politicamente o PCP por, em vez de eleger um socialista, preferir eleger um comunista para Presidente da Junta Metropolitana em correspondência com a sua influência na AML e com a maioria de votos de que dispõe na Junta Metropolitana.

Entretanto, para mais completo esclarecimento da opinião pública, é ainda oportuno salientarmos o seguinte:

1. O PCP lamenta que, na sequência de insistentes iniciativas de destacados responsáveis do PS para divulgar

publicamente a pretensão do PS de ocupar a Presidência da Junta Metropolitana, se tenha verificado a indisponibilidade do dr. Jorge Sampaio para integrar a Comissão Permanente daquela Junta, assim inviabilizando a renovação da solução adoptada no anterior mandato e que se revelou politicamente equilibrada e respeitadora da importância do concelho de Lisboa no contexto da A.M.L.

2. Fica assim inteiramente claro que se trata de uma auto-exclusão em relação ao exercício de uma Vice-Presidência que é manifestamente decidida com fundamentos que são estranhos e exteriores a qualquer avaliação da experiência anterior ou a qualquer crítica ao PCP por uma orientação que, supostamente, pudesse ter conduzido a uma subalternização do concelho de Lisboa, em cuja gestão autárquica o PCP exerce aliás destacadas responsabilidades, num quadro de leal e profícua cooperação com o dr. Jorge Sampaio e os outros eleitos do PS.

3. O PCP lembra que quer as limitadas competências e meios financeiros da Área Metropolitana de Lisboa, quer a natureza essencialmente intermunicipal da res-

pectiva Junta, quer ainda o correspondente sistema de eleição do seu Presidente e da sua Comissão Permanente, consagrados na Lei 44/91, resultam da vontade do PS e do PSD e da sua oposição às propostas do PCP para a constituição de uma Área Metropolitana com mais amplas competências e cujos órgãos fossem eleitos por sufrágio directo e universal.

4. O facto de o PS, em defesa da sua pretensão de ocupar a Presidência da Junta Metropolitana, misturar argumentos relativos à importância do concelho de Lisboa com argumentos relativos à votação global por si obtida no conjunto dos municípios da AML, desvenda não apenas uma reprovável invocação de critérios conjunturais de estrita conveniência partidária mas sobretudo o desejo de, na constituição dos órgãos da AML, consagrar a linha de hegemonia socialista e de subalternização do PCP que, de forma agravada depois de 12 de Dezembro, tem sido uma constante da orientação do PS. Não pode passar em claro, por outro lado, a forma intolerável como o PS se referiu a Daniel Branco, cuja competência, capacidade de diálogo e procura de consensos, todos os que com ele trabalham, incluindo militantes e eleitos do PS, lhe reconhecem. Trata-se de uma tomada de

posição que se caracteriza por uma total deselegância, injustiça e sectarismo.

5. Com efeito, certamente que ninguém acredita que se, por absurdo, o PSD tivesse conquistado a Câmara de Lisboa e/ou tivesse sido o partido com mais votos ou mandatos na AML, o PS viesse defender que a Presidência da Junta deveria caber a Macário Correia. Como certamente ninguém acredita que se, na Área Metropolitana do Porto, o PS tivesse mais Câmaras que o PSD mas menos votos que este partido, o PS viesse oferecer a Presidência da respectiva Junta a Vieira de Carvalho ou a Valentim Loureiro.

6. Apesar de, como no anterior mandato, eleitos do PCP

exercerem a Presidência de 11 das 18 Câmaras Municipais da A.M.L., o PCP não pode ser acusado de qualquer arrogante imposição de soluções quanto à composição dos órgãos da A.M.L. exclusivamente baseada nessa grande influência. Antes terá de ser reconhecido que o PCP promoveu em 1991 e voltou a defender agora soluções de entendimento que permitissem assegurar a contribuição das principais forças políticas e dos Presidentes de importantes municípios para a eficácia de acção e o bom funcionamento dos órgãos colegiais da Área Metropolitana de Lisboa.

Recorde-se, aliás, que o PCP estaria em condições de

eleger não só o Presidente mas também os quatro Vice-Presidentes que, com ele, integram a Comissão Permanente da Junta Metropolitana. São a abertura e a vontade de trabalhar com base na procura de consensos que explicam a disponibilidade do PCP para eleger dois Vice-Presidentes do PS e um do PSD, ficando em minoria na Comissão Permanente.

Estão, entretanto, condenados ao fracasso quaisquer projectos baseados no absurdo pressuposto de que o grande dever dos eleitos comunistas seria o de elegerem candidatos do PS ou que encarem o PCP como uma força de apoio ao PS.

Indústrias encerram em Lisboa

«Dezenas de empresas metalúrgicas do distrito de Lisboa, muitas das quais com um elevado potencial tecnológico e com grande interesse para a economia nacional e para o desenvolvimento das regiões em que estão implantadas, estão a ser criminosamente abandonadas e destruídas, sob orientação política do Governo de Cavaco Silva».

Esta foi uma conclusão do Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, reunida na passada semana, que condenou a destruição do aparelho produtivo e de milhares de postos de trabalho no sector da metalurgia e da metalomecânica.

Entre outros exemplos, a DORL cita casos como a Casa Hipólito, em Torres Vedras, a FOC, em Mafra, a Sorefame/Hidrosorefame, na Amadora, e a Mague, em Alverca. São ainda referidas outras empresas como a MEC, Trefilaria, Mevil, Grupo Previdente, FNAC, Centro Técnico Hospitalar, Baptista Russo, JB Cardoso, Lisnave, Vitálica e muitas outras de menor dimensão.

A DORL lembra que «completamente destruídas e encerradas foram recentemente a Argibay, a UTIC, a EPI, a Torneraria de Metais e a Unial».

Na sequência desta «política de terra queimada» alas-

tram fenómenos como o lay-off, salários em atraso, pré-falências, fraccionamento de unidades produtivas, despedimentos individuais e colectivos e rescisões de contratos.

O Executivo da DORL considera que «é possível e urgente travar este processo e impedir que a destruição prossiga» exigindo para tal o afastamento do Governo PSD e a construção de «uma alternativa democrática, capaz de realizar uma nova política que salvaguarde os interesses económicos de Portugal e os direitos e interesses vitais dos trabalhadores».

PCP anuncia debates sobre o Porto

Reunido na passada semana, o Conselho Regional da Organização do Porto do PCP debateu e aprovou as principais linhas de actividade a desenvolver no distrito em 1994.

O Conselho concluiu que os grandes problemas que a região hoje defronta nomeadamente a desindustrialização, a quebra do investimento, a desertificação do interior, o crescimento urbano desordenado, o défice habitacional, a degradação do ambiente, assim como os efeitos da integração europeia exigem o estudo aprofundado e a elaboração cuidada de propostas e soluções.

Neste sentido, a partir deste mês, o PCP promove «um vasto conjunto de debates, encontros e seminários, abertos à participação de especialistas em diversas áreas e em diálogo com a população para, com base no trabalho efectuado, consubstanciar um grande projecto colectivo que assegure o desenvolvimento regional, o progresso e o bem-estar dos seus habitantes».

Para o próximo dia 18 do corrente está marcado um debate sobre «Centros Históricos e Reabilitação Urbana» que contará com a participação de Abílio Fernandes, Presidente da Câmara de Évora, e Rui Godinho, vereador da Câmara de Lisboa.

Outras iniciativas de debate e reflexão estão já marcadas para os meses de Março, Abril e Maio e versam sobre a Crise Industrial e o Desenvolvimento Regional (26 de Março) as Áreas Metropolitanas e a Comunidade Europeia (16 de Abril) e Segurança Social e os Direitos dos Trabalhadores e Reformados (7 de Maio).

O sector têxtil, a Administração Pública e a habitação são ainda outros temas de futuros encontros da ORP que inicia a partir de Outubro um ciclo de debates sob o título genérico «Por uma Nova Política», que se prolongará pelo ano de 1995.

O Conselho Regional decidiu ainda comemorar com várias iniciativas o aniversário do PCP, o Dia Internacional da Mulher, o 25 de Abril e o 1º de Maio.

PS opta pelo CDS

Em conferência de imprensa, a DORP do PCP fez o balanço da composição, praticamente concluída, dos órgãos autárquicos na cidade do Porto, sublinhando a participação da vereadora Ilda Figueiredo na gestão do SMAS e a responsabilidade pelo pelouro da Saúde e Sanidade.

Contudo, a DORP assinala que a CDU «mantendo a sua presença em catorze das quinze Assembleias de freguesia, viu reduzida a sua participação a apenas um dos órgãos executivos - o da Freguesia de Cedofeita. Com efeito, o PS optou, na composição dos executivos, por entendimentos com o CDS, não apenas em freguesias onde detém maioria relativa (Bonfim e Ramalde), como também em Paranhos, onde detém maioria absoluta. Com esta opção de marginalizar os eleitos comunistas, continuando a sua política de alianças preferenciais com a direita, o PS torna mais evidente a hipocrisia das acusações a esse respeito dirigidas contra o PCP, defrauda as justas expectativas da maioria do seu eleitorado e prejudica seriamente os interesses da cidade».

Quanto à Assembleia Municipal, os comunistas acusam o PS de pretender «transformar este importante e representativo órgão autárquico numa mera câmara de apoio e ressonância das deliberações camarárias». De facto o PS não só não aceitou uma proposta da CDU no sentido de se eleger uma mesa multipartidária, com presidência PS, como «impediu que se procedesse, como foi habitual em anteriores mandatos, a qualquer debate prévio relacionado com esta eleição».

Simultaneamente, os socialistas apresentaram uma proposta de alteração do regime de que se «caracteriza por procurar reduzir o espaço de debate e limitar drasticamente as possibilidades de intervenção dos partidos de oposição».

DORS conclui «Modernização» fracassa em Setúbal

«Em vez da anunciada e prometida modernização do distrito, verifica-se uma redução brutal em várias indústrias básicas da economia nacional, nomeadamente da indústria naval, química e siderúrgica, passando a apostar-se apenas na indústria automóvel, em crise mundial, enquanto continua a afundar-se a agricultura e pescas, o pequeno e médio comércio» - concluiu a DORS que esteve reunida no passado sábado.

Para a regional de Setúbal do PCP «a política do Governo acentua a desprotecção social dos cidadãos, nomeadamente nas áreas da saúde, habitação, ensino e segurança social». Por outro lado, a crise económica e social que flagela o distrito «é a mais clara demonstração do fracasso da política do Governo do PSD, que a prosseguir, destrói o presente e compromete o futuro».

Defendendo a substituição do Governo, a reunião



considerou que «o PS faz oposição de cátedra na Assembleia da República e junto da comunicação social contra o desastre da política governamental, mas na prática assume uma atitude de completa resignação, até às próximas eleições para a Assembleia da República em 1995».

No comunicado divulgado, a DORS saúda a luta dos trabalhadores, particularmente os das empresas mais

visadas pelos despedimentos (quatro mil na indústria naval, 1600 na Siderurgia Nacional, 400 nos Belos), salientando a vitória da lista unitária apoiada pela Célula do PCP nas recentes eleições para a Comissão de Trabalhadores da Lisnave.

A reunião definiu ainda as tarefas prioritárias, onde se destacam as comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril e as eleições para o Parlamento Europeu.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

No debate sobre as atribuições da AACS surge o alerta: Concentração põe em causa pluralismo

As condições em que se desenvolve no nosso país a garantia do exercício do direito à informação e da liberdade de imprensa, bem como da independência dos órgãos de comunicação social face aos poderes político e económico, acabaram por se constituir na grande questão que esteve em foco há dias no Parlamento a propósito das alterações introduzidas por um projecto de lei do PSD ao funcionamento da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS).

Mais do que a norma avulsa agora aprovada com os votos da maioria e do CDS que prevê coimas que podem chegar aos mil contos para os órgãos de comu-

nicação social que não publiquem as deliberações da AACS que lhes digam directamente respeito (princípio que pelos seus imperativos de natureza ética mereceu um consenso alargado), o que efectivamente acabou por avivar o debate e concitar as atenções da Câmara foram os moldes concretos em que se processa entre nós o exercício do direito à informação e da liberdade de imprensa.

Uma questão para a qual o deputado comunista António Filipe se mostrou particularmente sensível, pondo em relevo concretamente os antecedentes que determinaram o escancarar de portas à "governamentalização dos mecanismos de fiscalização

democrática da actividade dos órgãos de comunicação social".

Tudo começou, recordou, com o aparecimento da Alta Autoridade para a Comunicação Social, acordada entre o PSD e o PS na revisão constitucional de 1989, com a natureza e composição que se lhe conhecem, a partir da qual se abriu o caminho à referida governamentalização, com a extinção do Conselho de Comunicação Social e criação de condições excepcionais para que o PSD viesse a extinguir o próprio Conselho de Imprensa.

Apesar da oposição do PCP, que sempre se manifestou contra a redução dos poderes dos Conselhos de

Redacção e a extinção do Conselho de Imprensa, do mesmo modo que defendeu uma composição da AACS insusceptível de ser governamentalizada, a verdade é que foram as opções erradas adoptadas pelo PS e PSD na revisão constitucional, como sublinhou António Filipe, que estiveram na base e foram determinantes para a "composição governamentalizada da Alta Autoridade para a Comunicação Social.

"A vida veio demonstrar que era o PCP quem tinha razão", foi ainda o deputado do PCP lembrá-lo, referenciando para o efeito os resultados de tal opção: o controlo pelo PSD do sector público da comunicação social e a desregulação do sector privado cada vez mais sujeito ao controlo estrito dos detentores do poder económico.

Uma concentração nas mãos de alguns grupos económicos que, no entender do parlamentar comunista, "põe seriamente em causa - e este foi o mais importante alerta que deixou - o pluralismo e pluralidade da comunicação social e contribui para uma degradação preocupante dos padrões éticos que norteiam a actividade jornalística".

Hoje em debate Inquérito parlamentar à privatização do Totta & Açores

Está agendado para hoje o pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo PCP com vista à apreciação do processo de privatização do Banco Totta & Açores. Na base da iniciativa está a forma como se desenvolveu todo o processo de privatização, recheado de violações e ilegalidades, perante a complacência do Executivo de Cavaco Silva.

A formação comunista fala mesmo de "escandalosa cumplicidade" governamental ao longo do processo, caracterizado em sua opinião pela não observância dos princípios de transparência e pelo atropelo frontal à legislação relativa à privatização deste importante banco comercial, do mesmo modo que terão sido violados o Código das Sociedades Comerciais, o Código do Mercado de Valores Mobiliários e a Lei do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Mas o mais chocante é que tudo isto tenha ocorrido sem que as entidades competentes com deveres de fiscalização, controlo e supervisão tenham actuado como lhes competia, nem mesmo depois de o PCP em Maio de 1992 ter chamado a atenção para o assunto, requerendo nomeadamente na ocasião um inquérito parlamentar fundamentado na assunção pública por parte do Grupo Espanhol Banesto da propriedade de 40 por cento do capital social do BTA.

"Só o descalabro financeiro do Grupo Banesto «acordou» o Governo, porque não era mais possível continuar a negar a evidência agora comprovada", sublinham a propósito os deputados comunistas no texto do pedido de inquérito hoje em debate, não sem porém levantarem "legítimas dúvidas" quanto a este alegado estado de adormecimento do Executivo e ao seu grau de desconhecimento da questão, uma vez que, adiantam, "vários factos indiciam fortemente a cumplicidade do Governo nesse processo de domínio espanhol sobre o BTA".

Para a bancada comunista, trata-se, pois, com este inquérito parlamentar, de apreciar a forma como decorreu todo o processo, esclarecendo designadamente as violações aos princípios estabelecidos na Lei, a actuação das entidades fiscalizadoras, e o comportamento e omissões do Governo, em particular a acção do Primeiro-Ministro.



O PCP vai propor que seja devolvido aos Conselhos de Redacção o poder de intervir na designação das direcções dos órgãos de comunicação social, que lhes foi retirado pelo PSD aquando da criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social

Reordenamento judiciário gera polémica e clima de tensão

A situação existente nos tribunais gerada pelas alterações à organização judiciária está a provocar grande polémica e a suscitar pesadas críticas dos vários agentes que intervêm no processo de administração da Justiça.

Na origem do quadro actual, marcado por um clima de certa tensão, está o novo reordenamento judiciário, cuja aplicação desde a abertura do ano judicial tem provocado algumas convulsões, situação para a qual, de resto, em devido tempo, várias estruturas (Conselho Superior da Magistratura, Associações Sindicais da Magistratura e de Funcionários da Justiça) haviam chamado a atenção.

Apontada pelos operado-

res judiciais é, por exemplo, a falta de Magistrados Judiciais e de Funcionários, sendo igualmente referenciados como testemunhos da nova situação criada os adiamentos causados pela coincidência inevitável de vários julgamentos e diligências.

Foi aliás esta situação que motivou um pedido de audição parlamentar subscrito pelos deputados comunistas Odete Santos e António Filipe, já entregue na Mesa da Assembleia da República, no âmbito do qual deverão ser ouvidas diversas entidades, a saber: o Ministro da Justiça, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, a Procuradoria Geral da República, a Associação Sindical dos Juizes

Portugueses, os Sindicatos dos Magistrados do Ministério Público e dos Funcionários Judiciais e a Ordem dos Advogados.

Elucidativo da situação criada é ainda o caso do Tribunal de Pequenas Causas de Almada, que, segundo os parlamentares comunistas, poderá "ter nascido já afundado", porquanto, afirmam, passados 15 dias sobre a sua instalação contabilizava já cerca de três mil processos.

Lembrado é também o caso da transformação de juízos criminais em varas, facto que "terá logrado conseguir - são os deputados do PCP a dizê-lo - a instalação de um autêntico clima de emergência no Tribunal Criminal de Lisboa".



Comemorações do 25 de Abril

A Assembleia da República não prescinde da sua sessão solene comemorativa do 20º aniversário do 25 de Abril, muito embora se admita a sua representação em outros actos que venham a ter lugar no quadro das comemorações da Revolução.

Os líderes parlamentares de todos os partidos foram unânimes na consideração de que a sessão solene do 25 de Abril deve ser realizada no Parlamento, mas disponibilizaram-se para se "representar dignamente" em comemorações exteriores à Assembleia da República.

Ficam assim abertas as portas para que o 20º aniversário da Revolução de Abril possa vir a ser comemorado no Quartel do Carmo, local que segundo notícias vindas a público teria sido escolhido pelo Presidente da República, Mário Soares, para as comemorações.

A conferência de líderes parlamentares decidiu, unanimemente, convidar o Presidente para a sessão solene, assegurando, contudo, a participação dos partidos em outras cerimónias comemorativas.



Braga convida deputados

A União dos Sindicatos de Braga dirigiu um convite aos parlamentares portugueses no sentido de efectuarem uma deslocação "ao distrito real", disponibilizando-se para efectuar uma visita guiada no próximo dia 14 de Março.

A iniciativa partiu da comissão executiva daquela União e foi formulada na sequência de recentes visitas efectuadas à região quer por deputados do PSD quer do PS.

No seu comunicado, a União Sindical manifesta ainda o seu apoio a uma manifestação dis-

trital a efectuar no próximo dia 26 na cidade bracarense, inserida numa jornada nacional de luta promovida pela CGTP-IN.



"Caso Ministério da Saúde"

O ex-secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, entregou na passada semana uma carta a solicitar audiências a todos os grupos parlamentares, numa deslocação-"surpresa" à Assembleia da República.

Na missiva, Costa Freire, condenado pelo Tribunal da Boa Hora no caso "Ministério da Saúde", propõe ser ouvido pelos grupos parlamentares sobre aquele processo.

Esta deslocação do ex-secretário de Estado ocorreu no mesmo dia em que a questão voltou à ribalta no Parlamento, primeiro numa reunião do Grupo Parlamentar do PSD em que Leonor Beleza pediu um julgamento político sobre o seu comportamento aos colegas de bancada e, posteriormente, em plenário, com a ex-ministra a subir à tribuna para dizer implicitamente que não se demite.

Os partidos da oposição recusaram, entretanto, por motivos diferentes, o pedido de audiência do ex-secretário de Estado da Saúde.

O primeiro a negar foi o Grupo Parlamentar do PCP por considerar que Costa Freire estava a tentar "obter do Parlamento uma condenação indirecta da decisão judicial".

A declaração foi do próprio líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, que adiantou, por outro lado, que os deputados não vão ouvir Costa Freire sobre matéria que "se encontra no foro judicial".

Admitida por Octávio Teixeira foi, porém, a possibilidade de Costa Freire ser ouvido na Comissão eventual de Inquérito sobre o caso "Ministério da Saúde", cuja proposta o PCP formalizou no início da passada semana.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O triplo défice democrático

A Assembleia da República aprovou na generalidade, com os votos do PSD, PS e CDS e a abstenção do PCP, as alterações à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu. Com as modificações introduzidas, passam a poder votar e candidatar-se cidadãos da União Europeia não nacionais, mas recenseados em Portugal.

Definindo a posição da sua bancada sobre esta matéria - sem dúvida a questão substantiva do debate - o deputado comunista Luís Sá pronunciou-se favoravelmente ao direito de voto dos cidadãos residentes num Estado e que dele não são nacionais, sublinhando no entanto que este direito "não tem que estar ligado a ideias de cidadania europeia, com tudo o que tem de federalizante ou, pelo menos, de ambíguo".

"Queremos uma Comunidade Europeia de países iguais em direitos e não uma Europa federalizante (de que o PSD e o Primeiro-Ministro não têm a fronteira de se tomarem adeptos), dirigida por um directório de grandes potências", precisou o parlamentar do PCP, inserindo a sua leitura da questão no contexto mais vasto da construção europeia.

O modo como se tem desenvolvido o processo da União Europeia foi aliás uma temática que mereceu alguma reflexão na intervenção de Luís Sá. Por si comentada foi designadamente o que considerou a discussão de direitos dos cidadãos, como foi este o caso, à "margem de um debate não envolvente dos próprios cidadãos".

Citou a propósito o debate sobre o Tratado da União Europeia e a recusa do PSD e do PS em aceitarem a realização de um referendo, concluindo que tal discussão "continua por fazer e continuará por fazer" por força de quem entende que "a melhor forma de fortalecer a Comunidade Europeia à custa dos Estados é decidir no silêncio, quase clandestinamente, o que deveria ser objecto do interesses e debate da opinião pública".

Significa isto que ao défice democrático normalmente atribuído ao funcionamento das instituições comunitárias, a que se juntou um "duplo défice" comumente associado à diminuição dos poderes dos parlamentos nacionais originada pelo aprofundamento da integração, acresce ainda um "triplo défice democrático - as palavras são de Luís Sá - para designar a falta de envolvimento da população no debate das questões comunitárias, essenciais para o seu futuro".

Défices que são responsáveis, ainda segundo o deputado do PCP, pela falta de afluência às urnas nas eleições directas para o Parlamento Europeu, sem que, frisou, nada de substancial seja feito para os combater.

Em causa as declarações de rendimentos dos políticos

PSD não quer transparência e está contra a liberdade de imprensa

— acusa o deputado António Filipe

O Grupo Parlamentar comunista acusou o PSD de não estar interessado em aprovar uma lei que garanta a transparência dos rendimentos e do património dos titulares de cargos políticos e de estar a preparar, ao contrário, um diploma que torna inacessível e proibitiva a prática da sua divulgação.

A questão foi suscitada pelo deputado António Filipe, em intervenção produzida numa das sessões plenárias da semana transacta, a propósito de um conjunto de propostas sobre esta matéria avançadas em comissão pelos deputados da maioria, propostas essas que configuram uma "verdadeira lei do segredo dos rendimentos e do património dos políticos".

Motivo de preocupação são, concretamente, de acordo com a listagem feita pelo parlamentar do PCP, as propostas que apontam para que o livre acesso às declarações de rendimentos seja apenas por trinta dias, sendo que em nenhum caso é permitida a reprodução dessas declarações, enquanto a divulgação pública do seu conteúdo só é permitida com o consentimento do respectivo titular.

Particularmente grave, na opinião da formação, é ainda

o facto de a divulgação não autorizada do conteúdo das declarações fazer incorrer o "infractor" em pena de prisão até dois anos ou multa até 240 dias, agravada para o dobro em caso de reincidência, pena esta que será de um a quatro anos sempre que o "infractor" for um órgão de comunicação.

Manifestando a sua firme oposição a tais propostas, que apelidou de "verdadeiro crime contra a liberdade de imprensa

e contra a transparência no exercício de funções políticas", António Filipe considerou entretanto ser indispensável a rápida aprovação de uma lei sobre as declarações de rendimentos e de património dos políticos, que garanta não apenas o livre acesso dos cidadãos ao seu conteúdo, como adopte uma disposição que encarregue expressamente a Procuradoria Geral da República de proceder à respectiva fiscalização.

A urgente aprovação de uma lei desta natureza, recorde-se, encontra a sua justificação não apenas pela circunstância de continuar vedado o acesso às declarações entregues no Tribunal Constitucional, como também pelo facto de já terem passado oito meses sobre a aprovação de um pacote de iniciativas legislativas de diversos partidos relacionado com a necessidade de garantir a transparência da vida pública.



Apoio a toxicodependentes

PCP propõe medidas de tratamento e reinserção

A criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes estará hoje em debate na Assembleia da República. Trata-se de um projecto de lei, da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, visando, no fundamental, a adopção de medidas capazes de acudir às situações de falta de auxílio em que se encontram dezenas de milhares de toxicodependentes. No momento presente, regista-se, apenas existem 50 camas de internamento em serviços públicos vocacionados para acolher cidadãos nestas condições, o que acrescenta à toxicodependência, como salienta a nota preambular do projecto comunista, o "drama da falta de auxílio ou o recurso a instituições particulares a praticar preços insuportáveis".

Neste quadro ganha especial relevância, por conseguinte, a referida rede preconizada pelo PCP de serviços públicos para a desintoxicação física e tratamento de toxicodependentes, bem como a sua reabilitação social e profissional. Nesse sentido, o diploma prevê, entre outros aspectos, a ampliação das consultas em unidades de atendimento e a criação de mais unidades de internamento de curta duração com vista à desintoxicação físi-

ca, a par do tratamento em comunidades terapêuticas ou em regime ambulatorio. No que se refere à criação de condições para a reabilitação social e profissional, a proposta do PCP vai no sentido da adopção de um sistema nacional devidamente estruturado e dotado de meios humanos, materiais e financeiros indispensáveis para o cumprimento das suas atribuições.

Numa primeira fase, de acordo com o articulado do projecto, prevê-se a generalização da existência destes centros de atendimento em todos os distritos do continente e regiões autónomas, a criação de mais 60 camas para internamento de curta duração e a existência de cerca de mil camas em comunidades terapêuticas, na base de uma cama por cada dez mil habitantes.

Importa notar, por fim, que este projecto é perfeitamente exequível em termos orçamentais, como o PCP faz questão de frisar, lembrando a propósito que tal investimento se "justifica plenamente", dado o agravamento exponencial desde flagelo, e não é mais do que "uma pequena fatia do orçamento da Saúde, cada vez mais esbanjado no pagamento de actividades privadas".

Cultura e investigação

Governo não tem política de desenvolvimento e divulgação

A indisponibilidade muitas vezes evidenciada pelo Governo para manter a Assembleia da República informada sobre matérias que a esta dizem directamente respeito, no quadro das suas atribuições e competências, continua a ser uma realidade que desvirtua o normal relacionamento institucional entre estes dois órgãos de soberania. São inúmeros os casos que testemunham, a este respeito, a prática governativa, o mais recente dos quais teve lugar há dias na sessão plenária em que foi apreciada a Revisão da Convenção que cria um Instituto Universitário Europeu.

Em causa esteve concretamente a falta de elementos informativos susceptíveis de permitir uma conveniente análise de algumas das propostas de alteração em apreço, o que impediu os deputa-

dos de aferir das suas vantagens.

Para este mesmo aspecto chamou a atenção o deputado comunista Paulo Rodrigues, ao pronunciar-se por exemplo sobre a alteração do período de duração do mandato do Presidente do Instituto, uma hipótese que, disse, poderá eventualmente justificar-se com base na experiência colhida, mas em relação à qual nada adiantou, por manifesta carência de fundamentação.

As críticas de Paulo Rodrigues não se esgotaram, porém, na falta de informação sobre aspectos estatutários ou de regulamentação do Instituto. Por si recordada foi igualmente a ausência de esclarecimentos por parte do Governo à Assembleia sobre o modo como decorrem as actividades do Instituto, os seus projectos e decisões, bem como o conteúdo das

propostas de Portugal, o modo como tem exercido o seu direito de voto ou o número de portugueses que desenvolvem actividades naquele organismo.

"São questões da maior importância sobre as quais o Governo pouco ou nada esclarece, como não esclarece sobre a evolução da participação de Portugal nas actividades científica e cultural europeias ou sobre a situação em que se encontra a língua portuguesa do ponto de vista do seu desenvolvimento e divulgação", frisou Paulo Rodrigues, antes de aludir àquele que é verdadeiramente o nó do problema: "a verdade que o Governo procura ocultar é que não possui nem estratégia nem capacidade para levar a cabo uma política de desenvolvimento e divulgação da cultura, nem para promover a investigação".

TRABALHADORES

PLANO DA LISNAVE É ILEGAL

Não foi respeitada nenhuma das normas legais e constitucionais que consagram o direito de informação e participação dos trabalhadores e seus representantes no plano de reestruturação da Lisnave - denuncia-se numa nota divulgada após uma reunião de membros das estruturas representativas dos trabalhadores da Lisnave, da Setenave/Solisnor, da ENI e da Lisnico, e dirigentes do sindicato dos Metalúrgicos do Sul e da federação do sector.

A reunião teve lugar dia 3, em Setúbal, depois de o Governo ter feito publicar, na véspera, em «Diário da República», um despacho conjunto dos secretários de Estado das Finanças, da Indústria e do Emprego e Formação Profissional que cria, a nível governamental, uma comissão de acompanhamento do plano Lisnave. Na nota que decidiram tornar pública, os representantes dos trabalhadores lembram que no quadro jurídico português têm o direito de: receber todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade; participar na elaboração dos planos económicos; pronunciar-se previamente por escrito no que respeita à reorganização das actividades produtivas, nomeadamente quando exista encerramento de estabelecimento e linhas de produção, ou diminuição sensível dos efectivos humanos.

Nestas condições e estando devidamente alertado para a ilegalidade cometida pelas administrações das empresas, o Governo dá-lhes a sua cobertura, ao envolver-se directamente num projecto que tem por objectivo encerrar o estaleiro da Margueira, acabar com a construção naval na Mítrena e eliminar cerca de 4 mil postos de trabalho.

FENPROF RECEBE CES

QUIOSQUES DO IRS

O secretário-geral do Comité Sindical Europeu da Educação esteve em Lisboa na semana passada, a convite da Federação Nacional dos Professores, onde teve diversos contactos oficiais e deu uma conferência de imprensa com dirigentes da federação em que foi criticada a política de desinvestimento público no ensino e foram evocadas as manifestações de protesto dos professores de vários países europeus. Alain Mouchoux dirige o ramo sectorial da Confederação Europeia de Sindicatos em que estão filiados os sindicatos portugueses de professores da Grande Lisboa (SPGL, filiado na Fenprof), os das zonas Norte e Centro e o Sindep (os três da UGT).

As contas ao IRS que cada qual terá de pagar poderão ser feitas, a partir de agora, em alguns quiosques especialmente concebidos com este objectivo e colocados em pontos estratégicos de Lisboa. Segundo a Lusa, estes quiosques multimédia funcionam 24 horas por dia, são de acesso gratuito e foram instalados por iniciativa conjunta do Secretariado para a Modernização Administrativa e da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos. Os quiosques podem ser encontrados nos Restauradores (Palácio Foz), na Rua do Carmo (posto da DGCI), na Praça de Londres (Ministério do Emprego), na Avenida da Liberdade (Instituto da Juventude) e na Rua do Século (Direcção-Geral do Ambiente).

SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE

GRUNDIG ABUSA

O regime de organização e funcionamento das actividades de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho foi publicado dia 1 no «Diário da República».

São excluídos do diploma os sectores da marinha de comércio e das pescas, com excepção da de companhia, que serão objecto de regulamentação específica.

A organização das actividades de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho compete à entidade empregadora, abrangendo todos os trabalhadores e segundo três modalidades: serviços internos, interempresas e externos. Além dos exames médicos de admissão, os menores de 18 anos e os maiores de 50 anos devem realizar exames periódicos anuais. Os exames médicos periódicos para os restantes trabalhadores devem realizar-se de dois em dois anos.

O diploma produz efeitos desde 1 de Janeiro deste ano.

Com a redução acentuada da produção que está prevista para o final deste mês, deverá assistir-se a uma vaga de despedimentos de trabalhadores contratados a prazo há alguns meses - alerta a comissão de trabalhadores da Grundig Electrónica Portugal. Numa nota divulgada dia 3 à imprensa, aquela estrutura acusa a gerência do complexo fabril bracarense de utilizar as «flutuações» de pessoal não por causa da variação de encomendas recebidas dos clientes (o motivo invocado oficialmente), mas com o objectivo de esvaziar a capacidade negocial e reivindicativa dos trabalhadores e das suas estruturas de classe. É que, acusa a CT, os períodos de produção reduzida coincidem sempre com a aproximação da revisão da contratação colectiva...

Esta é «a faceta imoral e injusta dos contratos de trabalho com vínculo precário, aos quais a empresa recorre de uma forma abusiva, ao utilizá-los para preencher postos de trabalho que têm carácter permanente», afirma a CT.

Em carta aberta ao Governador Civil

Sindicatos exigem soluções para o «panorama desolador» de Setúbal

O encontro de dirigentes e delegados das estruturas que integram a União dos Sindicatos de Setúbal discutiu na semana passada a situação social nas empresas e as perspectivas para o futuro imediato. Na passada sexta-feira, a USS/CGTP divulgou uma carta aberta que os participantes no encontro decidiram, na véspera, enviar ao Governador Civil do Distrito.

«Perante o panorama desolador que se apresenta aos trabalhadores do distrito,» — afirma-se na missiva — «resolveram os representantes sindicais dirigir-se a V. Ex.^a, como representante do Governo, para lhe colocarem directamente as grandes preocupações sobre a evolução da situação social — a que ninguém pode ficar alheio e muito menos o Governo — e para exigir respostas com medidas concretas, na exacta medida em que os trabalhadores têm o direito de exigir soluções dos governantes.

Ressalvando que «cada sector de actividade constitui um problema», são apontados, como traços comuns: a perda de empresas e empregos; o desemprego a crescer, com rescisões forçadas de contratos, falências e pré-falências; reestruturações que não passam de reduções de pessoal ou substituição de empregos efectivos por precários; salários que ficam por pagar e, «como se não bastasse, vem agora o Governo dar o mote para a imposição de reduções reais dos salários em 1994, bloqueando a contratação colectiva e dando força ao patronato para fazer tábuas rasas dos direitos dos trabalhadores nas empresas».

Na carta aberta, são referidos «os casos mais actuais que, na linha do vem acontecendo desde há anos, demonstram a necessidade imperiosa de uma inversão nas políticas económica e social e de uma mudança de atitudes para a viabilização das empresas em dificuldades, de quem, quase sempre, o Estado é um dos grandes credores»:

— a **Indústria Naval** está a ser comandada pelo objectivo de reconstituição do monopólio Mello, preparando-se o despedimento de mais de 4000 trabalhadores, até com a ajuda financeira de 12 milhões de contos oferecidos pelo próprio Governo para o efeito;

— a **Siderurgia Nacional** vai de reestruturação em reestruturação, até à sua extinção, certamente, ameaçando de desemprego mais 1500 trabalhadores;

— a **Movauto** despediu 400 trabalhadores e encerrou, e a **Renault**, que chegou a ter 1400 trabalhadores, despediu cerca de 700 em 1993, projecta nova redução de produção pondo em risco mais 300

postos de trabalho;

— no sector **metalúrgico** encerraram inúmeras empresas, nomeadamente a Sadi-frio, Sociedade Industrial Setubalense, Conforclima, Tecnimetal, Clérigo, MAM, SGM, Chavimar, Metalúrgica Tejo, Efece, entre outras;

— no sector **têxtil** a crise é generalizada, com encerra-

mentos em série, falências e salários em atraso. Dos casos de maior dimensão, são exemplos a Convex, Gefa, Aliconflex, para além de um rol de outras de menos dimensão;

— nas **indústrias eléctricas** a crise é pautada nomeadamente pelo abandono da Seagate, pela situação de quase falência do grupo Centrel, com a perda contínua de postos de trabalho, e pelo encerramento ou falência mesmo de novas empresas constituídas com o apoio de subsídios, como por exemplo a Forsheda e a Tronitec;

— no sector **corticeiro** têm continuado a encerrar as grandes empresas, como a Mundet, Queimado & Pampolim, Corticeira Ibérica e Wicander;

— mesmo no sector da **hotelaria** a crise para os trabalhadores tem sido constante, com atrasos no pagamento de salários em vários



hóteis e com a situação mais gritante na Torralta; incompreensivelmente em risco de falência e já com três meses de salários em dívida aos trabalhadores;

— a política de privatizações tem prosseguido com o seu rol de efeitos sociais nefastos, cujo último grande exemplo é o da **ex-Rodoviária Nacional**, havendo só na Rodoviária do Alentejo mais de 400 postos de trabalho perdidos após a privatização. A pressão sobre os trabalhadores é de autêntico terrorismo psicológico, com transferências compulsivas para localidades diferentes, forçando à rescisão dos contratos de trabalho. Entretanto, porque o objectivo passa a ser o lucro e não o serviço público, a eliminação de carreiras está já a ser feita em larga escala, prejudicando gravemente as populações;

— no sector **químico** a perda de empregos foi cons-

tante, com a destruição do aparelho produtivo, nomeadamente na Quimigal, onde desapareceram mais de 4000 postos de trabalho, e ainda com despedimentos colectivos na Quimitecnica, CPB, Nutasa, Plasquisa, Neste, Sapec, Óleos Vegetais St^a Catarina, para além dos despedimentos por falências da Imbope e Reauchutagem Iva;

— na **CP** tem avançado a desarticulação em nome do chamado Plano de Reconversão, com a criação da Soflusa (transporte fluvial) e Emef (reparação de equipamento ferroviário), tendo já desaparecido meio milhar de postos de trabalho;

— no sector do **comércio** a nota dominante é o aparecimento das grandes superfícies, onde o emprego criado é, em parte à custa da perda de empregos no pequeno comércio e em condições extremamente precárias;

— na **Administração Pública** foi lançada a confusão com a aplicação da legislação dos disponíveis e consequente desorganização dos serviços, a par da redução eminente dos salários para quem entre no Quadro de Excedentes, sem que se tomem medidas adequadas para resolver a situação de milhares de trabalhadores com emprego precário.

«Qual foi, afinal, o efeito dos investimentos potenciais pela OID no aparelho produtivo», perguntam os sindicalistas de Setúbal, constatando que, se antes da Operação Integrada de desenvolvimento havia crise, «agora há crise e o balanço do período acaba por ser negativo, quer no plano económico quer no plano social. A OID falhou o objectivo de criação de 37 000 postos de trabalho, perdeu-se uma boa parte do aparelho produtivo instalado, não houve a pretendida diversificação industrial e o desemprego gerado praticamente anulou o emprego entretanto criado, nunca tendo a taxa de desemprego descido abaixo do dobro da média nacional».

Reivindicações e propostas

Na carta aberta ao Governador Civil de Setúbal, verifica-se que, perante os graves problemas vividos pelos trabalhadores e agravados com o bloqueamento das revisões salariais, «é inevitável a conflitualidade social». Para os dirigentes e delegados sindicais da USS/CGTP, «a greve na Função Pública foi um sinal sério» e «outras greves e lutas se irão seguir, se o Governo não alterar a sua linha de rumo».

Perante este quadro, exige-se:

1.º — O **desbloqueamento da contratação colectiva e das revisões salariais para 1994, com aumentos que têm que ser superiores à inflação.**

2.º — A **determinação de medidas específicas imediatas, constituindo um Gabinete de Emergência para o Distrito de Setúbal, tendo em vista:**

— **promover a defesa do emprego existente, a recuperação e viabilização das empresas em dificuldade e em risco de falência;**

— **definir um plano estratégico de desenvolvimento económico para a agricultura, as pescas, a indústria e os serviços;**

— **elaborar e implementar um plano de emprego e formação profissional.**

3.º — **Definição urgente das medidas de execução do Quadro Comunitário de Apoio II para a região, com participação e acompanhamento efectivo pelos representantes dos trabalhadores.**

TRABALHADORES

Desemprego no Alentejo é grave problema social

O desemprego é um dos problemas sociais de maior gravidade no Alentejo, alerta o Secretariado Inter-Regional da CGTP. Reunião na semana passada em Évora, aquele organismo constatou um elevado número de desempregados na região, calculando em 18 por cento da população activa a taxa de desemprego actual.

Entretanto, mais de 5 mil desempregados que estava em programas ocupacionais e no Plano de Emergência foram mandados para casa sem qualquer meio de subsistência, uma vez que terminaram aqueles apoios - revela uma nota divulgada à comunicação social após a reunião de dia 2.

Por outro lado, a protecção do desemprego é posta em causa pela entrada em vigor, no início deste mês, do novo regime definido pelo DL 418/93. De entre as inovações introduzidas, os sindicatos alentejanos destacam a alteração do conceito de pessoas a cargo e do cálculo do montante do subsídio de desemprego; criticam

ainda o facto de serem agora considerados conceitos de ordem física, e não de ordem profissional ou habilitações literárias, para definir emprego conveniente e trabalho necessário (quando a recusa do dito emprego conveniente implica a retirada do subsídio).

Dezenas de postos de trabalho de jovens sem vínculo à administração pública estão ameaçados após a secretaria de Estado da Juventude ter anunciado o encerramento das Casas da Cultura.

Após a privatização, a Rodoviária do Alentejo eliminou 400 postos de trabalho e outros tantos podem vir a ser extintos a breve prazo, assistindo-se a pressões e chantagens para que trabalhadores aceitem rescindir os contratos.

O Secretariado alentejano da CGTP denuncia ainda o agravamento da situação social na região de Elvas, com sérias dificuldades no sector do comércio, registando-se fenómenos de marginalidade.

Resposta de luta

Em diversos sectores e empresas os trabalhadores têm estado em luta pelo emprego, pelos salários e por melhores condições de vida, salientando o Secretariado inter-regional da CGTP a greve de 25 de Janeiro na administração pública, e as greves na Robison (3 dias, pelo pagamento de salários em atraso) e na Ilan (2 dias, por aumentos salariais).

O Secretariado apela à participação dos trabalhadores nas lutas convocadas para hoje, amanhã e dias 18 e 24 (carteiros, função pública, transportes e metalúrgicos), anunciando para dia 25 um plenário geral de quadros sindicais, com deslocação ao Governo Civil, em Portalegre, e para dia 26 uma concentração e manifestação em Évora (iniciativas estas integradas na acção nacional promovida pela CGTP).

Fundos

Na reunião foi ainda analisada a situação económi-

ca da região, reivindicando o Secretariado «maior e melhor gestão na aplicação dos fundos comunitários, nomeadamente aplicando-os no sector produtivo com incidência na criação de empregos» e que «no caso do Alqueva, seja dada preferência à mão-de-obra alentejana».

Estas exigências são apresentadas depois de se constatar que, pese embora a aplicação de 230 milhões de contos no Alentejo entre 1989 e 1993, a população diminuiu e a agricultura encontra-se fortemente abalada, e que, apesar de para os próximos anos (1994-99) estarem anunciados mais 540 milhões de contos, continua a ser estimada a perda de população, ficando a região no ano 2000 com a mesma população que tinha em 1911.

Dos grandes projectos anunciados, prevê-se a criação de mil postos de trabalho no Alqueva até ao ano 2000, enquanto a empresa J. Controls, que se comprometeu a ter 400 postos de trabalho em 1993, só criou 80 até agora.

Menos emprego oficial

No terceiro trimestre de 1993 verificou-se uma tendência de redução do emprego, face ao trimestre anterior, tal como em igual período do ano anterior - revela o inquérito ao emprego estruturado que o Departamento de Estatística do MESS divulgou na semana passada. Os números do Ministério indicam uma redução mais acentuada na indústria de papel, na fabricação de artigos de matéria plástica, na construção e obras públicas e no comércio. Não seguem a tendência decrescente a alimentação o sector identificado como «outras indústrias transformadoras».

A percentagem de contratados a termo diminuiu de 12,7 para 12 por cento (era de 14,2 em Setembro de 1992), mas continua a ser mais elevada para as mulheres (13,7%) do que para os homens (11,1%). Por actividades económicas, sobressaem a construção civil e obras públicas (24,4% de contratados a termo) e a indústria das bebidas (21,0%).

Como causa indetificada que maior influência tem na diminuição do volume de emprego surge a introdução de novas tecnologias (como nos trimestres precedentes), seguida da redução das encomendas. Os novos investimentos continuam a ter um peso relativamente reduzido no aumento do volume de emprego.

EDP: 2% NÃO É NADA

«Propor 2 por cento é o mesmo que não propor nada», afirma a FSTIEP num comunicado aos trabalhadores da EDP, depois do conselho de administração ter dado a conhecer, na semana passada, a sua proposta de revisão salarial para 1994. O comunicado recorda que a actual tabela salarial, imposta por acto de gestão, ficou muito abaixo da inflação verificada e fez de 1993 o ano em que os trabalhadores da EDP mais poder de compra perderam.

O conselho de administração desrespeitou largamente os prazos legais estabelecidos para responder às propostas de revisão do acordo de empresa, que a FSTIEP apresentou no dia 11 de Novembro.

No dia 27 de Janeiro teve lugar uma concentração de delegados, dirigentes e activistas sindicais, junto ao edifício do CA, em Lisboa, tentando que uma delegação fosse recebida. O conselho de administração recusou-se a receber os representantes dos trabalhadores, não adiantou qualquer data para o início das negociações e, utilizando os serviços de segurança, procurou intimidar os participantes na acção de dia 27. Mas esta expressão pública da indignação dos trabalhadores da EDP forçou o conselho de administração a abandonar a sua arrogante posição e quebrar o silêncio - refere o comunicado da federação das Indústrias Eléctricas.

Só que, em vez de uma contraproposta séria e credível, o CA avançou com uma actualização de apenas 2 por cento da tabela salarial, fundamentando-a com os mesmos argumentos que, no ano passado, estiveram na base da imposição de aumentos de 6 por cento!... «Pelos vistos, para o CA e o Governo, a situação neste ano não mudou, mas o sacrifício que pedem aos trabalhadores é maior», comenta a FSTIEP.

Para a federação, o valor proposto pela administração é completamente inaceitável, sobretudo porque: fica muito abaixo da inflação verificada em 1993, não considera a perda de poder de compra imposta com o acto de gestão, fica muito abaixo dos índices que o próprio Governo avança como previsão da inflação em 1994, e não tem em conta a elevada produtividade e os lucros obtidos pela EDP (cerca de 14 milhões de contos) em 1993.

POR AUMENTOS DIGNOS NA PORTUCEL

Os aumentos salariais de 2,5 por cento que a administração da Portucel decidiu aplicar de forma administrativa vieram acentuar o descontentamento entre os trabalhadores, como refere uma nota divulgada pelas federações sindicais das Celuloses e dos Químicos.

Depois de recordar que as greves na Portucel Embalagem (Leiria, Albarraque e Guilhabreu) tiveram maiores adesões que as acções de Dezembro último, que também já tinham paralisado a produção, as federações sublinham que nos plenários entretanto realizados e que tiveram uma muito forte participação os trabalhadores manifestaram a sua predisposição para continuar a luta, caso a administração não evolua nas suas posições.

Em Setúbal, foram mandatadas as estruturas representativas dos trabalhadores para declararem mais três dias de greve em datas que considerem as mais adequadas, enquanto em Viana foi aprovada a realização de dois dias de greve (16 e 17 de Fevereiro) caso a administração da Portucel não se dispusesse, até hoje, a «negociar uma tabela salarial com aumentos dignos desse nome». Os trabalhadores recusam também a retirada de direitos e regalias.

Fesete comenta greve de dia 28

A greve de 28 de Janeiro «não registou grande adesão já que a maioria dos trabalhadores teve aumentos na massa salarial que variam entre os 4,4% e os 5,8%», anunciou na véspera, afirma a Fesete/CGTP. «Além disso, cerca de 17 432 trabalhadores, em 45 empresas, tiveram aumentos salariais superiores à maioria das empresas e na ordem dos 6% a 8%», acrescenta a Federação dos Sindicatos Têxteis,

numa nota do gabinete de imprensa em que aponta algumas empresas onde se registaram estes aumentos salariais: Cerfil; Oliveira e Sá; Finex; A. Sampaio; Verto; Moinhos Velhos; Colsi; Cofta; Cardoso e Saudade; Skila; Brax; Dunil; Hally Hansen; Clark; Eco; Alô-Port; Gostom; Anselme; Ara Portuguesa; Baia; Mirró; Granit; Eres; Craveiro e Mineiro; Penteadora; Jonibel e Siaco.

Os trabalhadores «assustados com a ideia de crise generalizada e desanimados com o acordo do Sindetex/UGT e a falta de convergência na luta, consideraram que, apesar dos aumentos serem baixos, pois não acompanham a inflação registada em 1993, não tinham condições, neste momento, para reivindicar mais» - refere a nota.

A falsa ideia de que o emprego só poderá ser

garantido se os salários forem baixos «ainda tem uma grande influência nos trabalhadores e condiciona a sua luta por melhores condições de vida e de trabalho», reconhece a Fesete.

A federação alerta que, «apesar da maioria das empresas ter actualizado os salários, há na Bacia do Ave e no Distrito de Aveiro um número significativo de empresas que não garantiram, para já, qualquer aumento salarial».

Entretanto, nas empresas que entraram em greve a adesão foi elevada, sublinha a federação, apontando alguns exemplos: Braga - sector têxtil: Asa - 90%; Sifitex - 90%; Lobo Irmão - 90%; Varela Pinto - 90%; Cedemi - 100%; T.V.P. - 90%. Sector do vestuário: Maconde - 85%; Abal Têxtil - 60% e Rainha do Cávado - 50%. Sector do calçado: Campeão Português - 95%; Campeão Desporto - 65%; Vama Portuguesa - 65%.

No Porto, a Industrial do Mindelo teve uma adesão de 95% e a Bosh & Baylina 60%. No Porto, mas no sector do calçado, a empresa João Brogueira teve uma adesão de 95%.

Falcão e Cunha não quis ouvir IPSSs

Dirigentes sindicais tentaram na passada sexta-feira, em vão, ser recebidos pelo ministro do Emprego, com quem pretendiam discutir um contrato de trabalho para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Manuel Ramos, dirigente do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, disse à agência Lusa que a delegação sindical que se deslocou ao Ministério do Emprego esperava ser recebida por Falcão e Cunha e obter resposta a uma carta que foi entregue no Ministério dia 26 de Janeiro.

A carta, que sublinhava a necessidade de uma convenção colectiva para os trabalhadores das IPSS e pedia uma reunião ao ministro do Emprego, foi entregue na sequência de uma concentração de protesto contra a falta

de vontade da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social e do Ministério do Emprego para a negociação.

De acordo com Manuel Ramos, a UIPSS tem-se negado a negociar o contrato sob a alegação de não ter estatuto de associação patronal, mas «este argumento já não colhe porque entretanto já o adquiriu».

O sindicalista realçou que a falta de um contrato de trabalho tem prejudicado os mais de 30 mil trabalhadores das IPSS, dado que a tabela salarial em vigor é de 1985 e a regulamentação das relações de trabalho está desactualizada, assim como as carreiras. O dirigente sindical admitiu o recurso as formas de luta, que não especificou, se as negociações não forem iniciadas em breve.

Sindicato indignado

Trabalhador seropositivo despedido do Hospital de Santa Maria

O incrível acontece: um hospital português tenta despedir um trabalhador por ele ser seropositivo

O despedimento de um trabalhador seropositivo do Hospital de Santa Maria é motivo para um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFP) onde se narra o "calvário" sofrido por esse trabalhador, exige-se "que se faça justiça" e se conclui: este é mais um caso, entre tantos outros, em que o Estado cavaquista apregoa uma coisa e depois os seus executantes fazem outra".

A história, narrada pelo sindicato, começa em Março do ano passado, altura em que já era do conhecimento da chefia do trabalhador ser este portador do vírus da SIDA. "O funcionário", narra o comunicado, "em virtude de doença ausenta-se durante três dias do serviço. No terceiro dia um parente informa o serviço de que o trabalhador se vai apresentar no dia seguinte. Efectivamente assim acontece e apresenta como justificação uma declaração onde a sua médica declara que o trabalhador é seropositivo, andando a ser seguido na consulta de Imunodeprimidos do H. S. Maria, sofrendo ainda de crises de neurose ansiosa e depressiva que

o impossibilita de trabalhar nessas alturas".

"Quando regressa, o chefe de serviço não aceita a declaração e remete-o para o Serviço de Pessoal, por alegado abandono de funções. Naquela secção confirmam-lhe a informação e pedem-lhe para aguardar outra colocação", diz a nota.

O sindicato prossegue a narração dizendo que em Julho de 93 o trabalhador "é informado que o processo é arquivado" e "a conselho do hospital" faz um requerimento a pedir reintegração. "O documento extravai-se e elabora outro que é deferido" o que não impediu que "ainda hoje aguarde colocação" e o Hospital de Santa Maria não lhe paga os ordenados desde Março do ano passado, "não obstante já a isso ter sido pressionado pelo Sindicato".

Segundo o STFP estamos neste caso perante um processo claro de discriminação porque o trabalhador encontrava-se ao serviço do Hospital em regime de recibo verde, embora com subordinação hierárquica e com dever de assiduidade e pontualidade (o que é ilegal), não sendo prática de

nenhum hospital, em casos análogos, aplicar sanções deste tipo por um atraso tão pequeno na comunicação sendo, "quando muito, motivo para injustificar as faltas, descontar os dias e, no exagero, aplicar uma pena de multa - nunca o despedimento".

"Parece mentira, mas é verdade! Tantas palavras! Tantas campanhas! Tantos anúncios! Tanto dinheiro que se (diz) gasta(r)! Mas quando é necessário o que é que o Estado faz? Despede!", conclui o SFTP.



CGTP-IN constata

Precisa-se de estratégia para o Ensino Superior

A CGTP-IN exigiu a definição de uma estratégia para o Ensino Superior, denunciando, em comunicado divulgado sexta-feira, "o princípio da dupla tributação que visa o pagamento das propinas e os custos elevados da frequência do Ensino Superior, que penalizam os trabalhadores e a classe média". A nota, assina-

da pelo Departamento de Informação da CGTP, considera "capcioso" o argumento do Governo que afirma "estarem os contribuintes de menores recursos a sustentarem os estudos daqueles que têm mais altos rendimentos" e defende o crescimento do Ensino Superior Público, o fim do *numerus clausus* e a

necessidade de uma Acção Social eficaz.

Para a central sindical, "a questão das propinas não pode ser desligada da questão do funcionamento do Ensino Superior Público" enquanto este, por seu lado, "não pode ser desligado de orientações estratégicas do sistema de Ensino em geral e do Ensino Superior em particular".

Assim, a CGTP acusa as orientações governamentais nesta matéria de levarem "à progressiva desresponsabilização do Governo, o que se manifesta através da violação da Lei de Autonomia das Universidades Públicas, nomeadamente com a tentativa de governamentalização da actividade de criação científica e na ausência de uma Lei de financiamento global do Ensino Superior Público, num subfinanciamento crónico que afecta o funcionamento de todo o Ensino Superior".

"O Ensino Superior Público não é exactamente, como pretende o Governo, destinado a promover pessoas na sociedade e que, por serem destinadas ao desempenho de funções de topo, virão a ter os correspondentes benefícios" diz a Inter.

"Na verdade, para a CGTP-IN, o Ensino Superior Público é uma peça essencial da estratégia de desenvolvimento da Sociedade Portuguesa, uma verdadeira prioridade nacional para nos fazer sair da crónica situação de subalteridade cultural, social e económica face aos países mais desenvolvidos da Europa", frisa a nota.

A Inter defende que o Ensino Superior Público sirva para elevar as qualificações dos portugueses e a "postura mais competitiva da sua força de trabalho no respectivo mercado, onde existe uma larga fatia de mão-de-obra não qualificada, e a qualificar urgentemente".

Um debate nacional sobre a matéria, a abertura à generalidade dos cidadãos do Ensino Superior Público, "como qualquer outro serviço público" são outras ideias da central sindical que assinala: "cientes da maior facilidade dos cidadãos de maiores recursos em atingirem o Ensino Superior e completá-lo com sucesso, é forçoso cometer aos restantes graus de ensino (básico e secundário) os meios para disporem dos instrumentos que facilitem a todos os que o desejem, a ele poderem aspirar, no sentido duma efectiva democratização do Ensino Superior Público".

JCP obriga Governo a debate

Instituto Português da Juventude afasta associações juvenis

Vai hoje ser discutido na Assembleia da República a ratificação proposta pela JCP através do deputado jovem do Grupo Parlamentar do PCP, ao decreto-lei que cria o Instituto Português da Juventude (IPJ) e que extingue o Instituto da Juventude, numa iniciativa que a JCP justificou para "trazer a debate uma medida fundamental da política do Governo na área da Juventude" e levar ao público "as duras críticas que o associativismo juvenil apontou aquando da criação do I.P.J."

A Juventude Comunista acusa o Governo de tentar furtar-se ao debate "com o desrespeito pelo Movimento Juvenil que tem caracterizado a sua postura, fazendo orelhas moucas às duras críticas de que o extinto Instituto da Juventude era alvo, aprofundando até os seus aspectos mais gravosos com a criação do IPJ".

Entre as críticas que se fazem ao novo Instituto conta-se a diminuição da participação juvenil na vida do novo organismo, o apro-

fundamento da linha de acção e iniciativa própria do Instituto em substituição das actividades próprias dos jovens e suas associações.

"O reforço da tendência centralizadora do IJ e que no IPJ ganha maior peso com uma regionalização *ad-hoc* e a criação de sete regiões com os respectivos directores regionais, em que se concentram competências fundamentais, em detrimento de 18 distritos e respectivos delegados, afastando ainda mais os jovens e suas asso-

ciações dos verdadeiros centros de decisão do novo Instituto", assinala a JCP.

Os jovens comunistas colocam ainda questões em torno da operacionalidade do novo instituto: "Como é possível fazer de uma estrutura já exageradamente pesada e complexa como era o IJ, uma estrutura mais simples e operacional, duplicando praticamente os cargos directivos e diminuindo apenas nos funcionários, sendo despedidos aqueles que tinham um papel mais positivo, ou seja, os que

trabalhavam directamente com as associações juvenis?", perguntam.

Finalmente, em relação à transparência de processos, questiona a nota: "Como se pode tornar mais transparente uma estrutura que restringe ou extingue os poucos mecanismos existentes de participação das associações juvenis na definição de políticas e concessão de apoios, e que centraliza ainda mais as competências, num menor número de pessoas?"

Solidariedade com Cuba

Inserida nas comemorações do 35.º aniversário da Revolução Cubana realizou-se na sexta-feira, na Casa do Alentejo em Lisboa, uma iniciativa que incluiu debate, jantar e convívio com baile e música cubana que contou com a presença numerosos convivas, entre as quais a do embaixador cubano em Portugal, do General Vasco Gonçalves e, em representação da CGTP, Carlos Carvalho.

De entre as intervenções que se fizeram ouvir durante o período de debate, foram muito aplaudidas as da Presidente da Direcção da Associação promotora, Arminda Fonseca, de Frederico Mirão que falou sobre a sua experiência vivida em Cuba no domí-

nio da Saúde, e Manuel Tavares, sobre a Brigada José Martí.

Carnaval Cubano

Amanhã vai realizar-se na Faculdade de Letras em Lisboa um Carnaval Cubano, a partir das 22 horas, com comida e bebidas típicas. Uma iniciativa que conta com o apoio, para além da Associação de Amizade Portugal-Cuba, do pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, das Associações de Estudantes da Faculdade de Letras, Artes Plásticas e Design, Ciências e Medicina.



O salão da Casa do Alentejo encheu para a solidariedade com Cuba

Encontro Ibérico promovido pela CNA

Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português contra desumanidade e estupidez

A criação da "Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português - ARPO", foi uma das principais conclusões do Encontro Ibérico, promovido pela CNA, sobre os problemas do mundo rural, em que participaram 35 associações de Portugal, Espanha e França e que decorreu no passado fim-de-semana no edifício da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto. Uma iniciativa contra a visão economicista, desumana e pouco inteligente com que se têm aplicado políticas para o Mundo Rural nos países do sul europeu. A voz que se fez ouvir neste Encontro Ibérico levantou-se designando um lema em que se apontava, desde logo, uma direcção de trabalho: "agricultura sustentável num Mundo Rural vivo, com reforço do associativismo".

No documento que cria a ARPO, aprovado pelas associações de agricultores, autarquias, colectividades e outros movimentos sociais (federações, sindicatos, organizações ecologistas, de consumidores, etc.) afirma-se a abertura para a adesão de outras organizações a esta nova associação e diz-se que o Mundo Rural "exige o desenvolvimento da agricultura e um tecido denso de explorações agrícolas familiares respeitadoras do meio ambiente", uma das razões principais que levou à fundação desta nova associação, "por forma a proporcionar o progresso económico e social, melhorar o nível de vida e contribuir para a fixação das populações rurais".

Armando Carvalho, dirigente da CNA, disse à agência Lusa que a ARPO "assumir-se-á como uma plataforma de entendimento para unir e coordenar esforços e projectos das associações de agricultores portugueses".

A viabilização das zonas rurais, através de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e artesanato foi apontada por Armando Carvalho como uma prioridade de acção.

"É necessário que o Governo adopte medidas para "estancar" este quadro, encontrando formas de impedir a continuação do intenso êxodo rural que se vem verificando e para fazer regressar as populações às suas terras", considerou.

De acordo com dados da CNA, os concelhos do interior do País perderam 20 a 25 por cento da sua população nos últimos 10 anos, enquanto três quar-

tos da população portuguesa vive, actualmente, no litoral.

Carta de Defesa

Na "Carta de Defesa do Mundo Rural Português", documento que define os princípios que regem a intervenção da associação na sociedade portuguesa, defende-se, entre outras medidas, uma política de criação de emprego nas freguesias e concelhos rurais, aproveitando os recursos locais (transformação de produtos agrícolas, florestas e riquezas do subsolo); o investimento na indústria agro-alimentar, o apoio às cooperativas agrícolas e a introdução de biotecnologias.

A defesa e o desenvolvimento dos serviços públicos, a autonomia e capacidade financeiras das autarquias rurais, a contemplação pelo Orçamento de Estado de verbas que compensem os normais obstáculos e dificuldades das actividades sociais e económicas no meio rural, uma política de apoios específicos e significativos para a construção e reabilitação das habitações rurais e a preservação da sua cultura e, finalmente, o ordenamento do espaço e a dotação de meios de comunicação e transporte necessários ao funcionamento normal da vida social e económica do Mundo Rural são algumas das exigências constantes na referida "Carta".

Segundo Armando Carvalho, foi ainda aprovada uma moção com o objectivo de "iniciar um processo de aproximação da ARPO à Rede Europeia de Alianças, que congrega associações de agricultores da Europa Comuni-

tária". O dirigente da CNA sustentou que "é fundamental para os agricultores portugueses e europeus lutar contra a asfixia do mundo rural".

O Sul e o Norte da Europa

Jorge Moas, da Plataforma Rural de Espanha, organização presente no Encontro Ibérico, constatou o paralelismo existente entre a situação vivida em Portugal e no seu país, onde igualmente as assimetrias regionais e a consequente desertificação do Mundo Rural levaram a que nos últimos 10 anos mais de 700 mil agricultores tenham desaparecido e hoje em dia apenas

oito por cento da população espanhola pode ser considerada rural.

A nova PAC, o acordo do GATT e a geral visão economicista que preside à Comunidade Europeia foram, em diversas ocasiões, apontadas pelos participantes no Encontro como responsáveis, a par das políticas internas dos diversos Governos, da decadência alarmante vivido em vastas regiões rurais da Europa.

A luta é a de uma agricultura duradoura, comunitária, que preserve o meio ambiente e recupere o melhor da tradição secular dessas regiões, contra a desertificação causada pelo latifúndio, a exploração intensiva,



A desertificação do interior e o envelhecimento das suas populações exigem uma mudança de política para o Mundo Rural

subprodutiva e subempregadora caracterizadora dos países do Norte.

Para o Sul europeu e países ibéricos, caso a situação não se inverta, as políticas comunitárias destinam-lhes apenas o papel de compra de produtos excedentários pro-

duzidos a Norte, com o inerente sacrifício das suas populações rurais.

Contra este estado de coisas, organizações de Portugal, França e Espanha iniciaram uma nova fase de luta depois da reunião do fim-de-semana passado, no Porto.

Tropa mais longa este ano

Aparentes dificuldades de aplicação prática da polémica intenção do Ministro da Defesa, Fernando Nogueira, de generalizar o tempo de Serviço Militar Obrigatório para quatro meses, estarão na base da publicação a semana passada no Diário da República de uma determinação que prolonga o período de duração do Serviço Efectivo Normal (SEN) para os recrutados a incorporar durante este ano.

Na Marinha, o SEN é prolongado excepcionalmente até ao limite máximo de 10 meses para a categoria de praças, com classe, não podendo abranger mais de 33,5 por cento do total de recrutados a incorporar.

No Exército, o SEN é prolongado até ao limite máximo de seis meses para a categoria de praças, das especialidades do grupo B, não podendo abranger mais de 13 por cento do total de recrutados a incorporar.

O Diário da República publica uma outra portaria que determina o prolongamento excepcional da duração do SEN, até ao limite máximo de seis meses e meio, para os recrutados do 3.º turno de incorporação de 1993 destinados à categoria de praças do Exército, para as especialidades do grupo B.

Este prolongamento do SEN não pode abranger mais de 37 por cento do total de recrutados incorporados em 1993, dos 2.º e 3.º turnos, nas referidas especialidades.

Bombas em Alcochete

Entretanto, o Ministro da Defesa Nacional assinou outra portaria que tipifica as missões de apoio do Campo de Tiro de Alcochete (CTA) aos ramos das Forças Armadas, prevendo a sua inserção na estrutura orgânica da Força Aérea (FAP), para apoiar o treino operacional do pessoal navegante da FAP em missões de tiro e bombardeamento, bem como o de forças aéreas estrangeiras em cumprimento de acordos estabelecidos.

Tal significará que apesar de o CTA se encontrar numa área protegida e numa reserva ecológica excepcional, a zona continuará sujeita a agressões ambientais típicas das operações militares que ali se desenrolam, contrariando as reivindicações da Câmara local e da generalidade das organizações ecologistas e ambientalistas portuguesas, expressas em manifestações, encontros e contactos com os órgãos de soberania ao longo dos últimos dez anos, depois de ter sido anunciada a intenção de proceder ao alargamento do campo de tiro.

Competirá também ao CTA apoiar a execução da instrução e o treino operacional das Forças Armadas, Militarizadas e de Segurança, o desmantelamento e a destruição de munições e explosivos militares, proceder a ensaios de material de guerra, entre outras missões. O diploma produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1994.

Militarizados da Marinha exigem respeito por parte do Governo

A Associação Nacional dos Militarizados da Marinha (ANMM) exige, em comunicado, "respeito" por parte da tutela.

A ANMM afirma "discordar em absoluto com a percentagem de aumento dos vencimentos em perspectiva para o ano em curso".

A ANMM refere que "os Militarizados continuam sem estatuto profissional, sem saber qual o caminho que vai ser dado ao Sistema de Autoridade Marítima, cada vez mais abalado, enfim, completamente ignorados pela tutela". Os militarizados da Marinha alertam por fim "para a insuficiência de meios huma-

nos e materiais para o cumprimento das missões atribuídas".

Como se sabe, os Militarizados da Marinha são constituídos pelos polícias marítimos, faroleiros, técnicos de condução e manutenção de lanchas, entre outros.

A tomada de posse dos corpos sociais quer dirigem a Associação representativa da classe para o biénio 94/95 ocorreu no dia 29 de Janeiro e as "prioridades das prioridades" definidas pela ANMM são a de tudo fazer pela publicação do Estatuto profissional e libertarem-se "do porrete chamado Artº 31º da Lei de Defesa Nacional".

O Desporto e o Vídeo na cidade de Lisboa

«Lisboa Cidade Desportiva» é mais uma iniciativa do Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, recentemente apresentada a mais de 200 técnicos e agentes desportivos da cidade, o que excedeu todas as expectativas. Este evento, que se realiza no dia 19 de Março, entre as 10 e as 12 horas, terá lugar em todos os espaços formais ou informais onde a prática desportiva é possível. Para tanto, foram convidadas a participar todas as instituições que em Lisboa têm actividades nessa área.

Nesse encontro de apresentação, que decorreu na Casa do Alentejo, fizeram-se representar federações, associações, clubes, colectividades, juntas de freguesia, escolas, associações de estudantes, clubes de empresa e organizações sindicais, que nesta primeira abordagem tomaram contacto com os principais objectivos desta realização.

«Lisboa Cidade Desportiva» tem como meta levar o desporto e aproximar dele o maior número de participantes possível. Mas, «para que isto seja uma realidade, conta com a iniciativa e o apoio de todas as estruturas desportivas representadas no encontro, as quais terão por missão, entre outros aspectos, a apresentação de projectos próprios e a presença, posterior, em reuniões sectoriais, onde serão discutidas e definidas as linhas do programa de «Lisboa Cidade Desportiva», que em data a anunciar será publicamente divulgado, em conferência de imprensa», afirma uma nota emitida pelo Pelouro do Desporto, da CML, que conclui:

«Em suma, esta grande festa desportiva, que será organizada pelas institui-

ções e estruturas desportivas, estará aberta a todos os habitantes da capital, de ambos os sexos e de todas as idades, a partir dos seis anos, sejam federados ou amadores.»

Festival de Vídeo

Abre-se igualmente a possibilidade da realização de um «Festival Vídeo de Lisboa» patrocinado pelo Pelouro da Educação da CML, tendo como ponto de partida as 45 escolas abrangidas pelo programa «Introdução às Técnicas do Vídeo».

O apoio técnico e financeiro aos núcleos de vídeo criados nas quatro dezenas de escolas que já participaram no programa merecerá especial atenção, tendo em conta que é a principal prioridade definida no plano para o ano corrente.

Com o programa de iniciação às técnicas do vídeo, o Pelouro da Educação da CML pretende estimular e ajudar a organizar a ligação entre as escolas nesta área, bem como possibilitar a permuta de experiências e trabalhos realizados.

Um dos objectivos imediatos desta acção é a criação de um «Pátio de Audio-visuais» entre vizinhos, que congregue ainda as escolas no reforço dos núcleos e na realização de iniciativas em conjunto.

O Pelouro da Educação da CML apoiará, também, outros núcleos já existentes e criados independentemente do programa, bem como a formação de núcleos e a realização de projectos em escolas que ainda não participaram no programa.

Tarefas prioritárias determinadas na CDU/Açores

Realizou-se anteontem, em Angra do Heroísmo, com a participação do Coordenador do PCP/Açores e da Comissão Regional da CDU, José Decq Mota, um Plenário de Activistas da CDU da Ilha Terceira, segundo informa uma Nota de Imprensa.

Nessa reunião, após ser feita a análise dos resultados das eleições autárquicas de 93, «que determinaram o crescimento eleitoral da CDU» e de ter sido analisada a forma política como decorreu o trabalho pré-eleitoral e a campanha eleitoral, foi decidido «ser necessário criar condições para um trabalho e uma intervenção mais regular da CDU da Terceira na vida local».

Assim, foi deliberado intensificar-se uma Comissão Permanente da CDU na Terceira que, para além de integrar os primeiros candidatos às Câmaras e Assembleias Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, integrará ainda outros activistas de toda a ilha. Foi também deliberado, após conclusão de todos os contactos necessários, dar conhecimento público da

composição da referida Comissão Permanente.

A Comissão Permanente da CDU da Terceira, agora constituída, terá como tarefas prioritárias:

- manter os contactos com os núcleos da CDU das diversas freguesias e apoiar a respectiva intervenção local;

- acompanhar e tomar posições sobre a gestão municipal dos Concelhos;

- debater, tomar posição pública e elaborar propostas sobre todos os problemas económicos, sociais e políticos da Ilha Terceira;

- dinamizar o apoio dos cidadãos à CDU.

A CDU, «sendo, como é, uma força essencial para a mudança democrática pela qual se luta, está hoje, indubitavelmente, numa fase de crescimento e alargamento e constitui um espaço político interveniente, coerente, criativo e crescentemente credibilizado em toda a Região Autónoma», assinala a Nota.

Tendo em conta a constatação precedente, o Plenário de Activistas deliberou também:

- dar a maior atenção à preparação das próximas eleições para o Parlamento Euro-

peu, contribuindo para que seja realizado um debate pré-eleitoral sério sobre os problemas que se prendem com a Integração Europeia, em especial aqueles que se sentem fortemente na Ilha Terceira;

- encarregar a Comissão Permanente de encaminhar, regularmente, para a Representação Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional, eleita pela CDU, problemas específicos desta ilha que carecem de tratamento institucional de âmbito regional;

- convidar o deputado regional do PCP, dr. Paulo Valadão, a realizar uma visita oficial, à Ilha Terceira, ao abrigo do Estatuto do Deputado, por forma a que se possa inteirar de vários e importantes problemas. Tal visita deverá ter lugar em data a acordar com a Representação Parlamentar.

O Plenário de Activistas «tomou as medidas práticas necessárias à concretização das orientações e decisões anunciadas, dando toda a prioridade à entrada em funções da Comissão Permanente da CDU da Ilha Terceira».

Outra vez o PS...

As mentiras de Almada

O entremez do PS sobre os «acordos PCP/PSD» na instalação dos novos órgãos autárquicos, embora já caído em irremediável descrédito, continua a suscitar compreensíveis indignações em diversos executivos CDU. É o caso — particularmente veemente — do município de Almada, onde uma nota à Comunicação Social da Coordenadora Concelhia local da CDU faz «Um esclarecimento necessário», que passamos a citar.

«Na linha do que foi a sua conduta no último mandato autárquico e durante a campanha eleitoral, o PS continua a mentir à população do concelho. Tentando iludir o seu eleitorado e a população, numa forma geral, sobre as verdadeiras razões que levaram os seus eleitos a ficarem afastados da quase totalidade dos cargos executivos nas juntas de freguesia do concelho, os dirigentes do PS vêm agora denunciar "acordos PCP/PSD" para os isolar.»

E prossegue a nota:

«Os dirigentes de um partido devem assumir a responsabilidade das suas decisões e dos seus actos, nos bons e nos maus momentos, sendo por isso de esperar que no mínimo os dirigentes locais do PS assumissem as responsabilidades que têm na derrota eleitoral, na forma agressiva e insultuosa como conduziram a campanha eleitoral contra a CDU e dissessem claramente que decidiram, na sua Comis-

são Concelhia, não fazer qualquer entendimento com a CDU, nem aceitarem responsabilidades na gestão Camarária.»

Aqui, a CDU de Almada pergunta:

«Como é que agora se podem achar no direito de criticarem entendimentos entre eleitos feitos com o único objectivo de viabilizar o funcionamento dos órgãos de acordo com os resultados eleitorais?» E recorda:

«De acordo com a legislação autárquica nas Assembleias de Freguesia, a força política vencedora, desde que não tenha maioria absoluta, não pode por si só determinar a composição dos Órgãos Executivos e das mesas das respectivas Assembleias.

No concelho de Almada foram cinco as freguesias em que a força vencedora não obteve a maioria absoluta. A CDU em Cacilhas, Feijó e Sobreda. O PS na Charneca e o PSD na Costa de Caparica.»

A cada um... o seu comportamento

A partir daqui, a Coordenadora Concelhia de Almada esclarece «caso a caso»:

— Os eleitos da CDU, de acordo com o princípio por nós estabelecido de, nos órgãos autárquicos, trabalharmos com todos os eleitos independentemente da força política que representam e sem privilegiar ninguém, procuraram e falaram com eleitos do PS e do PSD.

— Os eleitos do PS nunca tomaram a iniciativa de falar com eleitos da CDU, mesmo na Charneca onde obtiveram a presidência da Junta. Ao contrário, procuraram entendimentos com o PSD em Cacilhas, Feijó e Sobreda, para isolarem a presidência da CDU.

— Os eleitos do PSD procuraram eleitos da CDU e fizeram algumas propostas no sentido de viabilizarem o funcionamento dos órgãos, mas não adulterando o resultado do voto popular.

— No caso do Feijó foi tentado ainda um entendimento com eleitos da CDU, PS e PSD, mas o PS já depois de votada uma proposta, e apesar de ter uma posição privilegiada na mesma, retirou-se e apresentou uma outra só com eleitos do seu partido.



— Das 5 freguesias de maioria relativa, a única que tem uma Junta a funcionar só com eleitos do mesmo partido (PS) é a da Charneca, a partir de um entendimento entre eleitos do PS e do PSD.

— Em vários órgãos deliberativos com maioria absoluta da CDU, os nossos eleitos fizeram convites aos eleitos do PS e do PSD para fazerem parte das mesas, tendo sido recusadas todas as propostas feitas a eleitos do PS, enquanto os do PSD as aceitaram.

Feitas as contas...

Posto isto, a CDU de Almada põe os pontos nos ii,

que é como quem diz, esclarece preto no branco:

«Hoje, os órgãos estão instalados e a funcionar. Da nossa parte, tudo faremos para que o mandato que agora se inicia seja um importante contributo para o aumento dos níveis de qualidade de vida, de bem-estar e de progresso para a população e para o nosso concelho. Nesta caminhada de quatro anos procuraremos envolver todos os eleitos sem excepção, que estejam disponíveis para colocar acima de qualquer interesse a população e o concelho, porque acreditamos que o contributo de todos é necessário.» E acrescenta:

«Foi neste quadro, e na base do entendimento que fazem do Poder Local Democrático, que os eleitos da CDU chegaram a entendimentos com eleitos do PSD, sem que isto signifique qualquer limitação à nossa acção mais geral de procurar alternativas políticas ao actual Governo.

«O que está em causa nos órgãos autárquicos é a necessidade de em cada momento defender os interesses da população. Para que isso seja possível, os eleitos da CDU farão os entendimentos necessários sem privilegiar ninguém», conclui a CDU.

COMUNIDADE EUROPEIA

Perguntas e respostas ou os direitos à moda da UE

Questionar os órgãos comunitários sobre temas de interesse para os cidadãos e países da Comunidade é uma forma de intervenção dos eurodeputados. Para além do interesse e preocupação manifestados por quem questiona sobre os temas abordados, o processo tem o mérito de obrigar as instâncias dos Doze a esclarecer a sua posição sobre matérias várias e de impedir que as mesmas invoquem desconhecimento dos factos para justificar passividades e inoperâncias.

Os eurodeputados comunistas não têm deixado por mãos alheias esta tarefa, com resultados altamente esclarecedores.

Ainda recentemente, o presidente do Grupo Coligação de Esquerda, Joaquim Miranda, questionou o Conselho da União Europeia sobre a discriminação na Hungria contra forças políticas e sociais democráticas.

Na sua exposição, o eurodeputado lembrava que a Assembleia Nacional da Hungria adoptou, em Abril de 1993, uma lei que alterava o Código Penal de 1978, no referente às "ideias políticas extremistas do século XX". A referida lei foi publicada em 19 de Maio, entrando em vigor a 4 de Junho do ano passado.

Aquela legislação estabelece a equiparação entre a

cruz gamada, a cruz de flechas e as insígnias SS (símbolos do fascismo e do nazismo) e a foice e o martelo e a estrela vermelha de cinco pontas (símbolos dos trabalhadores, dos partidos comunistas e de muitas outras forças políticas democráticas, progressistas e de esquerda e de organizações sociais), punindo e sancionando quem os difundir, usar ou expuser publicamente.

Face ao exposto, e considerando que nos doze Estados-membros da Comunidade Europeia existem numerosas forças políticas com representação parlamentar nos respectivos países, no PE, no Conselho da Europa, e em diversos organismos políticos, económicos e sociais das instituições comunitárias que utilizam a foice e o martelo e a estrela de cinco pontas, e que se encontra em curso o processo de ratificação do Acordo de Associação entre a CE e a Hungria, cabe perguntar como encaram as instituições comunitárias uma tal legislação.

A questão de Joaquim Miranda foi clara:

Como tenciona reagir o Conselho face a tal falsificação histórica e discriminatória que impede que as forças políticas democráticas legitimadas por milhões de eleitores comunitários,

os, com um passado e um presente de inquestionáveis serviços em defesa das liberdades, da democracia e da paz, possam deslocar-se com os seus próprios nomes e símbolos a um país com o qual a Comunidade está em vias de finalizar um Acordo de Associação com vista a uma eventual e futura integração na União Europeia?

A resposta do Conselho não podia ser mais curta e esclarecedora. No primeiro parágrafo, afirma-se que a UE "continuará a velar pelo pleno respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, em conformidade com os princípios e normas acordados no âmbito da CSCE e do Conselho da Europa, que a Hungria subcreveu". No segundo parágrafo, dá-se conta do equívoco que envolve o respeito pelos direitos e liberdades: **A lei específica mencionada não foi objecto de qualquer debate no Conselho.**

Dispensam-se os comentários.

Condições há muitas

Ainda no capítulo das perguntas e respostas, cabe referir a recente resposta dada pelo vice-presidente Christophersen, em nome da Comissão, à questão levantada pelo deputado Sérgio



Dos milhões de mortos na II Guerra Mundial contra o nazismo, muitos tinham a foice e o martelo e a estrela de cinco pontas como símbolo. O mesmo símbolo que hoje a Assembleia Nacional da Hungria compara aos do fascismo e do nazismo para o proibir, perante o silêncio cúmplice do Conselho da União Europeia

Ribeiro sobre as "condições para se cumprirem metas e prazos de Maastricht".

A pergunta do eurodeputado foi suscitada por declarações do chanceler Helmut Kohl sobre o calendário da União Económica e Monetária. Numa primeira fase, Kohl afirmou que o dito calendário podia ser retardado se as condições para o seu preenchimento não estivessem preenchidas; num segunda fase, dado o escândalo provocado por tal afirmação, veio a público dizer que os alemães tudo farão para "respeitar o calendário e as condições a preencher para que ele se possa concretizar", sublinhando que "se as condições forem preenchidas mais rapidamente, avançar-se-ão as datas do calendário".

Ao que parece, toda a gente ficou satisfeita e tran-

quila. Mas Sérgio Ribeiro chamou a atenção para o facto de não haver qualquer alteração de fundo nas referidas declarações: se as condições não estiverem preenchidas, adia-se; se estiverem preenchidas, respeita-se; se estiverem preenchidas mais cedo, antecipa-se.

Com tanta condição, o eurodeputado decidiu perguntar à Comissão quais as perspectivas quanto ao preenchimento das condições para que o calendário da UEM se cumpra.

A resposta chegou. Segundo a Comissão, a passagem à terceira fase da UEM nos prazos estabelecidos depende de três factores interligados: a rapidez da recuperação económica, a redução dos défices públicos e a convergência das políticas económicas e monetárias.

Embora reconhecendo que o calendário é ambicioso, a Comissão continua a considerá-lo "realista", já que "a avaliação da situação económica dos Estados-membros (...) só terá lugar em 1996", e a "experiência mostra que, quando há vontade política, um país pode melhorar consideravelmente a sua situação orçamental sem consequências negativas para o crescimento e o emprego". A título de exemplo, cita os casos da Dinamarca entre 1982 e 1985 e da Irlanda entre 1986 e 1989.

É caso para dizer que "a experiência mostra", de há uns anos a esta parte, em que não têm parado de se acentuar as consequências negativas para o crescimento e o emprego, que a vontade política dos Doze anda muito por baixo.

Dois conselhos para um final incerto

A presidência grega da União Europeia convocou para os dias 21-22 e 25-28 de Fevereiro dois conselhos extraordinários dos chefes de diplomacia dos Doze e dos países candidatos à integração (Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia).

As reuniões foram marcadas para Bruxelas e, segundo o secretário-geral dos negócios estrangeiros grego, Yannis Kranidiotis, não está excluída a possibilidade de se concluírem as negociações na data prevista de 1 de Março, com dois ou três dos quatro países, e de se prosseguirem as consultas com o(s) candidato(s) restante(s).

De acordo com o representante grego, "estão a ser desenvolvidos esforços para

que todos os países adiram ao mesmo tempo", admitindo-se que o último conselho possa "prolongar-se até às primeiras horas de 1 de Março".

Kranidiotis precisou que, com certos países, as negociações "estão mais avançadas do que com outros": a Suécia aparece à cabeça, seguida da Áustria e da Finlândia.

As negociações com a Noruega, reconheceu, "não estão muito avançadas".

Negando que a Grécia e a Espanha não sejam favoráveis ao alargamento, o responsável grego indicou que Atenas propôs recentemente à Comissão Europeia a concessão de fundos "ad hoc" para o desenvolvimento das regiões árticas dos países escandinavos.

Assinalou, a propósito, que os países "ricos" da União preferem que esse financiamento seja retirado dos fundos estruturais, "para não terem de pagar mais", ao passo que os países "pobres" - Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal - se opõem a isso. Actualmente, lembrou, apenas as regiões cujo rendimento por habitante é inferior a 75 por cento do rendimento médio (per capita) da União Europeia - como acontece em algumas regiões espanholas, gregas, irlandesas e portuguesas - podem beneficiar daqueles fundos. Nas regiões escandinavas, o rendimento per capita é superior a 75 por cento do rendimento médio europeu.



Depois dos subsídios para a destruição da frota pesqueira - no Algarve os barcos têm estado a ser queimados -, els que a Comunidade anuncia fundos para as pescas. Resta saber quem vai beneficiar com eles... (ver pág. 18)

Comunidade dedica-se à pesca

A Comissão Europeia aprovou uma ajuda de 46,7 milhões de Ecus (cerca de 9,1 milhões de contos) para o melhoramento dos meios utilizados para a actividade da pesca na Comunidade.

Portugal é um dos principais beneficiários destas medidas para o sector das pescas para 1994, devendo receber 5,7 milhões de Ecus (cerca de 1,1 milhões de contos).

Segundo um porta-voz da Comissão, entre os principais países beneficiados, além de Portugal, estão a Irlanda (6,3

milhões de ecus), França (3,6 milhões), Espanha (2,6 milhões) e Dinamarca (1,3 milhões).

Os fundos destinam-se à compra e modernização de navios e aviões de fiscalização e sistemas de marcação de navios ou aviões e de registo de pescado.

A Comissão decidiu desbloquear estes fundos depois de ter examinado os dossiês sobre o assunto elaborados pelos Estados membros.

O financiamento comunitário atinge 50 por cento das despesas totais.

Delegação do PC da Boémia e Morávia visitou Portugal

Uma delegação do Partido Comunista da Boémia e Morávia, composta por Miroslav Grebenicek, Presidente do CC do PCBM, e Václav Exner, vice-Presidente do CC do PCBM, visitou Portugal entre 3 e 6 de Fevereiro, a convite do Comité Central (CC) do Partido Comunista Português.

A delegação do Partido Comunista da Boémia e Morávia manteve conversações com uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, e Carlos Aboim Inglês, do Comité Central e da Comissão Central de Controlo, e encontrou-se com Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

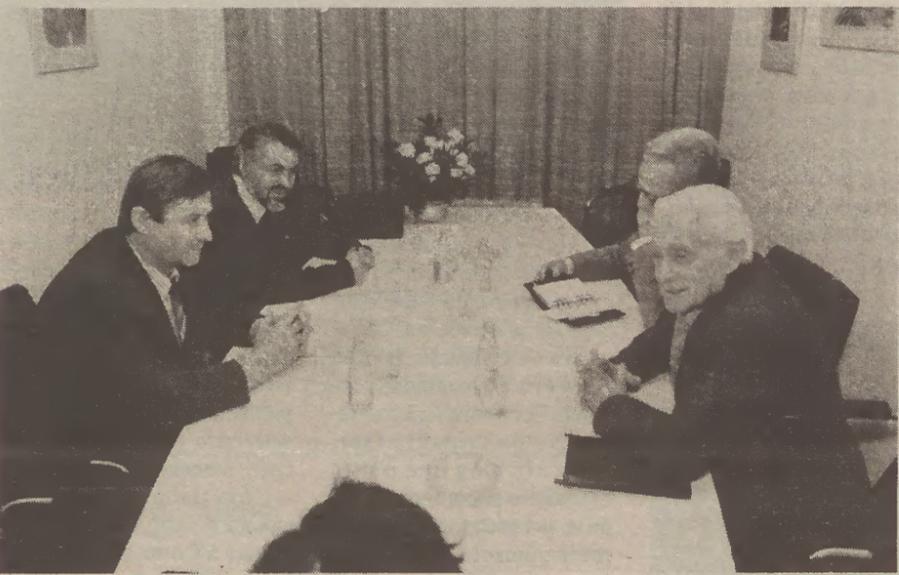
No distrito de Setúbal, a delegação do PCBM teve conversações com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) e Manuel Sobral, membro da Comissão Política do CC; visitou a Solisnor, onde se encontrou com a Comissão de Trabalhadores, e a Academia Almadense, onde foi recebida pela Direcção.

Em Évora, a delegação do PCBM foi recebida na Câmara Municipal pelo seu Presidente Abílio Fernandes, visitando a cidade e várias obras camarárias, e visitou a Cooperativa Agrícola de Torre de Coelheiros, onde teve contactos com membros da sua direcção, sendo acompanhada no distrito por Raimundo Cabral, do Conselho Nacional do PCP e responsável pela Direcção da Organização Regional de Évora (DOREV).

A delegação teve um encontro de trabalho com Vítor Dias, membro da Comissão Política do CC.



Encontro da delegação do Partido Comunista da Boémia e Morávia com Carlos Carvalhas, Albano Nunes e Aboim Inglês



Encontro com Álvaro Cunhal

As conversações, encontros e visitas realizadas permitiram um útil intercâmbio de informações e opiniões sobre a situação económica, social e política dos respectivos países, a actividade e orientação de cada Partido e sobre a situação internacional, designadamente na Europa. A visita contribuiu para um melhor conhecimento e compreensão mútua e confirmou o desejo de desenvolver os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e o PCBM, tendo sido adoptado um programa de cooperação entre os dois partidos.

Saudações

**Ao camarada Armando Cossuta
Presidente do Partido
da Refundação Comunista
Itália**

Com calorosas felicitações pelo Congresso do Partido da Refundação Comunista e pela sua reeleição como Presidente do Partido desejo-lhe, prezado camarada Armando Cossuta, grandes êxitos na luta que continua, respondendo criativamente às mudanças do mundo, sempre aprendendo com a vida, e inspirada pelos grandes objectivos e pelo inigualável património revolucionário dos comunistas.

Janeiro de 1994

Álvaro Cunhal

**Ao camarada Armando Cossuta
Presidente do Partido
da Refundação Comunista**

Querido camarada,

Em nome do Comité Central, felicito-o pela sua reeleição, dirijo votos dos melhores êxitos ao Partido da Refundação Comunista e envio-lhe fraternais saudações com a confirmação da nossa amizade e solidariedade e profundo interesse no desenvolvimento das relações fraternais entre os nossos dois Partidos.

Janeiro de 1994

Carlos Carvalhas

Secretário-Geral do Partido Comunista Português

**Ao camarada Fausto Bertinotti
Secretário-Geral do Partido
da Refundação Comunista**

Querido camarada,

Envio-lhe calorosas felicitações por motivo da sua eleição como Secretário-Geral do Partido da Refundação Comunista e os melhores votos à acção corajosa do partido dos comunistas italianos. Confirmando o profundo interesse do PCP em desenvolver as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos, envio-lhe as nossas fraternais saudações comunistas.

Janeiro de 1994

Carlos Carvalhas

Secretário-Geral do Partido Comunista Português

**Ao camarada Robert Hue
Secretário-Nacional do Partido
Comunista Francês**

Querido camarada,

Por motivo da sua eleição como Secretário-Nacional do Partido Comunista Francês transmito-lhe as felicitações e os melhores votos para a actividade do PCF.

Confirmando o profundo interesse do PCP no desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos, envio-lhe as nossas fraternais saudações comunistas.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1994

Carlos Carvalhas

Secretário-Geral do Partido Comunista Português

Honduras Eleição de novo presidente marca fase de mudança

A eleição de Carlos Roberto Reina como presidente da República das Honduras - apesar de uma abstenção da ordem dos 40% - pode marcar uma fase de mudança na vida política de um país que, depois de um regime militar, vive desde os anos 80 no quadro uma democracia muito restritiva.

O actual presidente iniciou a sua vida política lutando contra a ditadura de Tiburcio Carías e, durante a campanha eleitoral que iria levar à sua eleição foi mesmo qualificado como "comunista" por defender o reatamento das relações oficiais com Cuba, suspensas desde a exclusão deste país da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1962. Contrapondo-se à política neoliberal do ex-presidente Rafael Callejas, Carlos Reina defende uma outra linha de desenvolvimento que "mude a imagem" do país.

A situação socioeconómica das Honduras é particularmente grave. A pobreza atinge 80% da população (cinco milhões de pessoas) e a malnutrição afecta 72,5% das crianças.

Mas a questão mais complexa é o desaparecimento de dirigentes da oposição nos anos 80. No relatório da Comissão dos Direitos do Homem, intitulado "Os factos falam por si", afirma-se que as autoridades civis e militares hondurensas, apoiadas pelos Estados Unidos,

Argentina e "contras" nicaraguenses, são responsáveis pelo desaparecimento de 184 pessoas, no período da "guerra suja". O relatório acusa directamente o embaixador norte-americano da época, John Dimitri Negroponte, de se ter ingerido nos negócios internos do país a um nível "raramente visto". E afirma mesmo que ele transformou as Honduras num "porta-aviões terrestre do Pentágono", ferro de lança na guerra contra a Nicarágua.

O autor do relatório, Leo Valladares, pediu ao exército para abrir os seus arquivos, pedido que, pelo menos formalmente, foi aceite "para que o povo conheça a verdade". O porta-voz do exército reconheceu que "neste lamentável acontecimento participaram numerosas personalidades nacionais e estrangeiras". O ministro do Interior, irmão do general Discua, reconheceu também a participação hondurenha. "Era uma verdadeira camisa de forças - afirmou - imposta pelos Estados Unidos".

O Comité das famílias dos "presos-desaparecidos" declarou que se vai dirigir ao novo presidente para que seja feita justiça. O actual presidente eleito, Carlos Reina, comprometeu-se a esclarecer os acontecimentos ocorridos nesse período porque, conforme disse, "aceitar a impunidade dos culpados, é tornarmo-nos seus cúmplices".



O Relatório estes dias publicado pela associação norte-americana Human Rights Watch/America afirma que 5440 crianças brasileiras de cinco a dezassete anos foram assassinadas entre 1988 e 1991. A maioria destes assassinatos nunca foram investigados no fundamental por "falta de vontade política". Quem são os responsáveis? "Os polícias", os "esquadrões da morte", os "gangsters e os traficantes de droga, assim como pessoas próximas das vítimas". Cerca de 120 milhões de brasileiros vivem marginalizados e 32 milhões abaixo no nível da pobreza.

INTERNACIONAL

Bósnia

Todos apostam na guerra

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia decidiram "apoiar a realização rápida de uma reunião do Conselho do Atlântico Norte, com o objectivo de conseguir o levantamento imediato do cerco a Sarajevo, recorrendo a todos os meios necessários, incluindo a utilização de força aérea". Uma decisão que vem na linha do pedido de Butros-Ghali à NATO, no sentido de recorrer aos ataques aéreos contra as posições da artilharia sérvia em redor de Sarajevo, onde a guerra se agravou ainda com o massacre de sábado passado que vitimou 68 pessoas e feriu mais de 200.

A mesma lógica do acrescentar guerra à guerra que tem vindo a ser preconizada pelos vários chefes militares na Bósnia, dos croatas aos muçulmanos, passando pelos sérvios bósnios.

Uma opção que tem vindo a ser frontalmente condenada por alguns dos generais das forças da ONU no terreno.

Em recente entrevista a dois jornalistas de "L'Express", o general belga Francis Briquemont comenta: "Recentemente, uma sondagem indicava que 3% da população belga era favorável a uma intervenção aérea na Bósnia. A questão estava mal colocada. Seria preciso perguntar às famílias: se vocês tivessem um filho de vinte anos, com um capacete azul na cabeça, em Sarajevo, seriam favoráveis a raids aéreos sobre as baterias sérvias?". E o general acrescenta: "Não existe uma situação em que de um lado estão os bons e de outro os maus. É uma guerra a três".

Entretanto, e em véspera de nova sessão das negociações de paz, que hoje se deverá iniciar em Genebra, é de guerra de facto que se trata.

Sob a égide dos mediadores internacionais, lord Owen, pela União Europeia, e Thorvald Stoltenberg, pela ONU, tem estado sobre a mesa um plano de partilha da Bósnia em três mini-estados étnicos (um sérvio, um croata e um muçulmano). Mas os preparativos que estão a ser feitos pelas três partes são claramente de ordem militar.

A Croácia voltou estes dias a preconizar "o recurso à força" para terminar com os combates... A semana passada foi ameaçada de sanções pela ONU, depois de várias denúncias de que teria enviado até 20 mil homens do seu exército regular para combater ao lado dos croatas da Bósnia, neste momento em luta com as forças designadas como muçulmanas.

O presidente bósnio (muçulmano) não esconde a sua intenção de recusar uma vez mais os planos avançados para uma solução política do conflito. E não concretiza quais as suas objecções, apesar de entretanto ter obtido garantias de que a sua administração poderá vir a dispor de 33% do território bósnio.

O dirigente sérvio bósnio, Karadzic, comunga também desta mesma vontade belicista, declarando nestes dias à imprensa - "a comunidade internacional vai permitir que o conflito seja resolvido pela guerra. Este mesmo princípio é válido para os sérvios".

Vietname

EUA levantam embargo 30 anos depois

O embargo norte-americano ao Vietname - que já durava há 30 anos - foi finalmente levantado, em vésperas do "Tet", o Ano Novo Lunar.

Uma medida saudada pelos dirigentes do Vietname, que em declaração formal a classificaram de "positiva e significativa", um "contributo para abrir uma nova página" nas relações bilaterais, "no interesse dos dois povos".

Saudada igualmente pelos homens de negócios norte-americanos, que escassas horas após o anúncio do levantamento do embargo, avançavam com a formalização de acordos, dos cartões de crédito bancário aos refrigerantes.

Alguns passos já anteriormente tinham sido dados neste sentido. Em Setembro do ano passado, o presidente Clinton levantou algumas restrições, permitindo que firmas norte-americanas se pudessem candidatar em concursos para obras com fundos de organizações internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Asiático de Desenvolvimento.

Seguiu-se-lhe, nestes últimos dias, o parecer favorável do Senado norte-americano.

O embargo económico e político foi imposto pelos Estados Unidos contra a República Democrática do Vietname em 1964, e alargado a todo o país em Abril de 1975, quando da libertação do Sul do Vietname e a derrota e partida das forças militares norte-americanas.

As razões de fundo desta medida foram uma tentativa de "punir" a população vietnamita, impor-lhe condicionantes que impedissem as possibilidades de desenvolvimento do país.

Oficialmente, o embargo era apresentado como uma forma de pressão para esclarecer a sorte dos 2238 soldados norte-americanos desaparecidos durante a guerra.

As autoridades norte-americanas sempre afirmaram ser esse um problema de ordem humanitária, que se esforçavam por resolver o melhor possível e que em nenhum caso deveria ser ligado às negociações políticas para o reestabelecimento de relações entre os dois países.

Esse esforço por parte das autoridades vietnamitas para esclarecer a sorte dos desaparecidos foi mesmo recentemente reconhecido pelo almirante Charles Larson, que dirige



Hanoi: a imprensa dá destaque ao levantamento do embargo

as investigações nessa área, quando da sua deslocação ao Vietname o mês passado.

Nessa ocasião, o almirante norte-americano afirmou mesmo que todo o seu trabalho ficaria facilitado se os dois países estabelecessem entre si relações normais.

Entretanto, nos Estados Unidos, e apesar da resistência estimulada por algumas organizações de veteranos de guerra, foi crescendo a pressão para o

levantamento do bloqueio - pressão que acaba de dar os seus frutos. Em causa nomeadamente a pressão do sector económico, empenhado em participar dos lucros de um país com 70 milhões de habitantes e em pleno desenvolvimento. Tanto mais que o Japão, países do Sudeste asiático, a Austrália, e mais recentemente a França, não esperaram pela "luz verde" de Washington para investir na economia vietnamita.

França

Pescadores em luta

A greve dos pescadores franceses estendeu-se a todo o litoral, numa luta que culminou em grandes manifestações em Boulogne-sur-Mer, o porto por onde dá entrada o peixe importado da Europa do Norte, e em Rennes, quando da visita do primeiro-ministro Edouard Balladur.

A luta foi desencadeada por nova baixa de preços do peixe desembarcado, num cenário de crescentes dificuldades: importações abusivas a baixos preços, baixa na venda do peixe francês, grande quebra no preço do pescado, deterio-

ração do nível de rendimentos das famílias de pescadores, crescente endividamento dos proprietários dos barcos.

As estimativas do ano passado indicavam que 35% dos patrões de barcos construídos depois de 1986 e matriculados na Bretanha, estavam em situação muito difícil. Actualmente o seu número passou para 50%.

Neste quadro, os pescadores exigem aumentos para os preços do peixe, baixa dos encargos sociais e das taxas portuárias, um controlo mais rigoroso das importações.

Numa tentativa de travar o forte movimento reivindicativo, o governo francês anunciou subvenções directas, redução dos encargos sociais e 150 milhões de francos de empréstimos bonificados. Nada foi dito em relação ao preço do pescado - exigência fundamental de uma classe que vê os seus recursos em decréscimo acelerado, sem conseguir simultaneamente pagar as dívidas contraídas no esforço de modernização que lhe foi pedido nos anos 80.

Alain Bocquet, presidente do grupo comunista na Assembleia Nacional francesa, defende, em carta dirigida ao primeiro-ministro Edouard Balladur, que no que respeita à pesca marítima, "deve ser aplicada a cláusula da salvaguarda". E concretiza: "As importações não complementares devem ser proibidas, e as que se fazem devem ser sujeitas às mesmas regras de preços e de controlo sanitário que as pescas francesas". Bocquet defende ainda a urgência de "fixar preços compensadores que tenham em conta a evolução dos custos e encargos da pesca".

Os números da crise

- Entre 1988 e 1992, a frota de pesca francesa passou de 11.244 barcos para 7.139.
- Neste mesmo período, o número de pescadores passou de 33.011 para 24.715, ou seja, uma baixa de efectivos da ordem dos 25,1%
- Em 10 anos, a tonelagem anual de pescado sofreu uma redução de 20%.
- Desde 1980 foram encerradas 20 fábricas de conservas de peixe.
- 75% dos produtos do mar consumidos em França são importados.

Os frutos da renovação

No 6º Congresso do Partido Comunista Vietnamita, em 1986, foram lançadas as bases de um programa de renovação, com particular incidência ao nível do desenvolvimento económico, e que permitiu arrancar o país de uma situação de miséria generalizada.

Os resultados obtidos, em pouco mais de sete anos, são significativos. Foi lançado o desenvolvimento económico, a inflação controlada e os investimentos industriais cresceram consideravelmente.

Há cerca de três anos, o Vietname conseguiu a auto-suficiência alimentar e, em 1992, tornou-se o terceiro exportador mundial de arroz, em grande medida graças a uma política que devolveu aos camponeses a produção e comercialização da produção agrícola. Em 1993, e apesar de grandes intempéries e graves inundações, a produção de arroz chegou às 24,5 milhões de toneladas, um resultado que só estava previsto para 1995. De há três anos para cá a taxa anual de crescimento económico é superior a 7%. A inflação, que em 1992 era ainda de 60%, baixou o ano passado para 5%. Em 1992 conseguiu-se um equilíbrio no comércio externo, que em 1993 registou mesmo um ligeiro excedente, da ordem dos 100 milhões de dólares.

Actualmente, os projectos de investimento ultrapassam os 7 biliões de dólares.

Para os dirigentes vietnamitas trata-se de partir do desenvolvimento agrícola para lançar as bases da indústria e das infra-estruturas, tendo como preocupação permanente, segundo as suas palavras, "colocar o homem no centro do desenvolvimento".

Segunda greve geral em 1994

Função Pública pára amanhã

contra a redução dos salários

Depois da grande adesão à greve de 25 de Janeiro, convocada por praticamente todos os sindicatos da função pública, os trabalhadores da administração central, regional e local voltam a paralisar amanhã. Contrariar a tentativa de redução dos salários continua a ser o objectivo da luta, uma vez que o Governo também não se demoveu do seu objectivo: alterou de 2 para 2,5 por cento a proposta de actualização dos salários, mantendo a subida, de 8 para 10 por cento, dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações. Para muitos trabalhadores, como logo protestaram os sindicatos, o aumento é zero, enquanto para outros não chegará sequer a meio por cento. «Mesmo tendo em conta os valores irrealistas avançados pelo Governo, quanto a previsões de inflação (5,5 por cento), esta situação leva a uma perda no poder de compra dos salários, entre 1993 e 94, na ordem dos 7,5 por cento»,

afirma Ana Avoila, dirigente do sindicato da Função Pública do Sul e Açores, no último número do jornal desta estrutura (que, com mais duas dezenas de organizações, integra a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa).

Além de pretender impor a redução dos salários, salienta-se no «TFP», o Governo recusa-se a discutir carreiras (apesar de ter assinado, ainda em 1989, um compromisso de revisão das carreiras gerais), recusa-se a discutir a reestruturação de serviços (preferindo continuar a extingui-los, a esvaziar o património, a comprometer a investigação e desenvolvimento, a lançar trabalhadores necessários para os disponíveis), recusa-se a discutir horários de trabalho, formação profissional, revisão do sistema retributivo, a correcção do salário mínimo (que não pode ser inferior ao salário mínimo nacional, mas está ainda mais afastado).

Mais grave se torna a situação, refere o jornal, por o Governo expressar por escrito as suas intenções de rever o diploma de férias, faltas e licenças (para o piorar, colocando os trabalhadores numa situação que o «TFP» qualifica como quase de policiamento) e também as classificações de serviço (para dificultar a progressão na carreira).

Nos vários sectores da administração pública somam-se razões específicas para que os trabalhadores vão amanhã para a greve.

Os enfermeiros, por exemplo, exigem resposta do Governo (conforme compromisso assumido pelo Ministério da Saúde em 5 de Janeiro) a matérias como o estatuto profissional e a regulamentação do exercício da enfermagem, a admissão de enfermeiros na Função Pública, o ensino de enfermagem, equivalências aos graus académicos, injustiças decorrentes da aplicação do

Salário mínimo teve aumento indigno

A actualização do salário mínimo nacional, anunciada no dia 3 pelo Governo, foi considerada pela CGTP-IN como «uma verdadeira afronta aos trabalhadores» que o auferem e «um atentado à dignidade de quem trabalha». Numa nota de imprensa em que critica o «atraso indesculpável» desta medida, a central afirma que, «tanto pela percentagem, como pelo seu montante, os aumentos unilateralmente decididos

pelo Governo são ínfimos, para não dizermos miseráveis, sobretudo se tivermos em linha de conta a importante função social que deverá caber ao salário mínimo nacional».

A *Inter* lembra que o primeiro-ministro «assumiu em 1985 o compromisso de fazer crescer o salário mínimo nacional acima dos salários médios», contrapondo que se a remuneração mínima tivesse, pelo menos, acompanhado o crescimento médio dos salários, deveria ser, já em Janeiro de 1993, de 55 mil escudos.

Agora, ao anunciar que o salário mínimo nacional será, em 1994, de 49 300 escudos para a indústria, comércio e serviços, e de 43 mil escudos para o serviço doméstico, Cavaco Silva «mais uma vez não está a cumprir com a sua palavra» e «pretende que este seja um ano em que o salário mínimo ficará a perder em relação aos restantes salários», acusa a CGTP.

Esta medida, inserida numa política de redução dos salários, vem agravar ainda mais o fosso que separa os salários dos trabalhadores portugueses daqueles que são praticados nos restantes países europeus, afirma a central, recordando que o salário mínimo é superior a 75 contos em Espanha e ultrapassa os 170 contos em França.

Depois de salientar que «o alcance do salário mínimo não se circunscreve às cerca de 200 mil famílias que dele depen-

dem», mas também «interfere, duma forma directa ou indirecta, na vida de centenas de milhares de outras», a CGTP acusa o executivo do PSD de estar a «contribuir para o empobrecimento de franjas cada vez maiores da sociedade portuguesa e a agravar as já profundíssimas desigualdades sociais que se verificam no nosso país».

Ainda pior na Função Pública

Na Administração Pública o salário mínimo, de 45 587 escudos, está agora 8 por cento abaixo dos 49 300 escudos anunciados na semana passada pelo Governo, protestou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, classificando de «ilegal e inconstitucional» a distância que separa os dois mínimos e que era de 4 por cento até à passada quinta-feira.

Com os aumentos propostos pelo Governo, adianta a federação, o mínimo da Função Pública passaria para 46 960 escudos, 5 por cento menos que o salário mínimo nacional.

Estas são, para a federação, razões adicionais para que o Governo retome as negociações e altere os valores de aumentos salariais que apresentou aos sindicatos.

Outro record que mais valia não deter

De 1985 a 1993 os custos salariais tiveram em Portugal uma quebra muito acentuada, por comparação com a evolução nos restantes países da Comunidade Europeia. Um relatório da Comissão das Comunidades, recentemente publicado e citado anteontem num comunicado de imprensa da CGTP, revela que Portugal é, a seguir à Grécia, o país dos doze onde os custos salariais por unidade produzida mais caíram naquele período. Isto é agravado pelo facto de o nível salarial português ser o mais baixo da CE.

O relatório parte de um indicador que tem em conta, simultaneamente, a evolução dos custos salariais (e não apenas dos salários), a evolução dos preços e a evolução do emprego. A análise dos custos unitários de mão-de-obra nos diversos estados-membros mostra que, de 1985 a 93, as despesas com salários registaram em Portugal uma quebra superior a 10 por cento, o que, comenta a CGTP, «vem agravar o fosso que separa os salários dos trabalhadores portugueses dos restantes países comunitários».

A Grécia é o único país onde, em termos percentuais, se registou uma quebra ligeiramente mais acentuada que em Portugal. No entanto, os salários reais que lá são praticados continua a situar-se bastante acima dos portuque-

ses, refere a central, citando o exemplo do salário mínimo nacional: enquanto agora o Governo de Cavaco Silva o fixou em 49 300 escudos, na Grécia o seu valor equivale a 69 500 escudos.

A nota de imprensa da CGTP transcreve ainda um passo do relatório, em que a Comissão das Comunidades Europeias afirma que a diminuição dos custos salariais teve como consequência o aumento das margens de lucro em quase todos os estados-membros. É também a Comissão quem diz que a melhoria global da rentabilidade mais do que compensou as elevadas taxas de juro reais a longo prazo que se registaram nos anos 80. «Corresponde isto a dizer que foram os trabalhadores a pagar os custos de uma política que não veio resolver, antes agravar, a situação económica na Comunidade», conclui a CGTP.

Para a *Inter*, os dados do relatório «são também relevantes num momento em que a política dominante nos estados-membros é a de moderar ainda mais os salários, com o pretexto de que só assim se combate o desemprego». Só que, sublinha a central, «o que esta informação mostra é que, no passado, a redução dos custos salariais não se traduziu em criação de emprego» pois a Comunidade «tem hoje agravados problemas de desemprego».



A 22 a CP paralisa

O plenário de sindicatos e o conselho nacional da federação dos Ferroviários (FSTFP) decidiram convocar para dia 22 uma greve de meio dia nas empresas do grupo CP, como forma de lutar contra o boicote às negociações salariais para 1994, por aumentos salariais justos, pelo horário máximo de 40 horas semanais e 8 horas diárias, pela defesa dos direitos reconhecido no acordo de empresa e pelas negociações do regulamento de carreiras.

Num comunicado que distribuiu anteontem, a federação constata que «face à actual situação vivida nas empresas do sector ferroviário e de acordo com o sentimento manifestado pelos trabalhadores, é necessário e urgente o desenvolvimento de formas de luta».

Uma proposta inicial de realização da greve no dia 18 foi alterada para 22, por a FSTFP considerar que «é necessário desenvolver todos os esforços para a convergência na acção de todos os trabalhadores ferroviários e suas organizações e, dentro do possível, com as outras empresas do sector de transportes».

Para amanhã, está marcada uma reunião da federação com o Smaq e o Sinfa, onde serão «acertados» os passos concretos para o dia da greve.

De muitas lutas se faz a manifestação de 26 de Fevereiro

Num momento em que as estruturas do movimento sindical unitário se empenham na preparação da manifestação nacional (descentralizada) que a CGTP convocou para o próximo dia 26, desenvolvem-se em diversas empresas e sectores lutas por aumentos salariais justos e em defesa de emprego estável com direitos.

Além das acções de que damos notícia nestas páginas, tiveram lugar ou estão marcadas lutas na **Sumolis** (greve de 48 horas durante a próxima semana), **Favorita** (greve de 24 horas marcada para ontem), **Torraltá** (concentração hoje às 11 horas junto à Secretaria de Estado do Turismo), **Covina** (greve de 48 horas no início desta semana), **EDP** (plenários nos locais de trabalho desde o fim de Janeiro).

Integrando-se na manifestação de dia 26, estão já marcadas iniciativas em **Aveiro** (manifestação na Avenida Lourenço Peixinho, a partir das 15 horas), **Braga** (manifestação na Avenida Central, às 15.30), **Coimbra** (manifestação na Praça 8 de Maio, às 15 horas), **Évora** (concentração no Jardim Público, às 11 horas), **Faro** (manifestação no Largo do Tribunal Judicial), **Leiria** (manifestação), **Lisboa** (reunindo trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, manifestação do Marquês de Pombal para os Restauradores, às 14.30 horas), **Porto** (desfile a partir da Praça Humberto Delgado, às 15 horas), **Tomar** (manifestação na Praça da República, às 15 horas) e **Viseu** (concentração no Rossio).

novos sistema retributivo, a regulamentação da carreira e a deslocação para a periferia. Entre os **professores** os motivos de descontentamento são agravados pela política de ensino que é marcada por uma fortíssima contenção do orçamento. A Fenprof considerou decepcionante a reunião que teve na semana passada com a ministra da Educação e de onde os representantes da federação extraíram duas ideias-força: «toda a actuação do ME está sob a égide duma fortíssima contenção orçamental e é clara uma total concentração de competências na pessoa de Manuel Ferreira Leite». Nesta reunião, a ministra reconheceu que a desvalorização do serviço extraordinário é o mais grave problema do momento, mas «a opção não passa pelo encontrar duma solução justa e legal, mas antes pela substituição dos professores em greve» desde 8 de Novembro.

Carteiros em greve hoje e amanhã

Hoje e amanhã não há distribuição de correio, devido à greve nacional de carteiros convocada pelo SNTCT, após auscultação nos locais de trabalho e depois de entregue à administração dos CTT um abaixo-assinado com 5273 nomes a apoiar a luta e os seus objectivos.

Entre as razões que motivam esta paralisação de dois dias, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações aponta:

— os **violentos ritmos de trabalho** a que são obrigados os carteiros, enfrentando excesso de horas extraordinárias e pressões para fazerem trabalho não remunerado quando atingem o limite legal de horas extra;

— a passagem dos carteiros a trabalhadores **qualificados**, pois, embora tenham aumentado as habilitações exigidas e as funções desempenhadas, continuam a ser considerados como semiquilificados;

— o pagamento da compensação de 25 por cento do trabalho extraordinário, em dívida desde 19 de Maio de 1992, quando os CTT passaram a sociedade anónima.

Segundo o SNTCT, o aumento do tráfego postal tem sido acompanhado de uma forte redução do pessoal de tratamento e distribuição de correio, que passou de 6427 efectivos em Dezembro de 1992, para 5812 em Dezembro de 1993, redução que tem sido constante: nos últimos 10 anos o tráfego duplicou, mas foram reduzidos 2 mil postos de trabalho de carteiro.

Uma grande parte dos trabalhadores atingiu o limite anual de horas extraordinárias previsto na lei. Como não há disponibilidade para substituições,

quando um carteiro falta, outro tem que fazer camarada que faltou. Situações como esta levam a que haja carteiros obrigados a trabalhar fora do horário sem que o trabalho extra lhes seja pago, denuncia o SNTCT, contrapondo que os CTT «acabam de comprar mais de 30 carros novos para a gestão, num valor superior a 100 mil contos».

Entretanto, o aumento dos ritmos de trabalho tem suscitado protestos da classe, contabilizando-se 106 greves ao trabalho extraordinário em todo o País durante 1992.

O sindicato anunciou que no **dia 19** de Fevereiro terá lugar em Lisboa um **plenário nacional** de carteiros, para avaliar os resultados da greve. Caso a administração continue a não satisfazer as reivindicações dos carteiros, a luta irá continuar, adianta o SNTCT.

quando um carteiro falta, outro tem que fazer camarada que faltou. Situações como esta levam a que haja carteiros obrigados a trabalhar fora do horário sem que o trabalho extra lhes seja pago, denuncia o SNTCT, contrapondo que os CTT «acabam de comprar mais de 30 carros novos para a gestão, num valor superior a 100 mil contos».

Entretanto, o aumento dos ritmos de trabalho tem suscitado protestos da classe, contabilizando-se 106 greves ao trabalho extraordinário em todo o País durante 1992.

O sindicato anunciou que no **dia 19** de Fevereiro terá lugar em Lisboa um **plenário nacional** de carteiros, para avaliar os resultados da greve. Caso a administração continue a não satisfazer as reivindicações dos carteiros, a luta irá continuar, adianta o SNTCT.

O sindicato anunciou que no **dia 19** de Fevereiro terá lugar em Lisboa um **plenário nacional** de carteiros, para avaliar os resultados da greve. Caso a administração continue a não satisfazer as reivindicações dos carteiros, a luta irá continuar, adianta o SNTCT.

O sindicato anunciou que no **dia 19** de Fevereiro terá lugar em Lisboa um **plenário nacional** de carteiros, para avaliar os resultados da greve. Caso a administração continue a não satisfazer as reivindicações dos carteiros, a luta irá continuar, adianta o SNTCT.

O sindicato anunciou que no **dia 19** de Fevereiro terá lugar em Lisboa um **plenário nacional** de carteiros, para avaliar os resultados da greve. Caso a administração continue a não satisfazer as reivindicações dos carteiros, a luta irá continuar, adianta o SNTCT.

O sindicato anunciou que no **dia 19** de Fevereiro terá lugar em Lisboa um **plenário nacional** de carteiros, para avaliar os resultados da greve. Caso a administração continue a não satisfazer as reivindicações dos carteiros, a luta irá continuar, adianta o SNTCT.



Metalúrgicos preparam jornada nacional dia 24

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal decidiu levar a cabo uma jornada de luta, a nível nacional, no próximo dia 24, cujo objectivo é «unificar a luta» dos trabalhadores por aumentos salariais, mais reduções no horário de trabalho, revisão da contratação colectiva e defesa do sector e do emprego.

Depois do plenário nacional de activistas do sector automóvel, convocado para ontem à tarde em Santarém, deverá hoje ter lugar um plenário nacional (descentralizado) da metalurgia e metalomecânica. Estas acções, bem como diversos plenários nas empresas, têm por objectivo preparar a jornada de 24, de modo a que esta seja «a afirmação inequívoca da vontade colectiva dos trabalhadores do sector». Num comunicado que fez chegar à nossa Redacção, a FSMMP apela ainda à participação na manifestação de dia 26, promovida a nível nacional pela CGTP, e recorda aos trabalhadores que **terça-feira de Carnaval é feriado**, por força da contratação colectiva da metalurgia e do sector automóvel.

Lisboa pára

O sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa - uma das estruturas que integram a FSMMP - anunciou, entretanto, que decidiu convocar para dia 24 uma paralisação de meio dia (forma de luta que a federação admite que venha a ser seguida noutras regiões). Às razões nacionais para a greve acrescenta o sindicato «a degradação social que alastra em várias empresas» e a «chantagem patronal para tentar impor baixos salários».

«Em dezenas de importantes empresas», denuncia o sindicato, os metalúrgicos são confrontados com «um autêntico estado de sítio, imposto pelo patronato, destinado a promover a destruição de postos de trabalho, limitar os direitos e sacrificar ainda mais os trabalhadores, com propostas vexatórias de actualizações salariais».

Numa nota distribuída à imprensa na semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa aponta alguns exemplos:

- os despedimentos por rescisão em curso no Entrepósito de Lisboa;
- os recentes encerramentos da EPI, da Argibay e da FNAC;
- a destruição acelerada da Mageu;
- a tentativa ilegal de marginalização de dezenas de trabalhadores na Sorefame;
- e o *lay-off* na MEC, na Casa Hipólito e na FOC.

Quanto às associações patronais, «em vez de se preocuparem com a modernização e a viabilização das empresas e do sector, preferem fazer chantagem sobre os trabalhadores, arrastando as negociações do contrato e tentando aplicar a política de redução salarial que está a ser dirigida pelo Governo», acusa o sindicato que, depois de referir que em mais de duas dezenas de empresas tiveram lugar paralisações ou outras formas de luta durante o mês de Janeiro, encara a jornada de dia 24 como «forma de unificar a luta no sector e preparar novas acções contra este estado de coisas e contra esta política de terra queimada».

Que perspectivas para as Pescas Nacionais?

A atitude capitulacionista deste Governo ao longo do processo de adesão à CEE mergulhou o sector das pescas numa grave crise. Todavia, não se pode ficar indiferente e de braços cruzados. Cabe ao povo português escolher os seus representantes e definir os seus governos. As eleições para o Parlamento Europeu são uma oportunidade para eleger deputados que se empenhem na defesa de uma política diferente. Cabe aos pescadores, aos trabalhadores das pescas, através da luta em defesa dos seus legítimos interesses, uma palavra decisiva em todo este processo.

As pescas deveriam ter figurado como um dos sectores estratégicos a defender para garantir os alicerces de uma política assente na defesa e valorização dos nossos recursos e especificidades da nossa economia, elementos indispensáveis a um projecto de desenvolvimento que garantisse a independência nacional.

Dispomos de uma extensa ZEE - Zona Económica Exclusiva - e de grandes tradições nesta actividade, dispomos de um grande volume de mão-de-obra com um peso significativo nas comunidades piscatórias espalhadas ao longo do litoral continental e regiões autónomas, que contribuem significativamente para abastecer o mercado alimentar e a indústria conserveira.

Com o aproximar do final do período de transição torna-se imperioso fazer um balanço à situação das pescas, avaliar as alterações que entretanto se foram produzindo ao longo destes 8 anos de adesão de Portugal à Comunidade Europeia e simultaneamente inventariar o que se perfila no horizonte, a manterem-se as principais linhas da política que tem sido seguida.

Passados estes anos da adesão de Portugal à CEE e apesar dos milhões de contos disponibilizados para este sector,



a actividade pesqueira nacional perdeu o peso que dispunha, pela redução e envelhecimento da frota, pela diminuição do volume das pescarias realizadas, pela queda do valor do pescado em lota e das oportunidades de pesca perdidas em águas de outros países, pela ruína de muitas pequenas empresas devoradas pela política financeira, pelo colapso da aquicultura. Ainda que tudo isto aconteça num quadro com elementos contraditórios devido à grande complexidade e variedade de situações que envolvem esta actividade, a introduzirem elementos de diversidade nas situações entre os vários portos, nos resultados obtidos através das artes e características da pesca que cada segmento pratica, dos pesqueiros que exploram e até das principais espécies a que dedicam a sua actividade.

Queda na produção

Com este pano de fundo, os sectores mais gravemente atingidos são a pesca de cerco, a pesca longínqua e o arrasto de marisco.

Mesmo com toda a falta de rigor que justamente se pode

invocar em relação às estatísticas da pesca, os dados disponíveis permitem assinalar que desde 1986 se verifica uma queda contínua na produção e nos efectivos da frota - de 1986 a 92 a frota diminuiu 20% e a produção 30% -, ao mesmo tempo que se tem vindo a acentuar o fosso entre os valores do pescado pago à produção no acto da primeira venda (lota) e os que são cobrados ao consumo, sem que deste facto tenha resultado qualquer benefício para o consumidor.

Do mesmo modo se tem vindo a assistir a um brutal aumento nos valores e nos montantes da tonelagem de importação de pescado - acréscimo de importações em 170% no período de 1986/92 - agravando-se, também por aqui, o défice da balança comercial.

Os últimos números conhecidos dão conta que no biénio 1990/92 a queda nos valores da produção e dos preços se continuou a verificar - menos 10% na tonelagem descarregada e idêntica quebra nos valores do pescado realizado em lota - e os elementos já disponíveis para 1993, embora incompletos, continuam a apresentar uma tendência para a descida ainda que com valores menores e com resultados muito diferenciados de porto para porto.

É nos crustáceos - sector em relação ao qual se alimentaram grandes expectativas e apresentou, nos primeiros anos a seguir ao término dos acordos com os espanhóis em 1985 resultados significativos - que se verificam quebras de 61% na tonelagem descarregada e de 56,5% nos valores de venda nos anos 90/92.

A pesca de cerco apresenta valores negativos com algum significado, particularmente nos portos de Peniche e do Algarve, os mais atingidos por factores que, entre outros aspectos, não podem ser dissociados da política de abate e das «reconversões» implementadas.

Na ressaca de acordos mal negociados pelo governo português, a pesca longínqua perde posições em benefício de outras frotas comunitárias em águas de outros países. Devorada pela política financeira deste Governo e pelo aliciamento ao abate, a frota de arrasto diminui efectivos e peso no conjunto das pescas nacionais.

A artesanal costeira, sector da máxima importância pelo significado que assume no abastecimento em fresco e pelo papel que desempenha na fixação das comunidades piscatórias ao longo de todo o litoral, sofre desde há anos os efeitos de uma política que, sem fundamentação científica, lhe impõe restrições ao uso de artes, secundariza ou impede mesmo o seu acesso a benefícios provenientes de fundos comunitários, numa linha que claramente visa obter a drástica diminuição da sua actividade. Cúmulo do cinismo e da irresponsabilidade deste Governo é a portaria de 1993 concedendo apoio à pesca artesanal sem qualquer efeito prático pela simples circunstância dos prazos que mediarão entre a sua publicação e a apresentação de candidaturas serem impossíveis de cumprir.

Na aquicultura, o falhanço é rotundo. De 1986 a 1991 foram aprovados pela Comunidade e pelo Governo projectos no valor de 49 milhões de contos com o objectivo de atingir 13 000 toneladas de pescado. Em 1992, a produção não foi além das 3900 toneladas, enquanto que a Grécia produzia 35 000, a Itália 102 000 e a França 208 000 toneladas, países que dispoem de tão importantes posições têm um papel decisivo no domínio dos mercados e na formação dos preços.

O assoreamento de barras continua a dificultar o exercício da actividade pesqueira e a pôr em risco a vida dos pescadores.

Consequências sociais

A imposição, por este Governo, a pretexto de normas comunitárias, da liberalização das margens de lucro na comercialização do pescado teve como consequência aprofundar o fosso entre os valores que são pagos à produção e os que são cobrados ao consumo transferindo para a intermediação, para o grande comércio grossista, a maior parte da mais-valia criada na produção em prejuízo do rendimento de pescadores e armadores.

No plano social assiste-se à perda de postos de trabalho em resultado de imobilizações definitivas ou temporárias, criando situações de extrema gravidade já que, como os pescadores continuam a não beneficiar do regime geral de trabalho, não têm acesso ao fundo de desemprego.

Gastaram-se milhares de contos provenientes de fundos comunitários e de receitas do Orçamento de Estado em ope-

rações de formação profissional através de uma política sem um mínimo de interligação com o fomento da actividade produtiva. O saldo deste investimento permitiu ao governo filtrar problemas sociais criados pela perda de postos de trabalho e pode ter ainda o efeito perverso de estimular um novo surto de emigração de mão-de-obra com alguma qualificação.

Investiram-se fundos na construção de infra-estruturas em regiões do país, como o Algarve, mas com o rumo que a política de pescas tem tido, resta saber se será a produção nacional a dar-lhes o aproveitamento devido, ou mais trágico ainda, se a certa altura nos confrontamos com projectos para as reconverter apenas para estruturas de apoio ao turismo.

Na recta final do período de transição, é necessário reflectir sobre o que o futuro a curto prazo pode reservar.

Os chavões da capitulação

O discurso redondo, pleno de chavões, que facilmente poria de acordo todos os protagonistas deste actividade, é como o Governo apresenta as novas vertentes do PDR das pescas para o qual mais uma vez se acena com vultuosas verbas, cujo valor, aliás, varia de acordo com o ministro ou secretário de Estado que as anuncia. Por detrás permanece a execução de uma política subserviente em relação às ordens de Bruxelas, visando a destruição compulsiva da capacidade produtiva do sector que tem nos abates e estrangulamentos financeiros, os instrumentos fundamentais para a sua concretização.

Para os países mais poderosos da Comunidade as pescas têm um valor relativo. Nesta relatividade cabem naturalmente os protestos dos pescadores franceses contra a invasão de produtos de pesca de outras origens, as declarações do governo inglês a opor-se à invasão das suas águas por frotas da comunidade ou as pretensões da Espanha para dar ocupação à sua importante frota de pesca. Relativo ainda porque os países mais desenvolvidos da CEE estão mais interessados em vender produtos financeiros, industriais, em adquirir reservas de matérias-primas em países de África ou América Latina, mesmo que a troca da compra dos produtos de pesca desses países, ou a exercer direitos de pesca através de sociedades mistas nas quais os interesses europeus têm uma importante quota parte. Esta é uma vertente que não pode ser combatida através da atitude subserviente que este Governo tem assumido.

No sentido de aprofundar a política comum das pescas a Comissão Comunitária aprovou um conjunto de recomendações a colocar ao Conselho de Ministros da Comunidade que, a serem implementadas, constituiriam uma nova escala de dificuldades para as pescas nacionais. São traços essenciais dessas medidas: a concentração no Conselho de Ministros da Comunidade da atribuição de licenças de pesca; a diminuição do volume das frotas de pesca e maiores condicionamentos ao acesso a áreas exteriores à Comunidade; maiores dificuldades no acesso a créditos para novas embarcações; supressão dos financiamentos a programas de reorientação dos esforços de pesca; abertura das águas comunitárias às frotas de todos os estados membros a partir de 1996. Todas estas medidas visam atingir o objectivo de reduzir os esforços de pesca em toda a Comunidade em 55%.

Capitulacionista como sempre este governo já anunciou a disponibilização de 19 milhões de contos destinados a abates, isto é, cerca de 30% das verbas do próximo quadro comunitário de apoio ao sector.

A manter-se esta orientação as pescas portuguesas sofreriam mais um rude golpe. Todavia não se pode ficar indiferente, de braços cruzados, dando a situação como adquirida. Cabe ao povo português escolher os seus representantes e definir os seus governos. Este ano vão realizar-se eleições para o Parlamento Europeu. É uma oportunidade para eleger deputados que de outra forma, se empenhem numa política diferente. Os deputados comunistas no PE são os únicos que têm travado um sério combate em defesa das pescas nacionais. Mais uma vez o demonstraram ao proporem o agendamento para a reunião do PE desta semana um debate de urgência sobre a situação das pescas.

Penalizar este Governo responsável pela ruína política praticada ao longo do período de transição é, não só um imperativo como uma necessidade para, no plano nacional, se abrir caminho a um novo governo com uma política ao serviço do desenvolvimento económico do país.

Cabe, entretanto, aos pescadores, aos trabalhadores das pescas através da luta em defesa dos seus legítimos interesses, uma palavra decisiva em todo este processo.



CARLOS LUÍS FIGUEIRA
Membro da Comissão Política

Penalizar este Governo, responsável pela ruína política praticada ao longo do período de transição, é não só um imperativo como uma necessidade

«Deixe-se de brincadeiras, senhor Primeiro-Ministro»

■ José Calçada

Ao contrário do que dele pensará a generalidade dos cidadãos, atrevo-me a afirmar estar o País confrontado com um senhor Primeiro-Ministro cheio de sentido de humor. Um sentido de humor muito particular, admito-o, mas que nem por isso o deixa de ser. Pelo contrário: estamos perante um sentido de humor de tal modo original que essa mesma originalidade chega a transformar-se num obstáculo para a quase sempre tão límpida comunicação entre o senhor Primeiro-Ministro e o País. O que, bem vistas as coisas, não é senão uma das habituais características dos génios: o de apenas serem compreendidas pelas gerações que se lhes seguem. Enfim: o senhor Primeiro-Ministro, debaixo daquela máscara de homem austero, o que antes de tudo possui é uma extraordinária «verve» para a sátira e um irreprimível gosto pelo risco, uma e outro sisudamente contidos pela gravidade das funções que desempenha — mas que, mesmo assim, apenas a analistas menos perspicazes poderão passar despercebidos. Na verdade, a que outra qualidade, que não à do sentido de humor, se devem muitos dos seus comportamentos mais recentes? A que outra luz, que não à do sentido de humor, podemos nós entender correctamente esses comportamentos? Quando o senhor Primeiro-Ministro, em sede de discussão dos vencimentos da Função Pública, lhe concede um aumento, sim, mas um aumento-desconto que já fazem para a Caixa Geral de Aposentações; quando o senhor Primeiro-Ministro, sobre a imprensa portuguesa, afirma peremptoriamente ser falso 95% do que ela sobre ele publica, conclusão a que consegue chegar depois de uns longos 10 minutos de leitura diária dos jornais; quando o senhor Primeiro-Ministro se revê auto-elogiosamente em todo o processo de privatizações, como se os nomes «Mário Conde/Banesto/Totta» pura e simplesmente não existissem — então só à conta de um sentido de humor muito próprio poderemos perspectivar tais tomadas de posição. Só que o senhor Primeiro-Ministro faz humor como o outro fazia prosa, isto é: sem dar por isso. O que, manifestamente, tem conduzido a alguns equívocos. E um equívoco há, do qual iremos no próximo dia 15 de Fevereiro comemorar o 1º aniversário: a (in)tolerância de ponto do senhor Primeiro-Ministro relativamente à tradicional terça-feira de Carnaval. Todos estamos lembrados dos engulhos que isso causou em todo o País; todos estamos lembrados da incompreensão que o País então revelou para com esse comportamento do senhor professor Cavaco Silva.

Mas, pior do que isso, alguns órgãos de comunicação social têm vindo nos últimos dias a alertar-nos para a hipótese de o senhor Primeiro-Ministro poder vir a repetir a «graça» da sua (in)tolerância de ponto na próxima terça-feira de Carnaval. Sinceramente, não acreditamos nessa hipótese, tendo em

atenção a tal percentagem de 95% de falsidades que sobre o senhor Primeiro-Ministro se publicam. Na pior das hipóteses, no decurso das 24 horas que compõem o próximo dia 15 de Fevereiro, a possível (in)tolerância não será superior a 1 hora e 12 minutos, ou seja: o tempo equivalente aos 5% de verdade que deve haver em tudo isto... mesmo assim, senhor Primeiro-Minis-

tro, permita-se-nos daqui um conselho: não repita, por favor, a «graça» de há um anos atrás. É que o País gosta de brincar ao Carnaval — e o senhor Primeiro-Ministro gosta de brincar com o Carnaval. É nesta subtil diferença entre o «ao» e o «com» que todo o problema se situa — e bem se sabe como o senhor Primeiro-Ministro, apesar dos grandes avanços entretanto feitos, ainda não conseguiu preparar o País para tais subtilidades. Um número significativo de Câmaras Municipais, por exemplo, e um número igualmente poderoso de Regiões de Turismo — veriam com muito maus olhos uma decisão precipitada do senhor Primeiro-Ministro. Assim o dizem as Câmaras de Sines, Vila do Conde, Loulé, Nelas, Aljustrel, Loures, Benavente, Sesimbra e Torres Vedras; assim o confirmam as Regiões de Turismo de Dão-Lafões, S. Mamede, Algarve, Ribatejo, Templários, Costa Azul, Verde Minho-Costa Verde, Oeste e Rota da Luz.

E sabe, senhor Primeiro-Ministro, o que umas e outras aduzem contra a eventualidade da sua (in)tolerância de ponto na próxima terça-feira de Carnaval? Que esse dia tem a ver com muito antigas tradições culturais do nosso Povo, com profundas raízes pagãs e judaico-cristãs, constituindo um património que não pode ser administrativamente eliminado; que os cursos carnavalescos ficariam seriamente comprometidos no caso de a tolerância de ponto na Função Pública se deslocar para a segunda-feira, sendo certo que em todos os restantes sectores de actividade o «feriado» contratualmente aceite é o da terça-feira; que há neste momento milhares de contratos estabelecidos, com hotéis, com músicos, com agências de viagens e turismo, etc., tendo em conta a data tradicional da celebração do Carnaval; que a importância desta quadra é financeiramente relevante para muitas regiões, constituindo neste particular domínio um momento alto da chamada época turística «baixa», e precisamente num momento em que o sector turístico tenta desesperadamente sair de dificuldades graves; que lhes parece falsa a comparação com países onde este «feriado» não existe, uma vez que isso tem a ver com as tradições de cada um (existindo até por outro lado tradições e feriados com pesos semelhantes, como é o caso do «Dia das Bruxas», nos EUA); e que, finalmente, milhares de colectividades em todo o País prosseguem, à escala local, notáveis e insubstituíveis funções sociais e culturais em muito dependentes das verbas obtidas com as festas de Carnaval que organizam.

Senhor Primeiro-Ministro: eis o que o País argumenta, em termos de Carnaval, relativamente à prática de V. Exa. de há um ano atrás e às possíveis intenções de V. Exa. para o próximo dia 15. É muito provável que o País, pelo menos nesta matéria, o não entenda — ao contrário do que V. Exa., aliás, mereceria. Mas, por uma vez mais, seja magnânimo — e deixe-se de brincadeiras com as nossas terças-feiras de Carnaval. A começar pela próxima.



O Militante

ABERTURA
UM ANO DE LUTAS DECISIVAS

O MILITANTE
Um novo ano
Uma maior difusão da imprensa do Partido

ORGANIZAÇÃO
FORTALECER A ORGANIZAÇÃO

SINDICAL
AINDA O (DES)ACORDO SOCIAL

25 DE ABRIL
O VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO
DO 25 DE ABRIL
Os militares e o 25 de Abril
Os jovens e o 25 de Abril
20 anos após o 25 de Abril

NOTAS E COMENTÁRIOS
Sairam os mais "imaginativos"
Massacres... e direitos humanos
"Elogios" comprometedores
Para onde voam os milhões...
A crise estudantil
Táctica e estratégia

Cavaquismo e corrupção

■ Carlos Gonçalves

“Chegou a corrupção de costumes a tal estado... que os poderosos têm ódio a quem repreende suas injustiças”

António Vieira. Sermões.

Em Fevereiro de 1993, o Governo de Cavaco apresentou na A.R. uma proposta de lei sobre medidas de combate à corrupção.

Seguiu-se uma prolongada batalha política de que resultou a extinção da Alta Autoridade contra a Corrupção - tal qual o PSD pretendia, mas em que as “forças de bloqueio” - neste caso o Tribunal Constitucional - impediram a exorbitância de algumas funções das magistraturas pelas autoridades policiais.

No decorrer dessa batalha - é oportuno recordá-lo -, o PSD fez vezes sem conta o papel de vítima - “Aqui d’el rei que não querem combater a corrupção” e encheu a boca com essa sua “prioridade”.

Na altura, o PCP teve oportunidade de afirmar que, com a nova legislação, se poderiam estar a criar condições para proteger a corrupção e não mecanismos para combatê-la.

Quase um ano após o início desta polémica é talvez altura de fazer um ponto da situação.

A listagem muito incompleta

É oportuno começar pela estarrecedora lista cavaquista de barões e seus acólitos que a imprensa e em certos casos os tribunais conotaram com fenómenos de corrupção, fraude, burla, peculato, nepotismo, comércio de influências, delapidação de dinheiros públicos e outros escândalos envolvendo muitos milhões de contos mal geridos, recebidos subitamente ou desviados do erário público em benefício partidário ou pessoal.

Sem contar com governantes do pré-consulado cavaquista ou das regiões autónomas, deputados - muitos e variados, autarcas, altos funcionários e gestores de empresas públicas, privadas ou privatizadas, só nos sucessivos governos de Cavaco contam-se, de acordo com a imprensa, um total de 23 “casos”.

- Ex-Ministros: **Leonor Beza** - a “dama de ferro” dos milhentos escândalos do Ministério da Saúde; **Miguel Cadilhe** - a rocambolesca estória, aos tombos nos Tribunais, da isenção de sisa e do andar das Amoreiras; **Braga de Macedo** - a juvenil deambulação agrária do “Monte dos Frades”; **Deus Pinheiro** - o “descontrolo financeiro” na tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros; **Silva Peneda** - o Fundo Social Europeu e uma sindicância perdida na gaveta; **Álvaro Barreto** - as inexplicadas transacções da “Quinta da Caneca”; e **Couto dos Santos** - os contratos do seu (ex) Ministério com a Ensul e as casas de Miraflores e da Caparica.

- Outros de que os “media” têm vindo a falar e que ainda constam da lista de Ministros, por enquanto seguros na sua “prestigiosa” contribuição à continuidade do cavaquismo: **Mira Amaral** - as sucessivas desventuras muito mal contadas com o Fundo Social Europeu; **Falcão e Cunha** - o licenciamento massivo de estivedores que beneficiou 2 empresas do ramo; **Ferreira do Amaral** - o “betoneiro” das auto-estradas, acabadas à pressa e oneradas de bambúrio para as eleições legislativas de 1991; **Marques Mendes** - o inefável manobrador do caso RTP-Benfica-Futre e de mil e uma jogadas do seu “primeiro”; **Fernando Nogueira** - o sucessor mais ou menos designado; e **Dias Loureiro** - o “liberal” na “reserva moral” do PSD para qualquer desgraça do cavaquismo, distantes e discretos, mas em todo o caso com habitações adquiridas subitamente com fundos de proveniências cinzentas ou mal explicadas.

- Quanto aos Secretários de Estado - continuando a seguir a imprensa - apenas o nome, que de “ajudantes” não reza a história de Cavaco Silva: **Costa Freire, Oliveira e Costa, Licínio Cunha, Pinto Sancho, Jorge Seabra, César Torres, Jorge Godinho** - já demitidos - e **Álvaro Amaro e Pedro Santana Lopes** - ainda em funções.

- Finalmente, neste caso o último é o “Primeiro”, **Cavaco Silva** de que se conhece a digressão a Salzburgo paga, ao que consta, pela Nestlé, e com as viagens, talvez por “razões de Estado”, suportadas pelos impostos de todos nós.

Nesta listagem, recolhida da imprensa, estão casos diversos, e nem todos do foro criminal. De fora ficaram muitos outros, eventualmente de menor gravidade política, mas semelhantes do ponto de vista ético e alguns bem piores do ponto de vista penal.

Seria de esperar que, perante tamanho somatório de casos “estranhos”, o Governo reagisse de forma a que o seu silêncio não aparecesse como de consentimento.

Tanto mais que não são todos casos do “mesmo saco”, embora frutos da mesma “árvore das patacas”, adubada pelos fundos comunitários, pelos Orçamentos de Estado, pelas privatizações, pela drástica concentração e centralização de capitais, pela política anti-social e pela acrescida exploração dos trabalhadores.

Cuidada pelo PPD/PSD e oferecida ao saque dos seus barões e clientelas, a “árvore das patacas” deixa colher prebendas e sinecuras, negociatas e corrupções, escândalos e crimes. No seu espectro tenebroso medra o autoritarismo e definha a democracia.

As facturas falsas

Foi apenas há uns meses que se começou a falar de facturas falsas e até agora, segundo a imprensa, foram indiciadas 300 empresas envolvidas em processos de facturação no valor de muitos milhões de contos.

Mas estes números andam longe, muito longe da verdade. As facturas falsas tornaram-se um “modus operandi” corrente no mundo dos negócios, são um expediente das grandes empresas para aumentar a taxa de lucro mas também, em

Importa recordar que quando o escândalo das facturas falsas rebentou, vinha associado ao financiamento dos partidos políticos e de tal forma que não era plausível estar-se perante uma mera “manobra de diversão”. Aliás, registou-se o esforço de certa imprensa militantemente pró-bloco central para envolver o nome do PCP nessas “negociatas”, mas não consta nenhum processo ou inquérito por tráfico de influências ou corrupção - com ou sem facturas falsas - que não envolva elementos do PSD, CDS, PS ou UGT.

A lei do financiamento dos partidos

Imediatamente após as facturas se terem tornado acontecimento mediático e sujeito a investigação judicial, coincidiu curiosamente diversos acontecimentos.

Foram concluídos os julgamentos de dois casos de corrupção e fraude, em que os réus estavam profundamente ligados aos aparelhos do PS (Emaudio) e PSD (Costa Freire). Quanto às figuras políticas consideradas mais influentes - Carlos Melancia foi absolvido e Leonor Beza ficou de fora.

O PS e o PSD negaram convincentemente estar a negociar a amnistia das facturas falsas, mas ainda hoje essa possibilidade se mantém - eventualmente será tudo uma questão de oportunidade e habilidade.

Circularam, mas depois desapareceram abruptamente, as notícias de que iam ser ouvidos pelas autoridades judiciais, sobre ilegalidades no financiamento dos respectivos partidos, altos responsáveis do PS e do PSD, tendo-se também evaporado as envolventes “cortinas de fumo”.

Finalmente, o PSD, o CDS e o PS aprovaram a nova lei de financiamento dos partidos que permite a sua efectivação pelas empresas privadas, legalizando assim o “lobbing”, abrindo caminho ao comércio de influências e à tutela do poder político pelo poder económico, reduzindo de forma significativa a independência e a representatividade dos eleitos e minorando o próprio conteúdo democrático do tecido institucional.

Há mesmo quem pretenda fazer desta lei uma meia amnistia para as negociatas anteriores, mas ela não tem legalmente quaisquer efeitos retroactivos, nem cobre as facturas falsas ou a corrupção.

Estas curiosas coincidências, para qualquer espectador minimamente atento, deixam adivinhar que “aquí há bruxas”, mas sofisticadas e encarregues de negociar e fazer respeitar equilíbrios e acordos entre as forças políticas envolvidas (e sabe-se lá quem mais), para que não fique exposta toda a amplitude da corrupção na sociedade portuguesa.

Contra a corrupção

Estão por fazer as contas de quanto custa a corrupção ao nosso país. Em todo o caso, convém ter presente o seu carácter intrínseco ao funcionamento do sistema capitalista, a sua internacionalização no quadro da integração europeia, a sua ligação umbilical à “economia subterrânea” e a sua concubinação com o mundo do crime. São certamente muitos milhões subtraídos ao investimento produtivo e ao bem-estar do nosso povo.

Na União Europeia, a corrupção tem vindo a assumir importância crescente na generalidade dos países. Em Itália, a sua relevância,

intimamente ligada à luta contra a Mafia e as associações criminosas, provocou uma luta tenaz que lhe é movida pelo poder judicial e já conduziu ao colapso das instituições parlamentaristas e do chamado “Penta-Partido”.

Em Portugal, na medida em que o PSD e os seus governos cavaquistas consolidaram o seu domínio sobre os aparelhos do Estado, avançaram na consumação do seu projecto de subversão autoritária do regime democrático e estabeleceram o clientelismo em todo o tecido institucional e económico, a corrupção tem-se agravado assustadoramente.

Não é possível voltar a cara a este problema ou considerá-lo como uma questão menor.

Não é aceitável, como faz o PS, denunciar a “degradação moral” do PSD e simultaneamente aprovar legislação que abre caminho a actividades conexas com essa degradação.

Também por isso é indispensável - a nosso ver - a luta consequente contra a corrupção em todos os terrenos. Por imperativos de consciência, por uma política alternativa e em defesa dos fundamentos do próprio regime democrático.



parte, um resultado indirecto da política económica do cavaquismo, que colocou milhares de pequenas e médias empresas à beira da falência, empurrando-as para a fuga ao fisco e outros mecanismos subterrâneos e ilegais da luta pela sobrevivência.

Mas não são estes os casos que, aqui e agora, interessa focar.

Para a compreensão da degradação moral do cavaquismo e a que o cavaquismo conduziu parte do tecido social do país, interessa antes ter presente que o Governo tem isentado, perdoado ou facilitado a fuga às obrigações fiscais de muitas grandes empresas e dos grupos económicos em reconstituição.

E releva ainda mais recordar que estão profusamente indiciadas na imprensa e já chegaram às autoridades judiciais as situações em que a corrupção e os negócios escuros, cobertos por facturas falsas ou forjadas, beneficiaram titulares de cargos políticos e administrativos e/ou, directa ou indirectamente, o PPD/PSD.

4.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto Pelo emprego, os salários e o progresso da região



■ Celso Cunha

Sob o lema «Pelo emprego, melhores salários e pelo progresso e desenvolvimento da Região», realizou-se, nos passados dias 4 e 5, o 4.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto, que contou com a presença de uma delegação da CGTP-IN integrada pelo seu Coordenador Geral, Carvalho da Silva, e que teve a participação de cerca de 300 delegados representativos de todos os sindicatos inscritos naquela estrutura sindical que abrangem a maioria esmagadora dos trabalhadores e sectores de actividade.

Foi um acontecimento da maior importância para todos os trabalhadores do distrito, pela sua capacidade aglutinadora na defesa dos seus direitos e na luta contra a política desastrosa e gravosa que tem vindo a ser implementada pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

Palmira Peixoto, da Comissão Executiva da USP, deu início aos trabalhos com uma saudação em nome do Conselho Distrital.

Ana Maria Mesquita, igualmente da Comissão Executiva, fez a apresentação da proposta de alteração aos estatutos donde ressalta a redução do número de elementos com funções directivas, que passou de 53 para 27, tornando assim mais funcional aquele órgão.

A apresentação do relatório de actividades esteve a cargo de Vítor Ranita, também da Comissão Executiva, que começou por se referir às dificuldades nos locais de trabalho, com reflexos na estrutura, e às consequências do agravamento da situação social na região.

Situação laboral preocupante

A situação laboral é deveras preocupante. Para além das situações de instabilidade de emprego e de salários em atraso, muitos postos de trabalho foram eliminados.

A dificuldade no exercício e na liberdade de acção e organização sindical nos locais de trabalho foi e é uma realidade, a par da alteração, por parte do Governo e da maioria que o apoia na Assembleia da República, da lei da greve visando limitar ou condicionar o seu exercício

Carvalho da Silva denuncia imediatismo da política económica

Antes de Vítor Ranita fazer a intervenção de encerramento do 4.º Congresso da USP, falou o coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, de cujo discurso reproduzimos aqui alguns excertos.

Governo incapaz

«O Governo mostra-se incapaz de compreender e assumir que, no plano económico, o grande problema de Portugal face aos restantes países comunitários não é o diferencial de inflação ou o défice orçamental, mas sim o enorme fosso que nos separa no âmbito da estrutura produtiva, da produtividade e do nível de desenvolvimento.

Quanto à inflação, convém assinalar que a diminuição registada em 93 (6.8) relativamente a 92 (9.5), se ficou a dever em grande parte, à rubrica da alimentação e bebidas que diminuiu de 7.1 para 2.8, não por se ter verificado uma baixa de preços no consumidor, mas sobretudo porque se registou uma redução significativa do consumo e também porque cresceram as importações a preços mais baixos.

O Governo prossegue uma política de concentração da riqueza e de privatização de empresas básicas e estratégicas — que estão a cair nas mãos do capital estrangeiro — sacrificando a actividade e o investimento produtivo geradores de emprego

e riqueza, em benefício da actividade e especulação financeira e do alastramento da corrupção.

Por isso se regista a evolução negativa da produção industrial e agrícola, a diminuição quase total da actividade da indústria mineira, a quebra da procura no comércio e, conseqüentemente, uma maior dependência externa.

Podemos, pois, concluir que a política económica do Governo continua a guiar-se pelo imediatismo das soluções, revelando total incapacidade — apesar dos avultados fundos estruturais disponíveis — para concretizar as reformas estruturais que podem assegurar a modernização de Portugal.»

Reforço do sindicalismo

«A eficácia da nossa luta exige a permanente revitalização da organização sindical e o reforço do sindicalismo.

Ao reconhecermos as dificuldades com que o sindicalismo se debate — e este é um problema de dimensão internacional —, é óbvio que não estamos a concordar com aqueles que, interpretando incorrectamente a realidade, concluem que os trabalhadores estão a virar as costas aos sindicatos por não considerarem a utilidade da sua acção. A acção sindical continua hoje tão necessária

e liquidar a sua eficácia em sectores de interesse estratégico na luta sindical.

Apesar da correlação de forças ser desfavorável aos trabalhadores, pode-se afirmar que, se a luta não pôde impedir o agravamento geral das condições de vida, de trabalho e de injustiças sociais na região, conseguiu dificultar, atrasar e em muitos casos até contrariar objectivos da actuação patronal e governamental.

Nestes últimos anos, os trabalhadores do distrito estiveram entre aqueles que mais greves realizaram a nível nacional, tendo a conflitualidade laboral, nos registos da USP, que pecam por defeito, registado mais de 520 conflitos, que incluem 85 lutas regionais e 64 acções nacionais com a participação do distrito.

Todas estas lutas são consequência da política desastrosa do governo e do patronato. Com efeito, a maioria delas foi travada por melhores remunerações e contra os salários em atraso, pela defesa de outros direitos dos trabalhadores e, em particular, contra a alteração da legislação laboral.

Mais adiante, Vítor Ranita, depois de aludir ao papel desempenhado pela USP, num passado recente, em defesa da unidade dos trabalhadores e contra os movimentos divisionistas surgidos no contexto do objectivo de «partir a espinha à Intersindical», e à provocação policial antidemocrática de que resultou sangue derramado e vidas perdidas entre os trabalhadores, afirmou que a USP é única estrutura sindical, nas condições concretas da região, que pode liderar uma prática sindical que favoreça a unidade de todos os trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses comuns de classe e por uma política diferente.

Uma tal atitude, que a USP procurará aprofundar no futuro, passa necessariamente pela afirmação consequente da reconhecida superioridade do projecto, dos princípios, das propostas e das reivindicações da CGTP-IN sobre outros e outras práticas sindicais no distrito; passa ainda pelo esforço de se conseguir uma maior filiação de sindicatos na central, pela não hostilização de trabalhadores com opções sindicais diferentes, pelo fomento de condições de unidade a partir dos locais de trabalho e ainda por não deixar diluir a responsabilidade que a sociedade reconhece à USP na condução da luta dos trabalhadores do distrito.

como em qualquer outro momento. Os grandes problemas que estiveram na origem da criação dos sindicatos e que determinaram a razão da sua existência, mantêm-se plenamente na sua essência.

A luta contra a exploração, a defesa do emprego, a redução dos horários de trabalho, a protecção social, o direito à negociação colectiva e à greve são problemas de hoje como o foram ontem.

São ridículas e absurdas as teorias que afirmam um futuro de relações laborais em que o trabalhador estabelece a sua relação de trabalho directamente com o patronato, à margem do sindicato, cortando toda a relação com o colectivo e negando a solidariedade, quando se constata e afirma a crescente interdependência dos povos e a internacionalização da economia e quanto o capital reforça a estruturação e o poder das multinacionais e se coordena cada vez mais à escala nacional e internacional.

Todos nós sabemos perfeitamente quais as causas objectivas e subjectivas que estão na base das dificuldades com que se debatem os sindicatos: e este Congresso abordou-as com muito a-propósito.

É tendo presente essa realidade que temos de encontrar as respostas mais adequadas no plano da organização sindical.»

Reportando-se aos principais problemas económicos e sociais do distrito, Vítor Ranita afirmou que a USP tem centrado as suas preocupações na evolução das situações dos salários em atraso, nas desastrosas consequências da injusta política económica e financeira do governo sobre a destruição do aparelho produtivo e o agravamento do desemprego e das injustiças sociais, sobre a extensão das situações de pobreza, de marginalização e exclusão social, denunciando também a manutenção de carências de infra-estruturas básicas na região e a insuficiência de investimentos públicos.

Por outro lado, a USP tem-se esforçado por desmontar a tese segundo a qual os baixos salários seriam a condição necessária para garantir o emprego e assegurar a modernização e a capacidade competitiva da economia do distrito.

Prosseguir a luta

Jorge Pinto, da Comissão Executiva, apresentou de seguida a Plataforma de Acção, de cujas grandes linhas se destacam a exigência do direito ao trabalho e à segurança do emprego, à melhoria dos salários e do poder de compra, a salvaguarda de sectores fundamentais, como sejam o têxtil, o vestuário e a metalurgia, e ainda a reclamação da redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, o combate ao trabalho infantil e a exigência de melhores condições de higiene, saúde e segurança no trabalho.

A José Salgueiro de Barros, da Comissão Executiva, coube a apresentação da Acção Reivindicativa, na qual se alerta para as ameaças que continuam a pairar sobre os trabalhadores, para a contratação colectiva e o desenvolvimento de todas as formas de luta reivindicativa que é necessário potencializar, agindo de forma determinada na mobilização dos trabalhadores, como única forma de se avançar com êxito na luta pela obtenção de aumentos salariais justos, para a defesa e aplicação dos direitos contratuais e a manutenção dos postos de trabalho, contrariando assim os objectivos do patronato e do governo.

Manuel Vieira Mendes, da Comissão Executiva, falou do papel da USP face ao desenvolvimento da região do Porto, reclamando a participação nos órgãos e instituições, aos diversos níveis, de pleno direito, como seja, na vida dos Hospitais e dos Centros de Saúde, nas Escolas do Ensino Básico e Secundário, no Senado da Universidade do Porto, no Conselho Geral do Instituto Politécnico e nos Conselhos Consultivos das Escolas, no Conselho Regional de Segurança Social, no Instituto de Emprego e Formação Profissional, nas intervenções operacionais nos Vales do Sousa e do Ave, e na Área Metropolitana do Porto e no seu Conselho Metropolitano.

A conjuntura particularmente desfavorável para os trabalhadores que se vive no País, tinha que ter forçosamente reflexos nas múltiplas intervenções dos delegados, ressaltando delas o desemprego, a precariedade do trabalho, o trabalho infantil, o trabalho clandestino, o trabalho à hora, o trabalho à tarefa, o trabalho ao quilómetro, o flagelo dos salários em atraso, as reformas antecipadas, a perda de regalias duramente conquistadas, as perseguições e o clima intimidatório sobre os trabalhadores mais activos e não conformados com as situações de injustiça e ainda a supressão de postos de trabalho.

Durante o Congresso, foram apresentadas nove moções, todas elas aprovadas por unanimidade, sobre: o descanso obrigatório ao Domingo; a igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres trabalhadoras; os direitos dos trabalhadores e de organização sindical; a redução do horário de trabalho; o direito à saúde, protecção e segurança social; o desenvolvimento da luta; a acção pela paz e solidariedade internacional; o 20.º aniversário do 25 de Abril; e o 1.º de Maio de 1994.

A encerrar o Congresso, Vítor Ranita, o novo Coordenador da USP, congratulou-se pela forma como o mesmo tinha decorrido e garantiu que a USP iria dar o maior esforço ao êxito das lutas sectoriais já marcadas; mobilizar todos os trabalhadores para a grande manifestação na «baixa» do Porto, no próximo dia 26; empenhar-se em assinalar os 20 anos do 25 de Abril, nos locais de trabalho e entre a juventude, e ainda envolver-se na realização de um 1.º de Maio, no distrito, que seja um grande dia de festa para os trabalhadores e uma muito grande jornada de luta da CGTP-IN no Porto.

O Parlamento Europeu hoje Os seus poderes e a acção dos comunistas

Portugal não está condenado a ser um simples mercado para o escoamento dos produtos dos outros, com actividades secundárias, de "aperta parafusos" e ainda por cima comandados pelos centros de decisão externos - as palavras são de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que no passado sábado participou em Lisboa no Colóquio "O Parlamento Europeu hoje - os seus poderes e a acção dos deputados comunistas".

A iniciativa, em que participaram diversos autarcas, contou ainda com a presença dos eurodeputados Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro, e de Luís Sá, deputado à Assembleia da República e membro da Comissão Política do PCP.

Em vésperas de novas eleições para o PE, a hora é de balanço da actividade desenvolvida mas também de reflexão sobre os caminhos trilhados pela chamada construção europeia.

Joaquim Miranda, actual presidente do Grupo Coligação de Esquerda do PE, em que se inserem os eurodeputados comunistas portugueses, abordou a temática dos poderes do Parlamento Europeu e as alterações registadas no processo de decisão comunitário com a aprovação do tratado de Maastricht.

Após salientar que os poderes do PE são "essencialmente consultivos", Joaquim Miranda demonstrou que com Maastricht se acentuaram os défices democráticos e que os novos poderes atribuídos ao PE "não são, sequer, correspondentes à transferência de competências para a Comunidade".

O tratado da União Europeia, referiu Joaquim Miranda, deu ao PE o direito de solicitar à Comissão "que submeta à sua apreciação todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigurem requererem a elaboração de actos comunitários para efeitos de aplicação" do mesmo tratado. O PE passa igualmente a poder intervir na definição do Programa Legislativo Anual, bem como em domínios, entre outros, como o da política económica e monetária, coesão económica e social, mercado interno, direito de consulta em matérias de política externa e de segurança, de justiça e de assuntos internos, no domínio dos tratados de adesão e acordos de cooperação (em que é exigido o seu parecer favorável), poder de verificação da aplicação do princípio da subsidiariedade, poder de instituir comissões de inquérito para análise de actos de administração de outras instituições ou órgãos, nomeação do Provedor de Justiça, consulta obrigatória na nomeação dos membros do Tribunal de Contas, consulta obrigatória - ainda que não vinculativa - na nomeação do presidente da Comissão.

Poder-se-ia pensar, pela amostra, que o processo de tomada de decisões a nível comunitário se tornou mais democrático. Não é essa a conclusão a que chegaram os eurodeputados comunistas. Como fez notar Joaquim Miranda, "com Maastricht acentuou-se a concentração de poderes na Comunidade, com reforço de algumas das anteriores políticas e com o aparecimento de novas políticas comunitárias. E os poderes atribuídos ao PE não são, sequer, correspondentes àquela transferência de competências para a Comunidade".

Desta situação resulta que, com Maastricht, se acentuaram os défices democráticos, já que se regista um "afastamento das decisões relativamente aos cidadãos, e particularmente em relação aos trabalhadores"; uma "forte tendência para a governamentalização das decisões (com o poder legislativo cada vez mais nas mãos dos governos, por via do poder legislativo do Conselho e do poder de iniciativa da Comissão, cujos membros são indicados pelos governos)"; uma "limitação de facto dos poderes dos parlamentos nacionais (mesmo em matérias tradicionalmente da sua competência reservada), não compensada pelos também limitados poderes do PE; uma concentração de poderes na Comissão, "não eleita, não controlada, não responsável politicamente; uma "falta de controlo" e uma "ausência de transparência".

A consciência desta realidade não significa que os eurodeputados comunistas minimizem os poderes do PE. Pelo contrário, a sua prática mostra como têm valorizado esses poderes e as possibilidades de intervenção que eles possibilitam, desenvolvendo uma intensa actividade em defesa do interesse nacional, potenciando o poder negocial de Portugal, dando prioridade às questões sociais e dos trabalhadores e às que se relacionam com a coesão económica e social, e ao mesmo tempo intervindo activamente na solidariedade internacional.

5 anos de brasa

O balanço dos últimos cinco anos esteve a cargo de Sérgio Ribeiro, que lembrou as mudanças ocorridas no Mundo, na Europa e na CEE neste espaço de tempo.



Uma reflexão sobre os novos poderes do PE e um balanço da actividade dos eurodeputados comunistas

Nesta sua "viagem", recordou que "depois do Acto Único, em que se definiu o objectivo do mercado interno mas em que também teve de se adoptar o conceito de coesão económica e social, as Conferências Intergovernamentais, encarregadas de redigir o novo tratado, teriam a opção (teórica) ou do aprofundamento do mercado interno ou da procura de valorizar a coesão económica e social". Uma alternativa viciada à partida, como fez notar, já que o objectivo era o de "estabelecer os passos e prazos para uma União Económica e Monetária e para uma União política", mantendo como "arrastada, derivada, subalterna, a dimensão social".

O Parlamento Europeu não esteve à margem deste processo. Para Sérgio Ribeiro, nestes 5 anos "de brasa" o PE "esteve no meio da fogueira, participou em todo o processo, quer como caixa de ressonância das opiniões públicas - como é de sua vocação -, quer reivindicando o reforço das suas competências, o que se verificou, embora de forma mitigada relativamente à aceleração de outros processos e reforços e nem sempre no bom sentido, por servir intuítos federalistas e de real diminuição de soberanias nacionais".

Para os eurodeputados comunistas, da mesma forma, os últimos cinco anos foram de actividade "constante, a 'tempo inteiro', diversificada".

Em defesa dos interesses nacionais

(...) É na generalidade reconhecida a nossa qualificada intervenção nas instituições europeias e é uma realidade que a nossa postura no Parlamento Europeu e a nossa acção partidária se têm pautado pela sistemática defesa dos interesses de Portugal e dos interesses nacionais, pela defesa de uma Europa de paz, de cooperação e de efectiva prossecução do princípio da "coesão económica e social".

As intervenções aqui produzidas, os exemplos dados e o debate que se lhes seguiu são um testemunho dessa nossa postura, deste inigualável património de luta em defesa da soberania nacional, dos interesses dos trabalhadores, do povo e da democracia em Portugal e na Europa.

Esse valioso património é também uma sólida garantia para o futuro e tanto mais importante quando nos vamos aproximar de um novo acto eleitoral em que muitos vão procurar esconder com promessas e com demagogia as suas responsabilidades, quer na aprovação do Tratado de Maastricht, quer no prosseguimento de uma política altamente gravosa para os trabalhadores, agricultores e pequenos e médios empresários.

É hoje cada vez mais claro que Maastricht não é o Tratado capaz de contribuir para o desenvolvimento democrático, participado e ao serviço das populações, das instituições e das políticas comunitárias, mas sim o Tratado da Europa dos interesses das transnacionais e da especulação financeira, do poder distante dos povos que reduz o papel dos pequenos países e subalterniza os trabalhadores e as políticas sociais.

Aqueles que aprovaram Maastricht têm pesadas responsabilidades numa "construção europeia" que mutila soberanias, que procura institucionalizar uma espécie de directório de grandes potências, que reforça os poderes da burocracia de Bruxelas e que estimula a ofensiva de uma amplitude sem precedentes contra os salários, os direitos dos trabalhadores, as condições de trabalho e a protecção social.

Já por ocasião do debate de investidura da nova Comissão (10.2.93), Jacques Delors se via obrigado a afirmar que «a Europa social é uma espécie de fantasma incompreensível» e que a «Carta Social não tinha passado do estúdio das declarações de intenção». Esta situação é para nós inaceitável.

Nós opomo-nos a uma "construção europeia" ditada pelos dogmas do neoliberalismo e pelos interesses do grande capital, em que a dimensão social do desenvolvimento não passe de um mero efeito decorativo e de retórica, para fazer o federalismo e a centralização e concentração de capitais.

Nós opomo-nos tanto a uma Europa em que as relações



entre Estados sejam marcadas pela dominação e pela lei do mais forte, como pela filosofia do "cada um por si".

Nós opomo-nos a processos decisórios que sacrificam os pequenos países na sua soberania como o demonstra, por exemplo, a direcção do todo poderoso Banco Central Europeu, que terá apenas oito membros, ditará as regras monetárias e comandará e fiscalizará as políticas económicas dos países da comunidade.

Nós opomo-nos à desvalorização e secundarização do papel dos parlamentos nacionais e à crescente governamentalização dos assuntos comunitários como já acontece no nosso país.

Mas opomo-nos também àqueles que, reclamando-se contra o federalismo e afirmando que "Portugal está pri-

- intervenção de Carlos Carvalhas

meiro", têm na realidade como primeiro não as aspirações dos trabalhadores e dos povos, mas sim o interesse do grande capital, o repúdio pela harmonização no progresso das normas sociais e das condições de vida dos trabalhadores e que, na prática, defendem um "modelo europeu" neoliberal traduzido na fórmula da sr.a Thatcher «um grande mercado, nada mais que um grande mercado».

Pela nossa parte, ao mesmo tempo que reiteramos a nossa oposição ao Tratado de Maastricht, reafirmamos: há outro caminho para construir uma Europa de paz e cooperação, sem sacrificar os povos e em particular os trabalhadores. E esse caminho não é o daqueles que tendo defendido Maastricht e o federalismo dizem agora demagogicamente estar pela "igualdade dos Estados membros" e rejeitam qualquer forma de «directório» das grandes potências. É uma refinação da hipocrisia.

Como já afirmámos, nada nos separa e distancia, antes tudo nos une e aproxima dos milhões e milhões de europeus que acreditam simultaneamente na modernidade e vitalidade do conceito de nação e da necessidade de uma crescente cooperação entre povos e países que aspiram a colher benefícios para a sua vida, de uma estreita e multiforme cooperação entre nações iguais e soberanas, a viver em paz e em democracia, a circular livremente, a aproximar-se de outros povos e outras culturas, a participar activamente na construção do seu destino, a ver colocadas as grandes conquistas e avanços do pensamento e da criação humanas ao serviço da dignidade, do bem-estar dos homens e mulheres da Europa e do mundo.

Portugal numa Europa de paz e cooperação

(...) E porque esta tem sido a nossa firme posição, também nos podemos orgulhar de termos sido no Parlamento Europeu, designadamente durante os últimos cinco anos os mais arden-

EM FOCO



Embora o balanço dessa actividade não se esgote na enumeração da quantificada e referenciável factualmente, é de sublinhar a intervenção nos relatórios que ficaram com o seu nome. Relatórios de fundo e relatórios/pareceres para relatórios de fundo que, se aprovados em plenário, se tornaram posições do próprio PE.

Sem pretender ser exaustivo, Sérgio Ribeiro enunciou alguns: na comissão de agricultura, sobre a proposta da Comissão ao Conselho relativa a um regulamento relativo à introdução e manutenção de métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências de protecção ao ambiente e do espaço natural; na comissão económica, sobre a indústria de calçado, sobre o Acordo Multifibras, sobre uma iniciativa comunitária relativa às regiões dependentes do sector têxtil/vestuário (RETEX), sobre a remuneração equitativa; na comissão política regional, sobre o funcionamento dos fundos estruturais da Comunidade e os respectivos instrumentos de aplicação (empréstimos), sobre a execução da reforma dos fundos estruturais, sobre o Poder Local e a exclusão social; na comissão direitos da mulher, sobre a criação de empregos a favor das mulheres (ILE).

A par deste tipo de intervenção, o eurodeputado salientou ainda a exercida por outras formas: emendas ou propostas de alterações a relatórios de outros, intervenções em plenário, propostas de resolução, perguntas. E em todas elas, como sublinhou Sérgio Ribeiro, "a permanente defesa da dimensão social, em todas as suas vertentes e em todas as manifestações do seu incontestado atraso".



Triplo défice

De défice democrático falou Luís Sá, que pôs a tónica nos pressupostos errados que costumam acompanhar a questão.

Costuma dizer-se, a propósito, que o aumento dos poderes do PE resolveria o efectivo défice democrático existente nas instituições comunitárias. Cabe reflectir como, já que no PE haverá, a partir das próximas eleições, 25 deputados portugueses num total de 577; que, desses, muitos reivindicam a sua condição supranacional, de membros de partidos europeus, o que de resto é estimulado pelo próprio tratado de Maastricht; que as instituições nacionais, como a Assembleia da República, continuam a ser subalternizadas, a exemplo do sucedido recentemente com a alteração da lei do recenseamento eleitoral, ocorrida após aprovação de uma directiva comunitária (vinculativa) sobre a matéria; que o Governo continua a decidir em Bruxelas o que é da exclusiva competência da Assembleia da República.

Para Luís Sá, sobejam razões para falar não apenas de duplo défice democrático - a nível comunitário e a nível nacional -, mas de triplo défice, tendo em conta a total ausência de informação aos cidadãos do que se decide de facto nas suas costas. Basta lembrar que o tratado da União Europeia foi aprovado sem consulta popular.

Após salientar que o recente reforço de poderes do PE tem um alcance democrático restrito (os poderes de co-decisão legislativa não abrangem áreas como a UEM e a política social), enquanto se verifica um reforço do controlo político que traduz um acréscimo da 'legitimidade' da Comissão, espécie de frente comum face ao Conselho, cujas posições pré-federalistas são por de mais conhecidas, Luís Sá defendeu a necessidade de conjugar esforços, a nível nacional, para a defesa dos interesses nacionais e de uma Europa de cooperação.

O Colóquio terminou com a intervenção de Carlos Carvalhas, de que publicamos em separado os extractos mais significativos.

Maastricht e as suas políticas restritivas e altamente prejudiciais aos interesses do país e dos trabalhadores.

Quem é que tem defendido uma política regional devidamente participada, que contribua para corrigir desigualdades e assimetrias e quem é que por todos os meios tem defendido o desenvolvimento do país, a sua industrialização, a valorização da sua especialização, da sua agricultura e de sectores de grande importância tais como o têxtil, calçado, metalomecânica, indústria naval ...

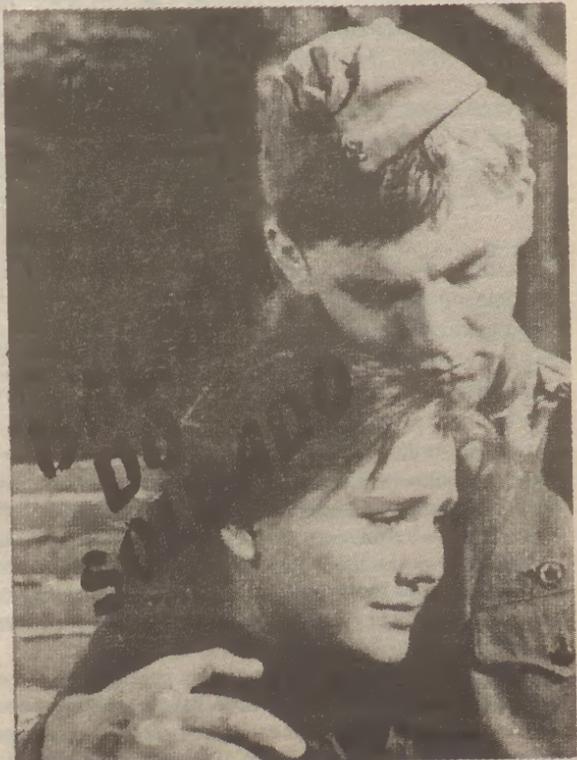
O país tem também o direito de saber para onde foram os milhões dos fundos estruturais. Os recentes casos judiciais, atingindo altas figuras políticas e da Administração Pública não são mais do que a ponta do iceberg de uma política assente no compadrio e no clientelismo, que vai banalizando a corrupção, minando as instituições e gangrenando a sociedade portuguesa.

Nós desafiamos o Primeiro-Ministro a ser coerente com a sua afirmação de que ninguém está acima da lei ou de qualquer suspeita. Desafiamo-lo a que declare publicamente que está de acordo em que o grupo parlamentar do PSD vote favoravelmente o inquérito proposto pelo PCP às privatizações e ao Ministério da Saúde. "Quem não deve não teme". Aqui fica o repto. Mesmo no caso das privatizações, a detenção da maioria do capital pelos estrangeiros não se verifica só no caso do Totta, mas também na Centralcer e em outras empresas.

Quando um Estado deixa de ser público, quando a opacidade é a regra e o controlo uma simples operação formal, então este torna-se um elemento do sistema de corrupção, um instrumento que recolhe a riqueza da nação para a distribuir por grupos privilegiados!

É uma evidência que a governamentalização do Estado favorece o abuso do poder, a corrupção e os financiamentos ilegais.

Nós continuaremos firmemente a luta nas instituições e fora delas pela transparência, pelo aprofundamento da democracia, por um alto nível de protecção dos direitos, liberdades e garantias, pela moralização da vida pública e por uma nova política assim como por uma viragem de rumo na política de integração europeia. Uma integração europeia que responda às aspirações dos povos e em particular dos trabalhadores e assegure uma integração europeia de nações soberanas em que seja plenamente respeitado o direito dos povos a decidirem livremente sobre o seu destino (...).



BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

tes e coerentes defensores de uma Europa democrática e social, de uma Europa de desenvolvimento, renovação ecológica, justiça social, bem-estar e solidariedade.

E continuaremos por esta via, lutando pelo estreitamento de uma efectiva cooperação entre os Estados, pela criação de empregos, pelo progresso social, pela efectiva igualdade entre homens e mulheres, combatendo a intolerância, o racismo e a xenofobia na Europa e no nosso país.

Portugal não está condenado a ter na Comunidade um papel subalterno, de país assistido e sem voz activa com uma economia subcontratada, dependente e periférica, com o aparelho produtivo desmantelado e a agricultura e as pescas em ruína. Não estamos condenados a ser um simples mercado para o escoamento dos produtos dos outros, com actividades secundárias, de "aperta parafusos" e ainda por cima comandados pelos centros de decisão externos.

(...) Portugal não está condenado, como o Governo nos quer convencer, a ter uma especialização produtiva assente em baixos salários e na crescente degradação das condições de trabalho e de vida.

Por isso, consideramos inaceitável e intolerável que ao mesmo tempo que se multiplicam os lucros especulativos e as actividades especulativas, o Governo diminua em termos reais o salário mínimo, sacrificando ainda mais os trabalhadores e as famílias de menores rendimentos.

É inaceitável e intolerável que o Governo queira também diminuir os salários dos trabalhadores da Função Pública, oferecendo-lhes provocatoriamente um aumento de 2,5%, quando simultaneamente lhes aumenta os descontos e quando se sabe que a taxa de inflação se situa nos 7%.

Esta é a política que procura passar os custos da concentração da riqueza e da capitulação perante a União Europeia de Maastricht para cima dos trabalhadores e das camadas médias.

Uma política de empobrecimento e de redução do nível e qualidade de vida dos trabalhadores e das camadas de menores recursos e de desresponsabilização em áreas sociais fundamentais como são a saúde, o ensino e a habitação.

É por isso muito importante que se faça a separação das águas. É necessário que os portugueses saibam quem é que no Parlamento Europeu e na Assembleia da República tem lutado pela concretização do princípio de «coesão económica e social» e se tem batido contra os critérios de

República Checa Comunistas desenvolvem programa social contra a crise

O quadro - sintético e comparativo - da actual situação socioeconómica na República Checa marcou o início da nossa entrevista com Miroslav Grebenicek e Václav Exner, respectivamente, presidente e vice-presidente do Partido Comunista da Boémia e Morávia.

Entrevista com Miroslav Grebenicek e Václav Exner

Václav Exner (V. E.) - Começando talvez por falar do custo de vida - pelas suas consequências na vida quotidiana das pessoas - e comparativamente ao período anterior a 1989, a subida, em termos médios, é de 2.4 vezes. É claro que há variações. O que mais subiu foram os preços dos produtos industriais - na ordem dos 2.6. No que se refere à alimentação - a subida é de 2.2 vezes. E os serviços, algo entre estes dois valores.

Entretanto os salários foram aumentados em média, cerca de 60%. Uma média já de si baixa, tendo em conta os aumentos de preços. Mas esta desproporção surge agravada pela grande diferenciação entre os vários aumentos salariais e de outros rendimentos.

Alguns sectores restritos da população viram os seus rendimentos muito aumentados - 100 vezes, por exemplo. Pessoas que passaram à actividade empresarial e assim a auferir lucros de exploração.

Mas o maior grupo social teve um aumento insignificante.

Miroslav Grebenicek (M.G.) - Estas diferenças nos aumentos de salários e de rendimentos reflecte-se em grandes diferenciações sociais - o enriquecimento de estreitas faixas da sociedade e o drástico aumento do número de pessoas cujos rendimentos rondam o nível mínimo de subsistência.

As camadas da população em que se regista um processo de enriquecimento, estão em geral ligadas a actividades comerciais.

Actualmente, na nossa sociedade, os grandes lucros nada têm a ver com qualidade de produtos ou serviços, mas pura e simplesmente com negócios fraudulentos.

De referir que a produção industrial sofreu uma quebra da ordem dos 40%. São indicadores económicos ainda mais graves que os registados nos anos 30, os anos da grande recessão.

V.E. - Neste momento, o salário mínimo legal é de 2200 coroas. O salário médio ronda as 5600 coroas. Mas há grande diferenciação, também em função das diferentes categorias profissionais. Por exemplo, o salário médio dos bancários é da ordem das 11 000 coroas. E o de um director ou de um quadro superior pode mesmo subir às 360 000 coroas.

Av. - Face a esta situação, que resposta há por parte dos sindicatos? Como é que os trabalhadores reagem?

M.G. - A situação é preocupante, porque no fundamental os sindicatos seguem uma linha política pro-governamental. Sempre que está em causa uma questão de fundo, acaba por ser a perspectiva do governo a adoptada pelos actuais sindicatos. Os sindicatos

com uma perspectiva não governamental representam apenas 1 a 2 por cento dos trabalhadores.

Por outro lado, os sindicatos deveriam ter previstas na lei condições propícias à sua acção. E tal não acontece. No nosso caso é impossível, por exemplo, a constituição de comissões de trabalhadores ou de comissões sindicais ao nível da empresa.

Os nossos deputados apresentaram no Parlamento uma proposta de projecto de lei que previa que os sindicatos tivessem que ser ouvidos em processos gravosos para as empresas, como é o caso das privatizações. Mas as forças de direita impediram a sua aprovação.

Para nós já seria uma vitória estrondosa conseguir a legislação que nessa matéria existe no vosso país.

Pensamos que a situação vai ainda agravar-se, nomeadamente quando eclodir uma onda de falências, como é previsível na actual fase de vida da nossa sociedade.

O que se passa é que os nossos trabalhadores viveram num ambiente muito condicionado, muito pouco habituados à luta reivindicativa e à intervenção social.

Uma boa parte das condições de trabalho e de segurança social antes de 1989 estão, na fase actual, irremediavelmente perdidas.

Não quero de forma alguma dar a ideia de que o nosso partido seja nostálgico desse período. Muitas vezes eu

próprio me tenho referido em termos seriamente críticos às actividades e práticas do regime anterior. Mas não podemos ser cegos relativamente à realidade actual, e ignorar que as pessoas estão a perder dia após dia condições de vida e trabalho de que antes tinham usufruído.

Condições nesta fase de facto perdidas - pelo menos enquanto os trabalhadores não começarem a reagir.

Entretanto, o nosso Partido tem naturalmente uma alternativa - de desenvolvimento democrático e social. É claro que na nossa análise não consideramos estas perdas como irremediáveis. Ultrapassar a actual situação faz parte dos nosso projectos.

V.E. - Gostava de acrescentar ainda outros aspectos negativos da actual vivência social.

Hoje questiona-se mesmo o direito de os sindicatos terem acesso a aspectos básicos da realidade das empresas, como o leque salarial ou o montante salarial de cada quadro.

Os sindicatos mais pequenos, por vezes de dimensão não nacional, em que frequentemente se afirma uma perspectiva antigovernamental, têm feito alguns balanços representativos da nossa realidade social - como por exemplo - das 55 garantias e regalias sociais de que os trabalhadores usufruíam, restam hoje 10.

Outro dado significativo - anteriormente estavam sindicalizados mais de 90 por cento dos trabalhadores. Hoje, esse índice baixou para cerca de 40 por cento.

O direito à greve praticamente não existe. É uma excepção. Pode teoricamente fazer-se greve quando falham as conversações de Acordos colectivos de trabalho, mas só depois de ultrapassados um sem-fim de procedimentos de carácter burocrático - dificilmente superáveis.

Nos últimos dois anos realizaram-se 5 ou 6 greves, a maior das quais foi uma greve de ferroviários que contou com a participação de cerca de 8 mil trabalhadores. Todas estas greves foram consideradas ilegais.

Ainda no quadro dos aspectos negativos da actual realidade social no nosso país, é de referir que estamos a viver situações que em grande medida antes desconhecíamos. Como o desemprego. A mendicidade. O comércio de carne branca. A mafia.

E houve um enorme aumento da criminalidade - cerca de três vezes e meia.

Pode-se dizer que o capitalismo está a ser restaurado, de uma forma selvagem.

Por todas estas razões parece-nos importante a nossa vinda ao vosso país, o contacto com a experiência de luta dos trabalhadores portugueses.

Av - Qual o quadro político partidário em que se desenvolve de alguma forma a vida política no vosso país, a actividade do vosso partido? Que perspectivas e caminhos possíveis são defendidos pelos comunistas checos?

M.G. - O programa do nosso Partido contém em si o espírito decorrente de tudo o que temos estado a dizer - defendemos uma sociedade democrática e justa.

Defendemos no Parlamento os princípios das reformas sociais - mas infelizmente somos poucos - os de esquerda (a nossa perspectiva é apoiada por 15% dos deputados).

Em 1990-91 - num momento em que se vivia ainda uma grande euforia de ruptura - o presidente Havel dizia que de forma alguma queria acabar com o socialismo e que as pessoas haveriam de se convencer que não era esse o objectivo dele.

Na verdade hoje já nos convenceu de que é esse mesmo o seu objectivo.

É interessante constatar que nesse período a palavra capitalismo nunca surgiu no vocabulário político.

A direita falava de economia de mercado.

E nós apoiávamos acrescentando o termo social.

A direita falava de pluralismo económico e político.

Um princípio que também nós apoiamos.

Acontece que essas mesmas forças que diziam defender o pluralismo, acabaram por constituir um governo de uma só tendência.

A direita também diz defender um Estado de direito.

Também nós defendemos um Estado de direito. Só que na prática política, enquanto governo, essa mesma



Václav Exner.

EM FOCO



direita cilindra no dia-a-dia princípios fundamentais da democracia, chegando a entrar em ruptura com acordos internacionais e mesmo com declarações fundamentais como a dos direitos humanos.

O presidente Havel dizia que "a verdade e o amor haviam de vencer sobre a mentira e a inveja". A verdade é que constatamos que, por enquanto, vai sendo a inveja e a mentira que vão vencendo sobre o amor e a verdade.

Enquanto partido temos estado um tanto obrigados a limitar a nossa actividade. O nosso grupo no Parlamento é extremamente limitado. Por isso começámos a implementar um projecto de autodefesa cívica social activa. Temos junto do Comité Central do partido Comissões especializadas. No âmbito deste trabalho - e considero isso um êxito - dispomos desde já de um programa alternativo de defesa da nossa agricultura. Temos em fase de preparação programas alternativos para a saúde, por exemplo, e para outras áreas de desenvolvimento social. De salientar o trabalho da nossa comissão especial para questões legislativas, que tem também uma componente de defesa dos direitos humanos.

Av - Em que consiste, na prática, esse Programa de Autodefesa social activa?

V.E. - Antes do mais, consideramos que é imprescindível que a população tome consciência - e antes da consciência o conhecimento - da realidade concreta, de todos estes números de aqui temos referido, por exemplo.

Uma das actividades passa por preparar intervenções em âmbito parlamentar, denunciando a prática do governo, denunciando as consequências sociais daí decorrentes.

Conseguimos através desta denúncia, acompanhada naturalmente de propostas concretas, fazer passar algumas das nossas propostas, ainda que numa percentagem muito reduzida (cerca de 10%).

Gostava ainda de referir aqui alguns números sobre a actividade parlamentar.

Num Parlamento de 200 lugares, existem 110 a 115 deputados apoiantes do governo. O nosso grupo parlamentar é de 35 deputados. Outros deputados da oposição manifestam-se frequentemente de forma anticomunista.

Mantemos uma actividade importante através do nosso jornal - um jornal diário, com uma tiragem de cerca de 40 000 exemplares, o que corresponde à tiragem de um pequeno jornal (os maiores têm tiragens 10 vezes superiores).

No que respeita ao Programa de Autodefesa social activa, à partida um programa de iniciativa comunista, evoluiu entretanto e alargou-se a camadas mais vastas da população e a outras forças políticas.

Passaria a referir algumas áreas concretas de trabalho, no quadro deste programa.

• Uma delas é a implementação de sectores comerciais onde seja possível a aquisição de bens de consumo a preços reduzidos. A coordenação da actividade comercial de gente de esquerda, nesta perspectiva. Participação e ajuda na criação de organizações de defesa do consumidor.

• A segunda área de intervenção é no plano social e da saúde. Trata-se por exemplo de campanhas de informação e esclarecimento sobre os direitos das pessoas, as possibilidades de assistência social. Acções de carácter humanitário e de solidariedade - para reformados por exemplo, ou vendas públicas de artigos em segunda mão.

• Outra área é a dos problemas de carácter habitacional. Apoiamos as associações de inquilinos. Organizamos o apoio aos sem abrigo. Fornecemos apoio jurídico aos inquilinos.

• Um outro plano da nossa acção é a de aconselhamento jurídico, gratuito. Temos aconselhamento jurídico na área dos direitos humanos e das liberdades. Mas também o aconselhamento fiscal, por exemplo.

Esta rede de gabinetes de aconselhamento jurídico estende-se pelo menos a dois terços dos concelhos do país.

• Uma outra actividade que também consideramos bastante importante é a de organização dos tempos livres - cultura, desporto, educação física, diversas actividades para as crianças, ou de carácter turístico.

Empenhamo-nos bastante para que estas diferentes actividades sejam bem sucedidas e bem organizadas. O Partido tem uma participação bastante activa, participação que inclui a cedência de instalações.



Miroslav Grebenicek

Av. - E qual a reacção das pessoas a estas iniciativas? Qual o grau de adesão e iniciativa das pessoas que não são do vosso Partido, mas estão ligadas a este processo?

V.E. - A participação é muito variável, nos diferentes locais e entre diversos sectores da população. O nosso maior êxito registou-se na área do aconselhamento jurídico, em que se contam cerca de 1500 a 2000 acções de aconselhamento por mês.

Há organizações de inquilinos activas em pelo menos metade das cidades mais importantes.

Fornecemos apoio, ao nível de informação e de aconselhamento técnico, aos pequenos comerciantes e industriais que participam neste processo.

Grande parte da actividade cultural e desportiva é de carácter espontâneo. Todas as organizações do Partido tentam dar o seu contributo. Mas penso que muitas delas se realizariam mesmo sem esta rede organizada.

O importante é que estas iniciativas e actividades aconteçam. Neste momento, no conjunto destas acções estará envolvida 5% da totalidade da nossa população. O programa, em curso há cerca de três trimestres, está em franco desenvolvimento.

Av. - Voltando ao actual quadro político no vosso país - o que é hoje a direita e a esquerda, na vossa perspectiva?

M.G. - Antes do mais, há que dizer que não definimos os partidos em função das suas designações ou das suas palavras de ordem. Mas sim pela sua prática política.

Penso, por exemplo, que o Partido Cívico Democrático, que é o maior partido de direita no nosso país, não tem uma política que corresponda ao seu nome. Tomando um exemplo de cunho internacional, teríamos que concluir que o sr. Jirinovski é um liberal...

O espectro político-partidário na Boémia-Morávia é actualmente ainda bastante instável. Um considerável grupo de políticos que se afirma da esquerda moderada, desenvolve uma política que é mais de centro, centro-direita. Todos os projectos de lei aprovados pelos partidos do centro, como os seus contributos para a vida política nacional, foram no sentido de favorecer a direita. Há ainda grupos militantes claramente de direita.

Na verdade, a cultura política no nosso país está ainda em fase de formação.

A direita engloba no fundamental três partidos - o Partido Democrático Cívico (ODS), a Aliança Democrática Cívica (ODA) e a democracia cristã (KDS).

À esquerda, temos o Bloco de esquerda (LB), coligação formada pelo nosso partido e pela Esquerda Democrática, sediada na Morávia, e que nas últimas eleições ficou em segundo lugar com 14,5 por cento dos votos.

A segunda componente de esquerda - ainda que possa ser discutível, no caso, esta designação - é o Partido Social-Democrata. Também é de referir, na oposição, uma linha liberal-democrata.

É importante referir que, enquanto as forças de direita têm de algum modo desenvolvido uma acção concertada, as forças antigovernamentais não foram ainda capazes de estabelecer formas de unidade na acção.

Estamos naturalmente preparados para acções comuns com a esquerda não comunista, nomeadamente com organizações ecologistas, para dialogar com todos os que querem mudar a situação actual.

Encruzilhada histórica

■ **Manoel de Lencastre**

O regresso do capitalismo aos países do Leste europeu constitui já uma derrota espectacular para os proponentes e defensores do sistema. Chora-se, hoje, nesses países pelo socialismo de ferro que existiu e que, apesar das suas naturais deficiências e dos inevitáveis erros cometidos, conduziria, um dia, ao socialismo de ouro. Ofendidos, os povos de Leste, e o russo em particular, sabem agora aquilo que perderam e, na sua frente, só encontram miséria, sujeira, medo e fome, desespero, enquanto os fantasmas assassinos que o capitalismo agita assentam raízes e formam cidadelas. Mas são fantasmas reais: a agiotice, a violência, a pornografia, os estupefacientes, a prostituição, o desemprego, a publicidade, as noveletas televisivas, a acção das «mafias», o papaguear dos novos democratas, a corrupção a todos os níveis, a criminalidade, a implantação dos interesses estrangeiros, as canções dos novos

levasse 10 anos a estabelecer, aconteceu em nove meses, apenas. Tudo passou de valores já tidos como incríveis, para a mais rampante sobrevalorização a que assisti desde há muitos anos. E os maiores destruidores dos valores das coisas são os estrangeiros» — Mr. Reginald Duquesnoy, conselheiro de um Fundo de Investimento com rede em Dublin citado pelo «Financial Times» (4-02-94).

«A Firma H. & M. Rayne, com mais de 100 anos de existência, cujos sapatos feitos à mão adornavam os pés da rainha de Inglaterra, da rainha-mãe e da princesa de Gales, abriu falência, vítima de uma espectacular quebra nas suas vendas em consequência da recessão» — «The Sunday Telegraph», Londres (30-01-94).

«Não há ninguém no Afeganistão que não sinta o mais profundo ódio pelos chefes das várias facções em luta. Só pretendem uma coisa: o poder. Afinal, aquilo não se tra-

de o seu próprio advogado haver considerado a possibilidade de uma pena de cinco anos de prisão. E Hardy saiu livre, do tribunal.

Mas a vingança surgiu mais tarde: 40 polícias apresentaram-se-lhe, num hotel, para o prender. Qual a razão? O grande escritor comunista não tinha pago certas multas ocasionadas pelo mau estacionamento do seu carro.

2. A morte recente do marechal Nikolai Ogarkov, também com 76 anos, constituiu uma pesada perda que nenhum amigo da ex-URSS pode deixar de sentir. Nasceu a 30 de Outubro de 1917, em Mokokovo, 160 quilómetros a noroeste de Moscovo, e a sua educação militar realizou-se na Academia de Engenharia e na Academia do Estado-Maior do Exército Vermelho. Ainda estudante, achara-se envolvido em causas sindicais e aderiu cedo ao Partido Comunista. Brigadeiro, foi colocado no comando da Divisão de Infantaria Motorizada e, já em plena Grande Guerra Patriótica, foi Chefe do Estado-Maior e Primeiro Vice-Comandante do Distrito Militar da Biolorúsia. Vice-ministro da Defesa (1974-1984), Chefe do Estado-Maior (1977-1984), foi feito marechal da União Soviética, em 1977.

Mas em 1985, quando da fatal chegada de Gorbachev ao poder, a nova era da «perestroika» e da «glasnost» tornou-se anátema para um homem de convicções sólidas como Nikolai Orgakov. Assim, em 1988, viu-se afastado do comando das forças soviéticas da zona ocidental e, gradualmente, desapareceu da cena.

3. Na hora em que o Partido Comunista Francês conhece um novo Secretário-Geral e se prepara, obviamente, para comemorar o 50.º aniversário da Libertação ao mesmo tempo que acelerará, estamos certos, a luta pelos interesses dos trabalhadores franceses e de todo o povo gaulês, achamos que nos não fica mal lembrar os nomes heróicos de alguns dos que contribuíram para a grande vitória.

Recordemos Maurice Thorez e Jacques Duclos, autores do apelo de 10 de Julho de 1940; Benoit Frachon e Etienne Fajon que, com Duclos, asseguraram, na clandestinidade, as funções dirigentes do Partido; Lucien Sempaix, secretário-geral de «l'Humanité», fuzilado, em 1941; Gabriel Péri, preso a 15 de Maio de 1941 e fuzilado a 15 de Dezembro; Jean Catelas, guilhotinado a 24 de Setembro de 1941; os escritores Georges Politzer e Jacques Solomon, fuzilados a 23 de Maio de 1942; Pierre Sémard, secretário-geral da Federação dos Ferroviários, preso a 5 de Novembro de 1840 e fuzilado em, Evreux, a 7 de Março de 1942; André Brechet, responsável pela difusão de «l'Humanité» na região parisiense, preso e fuzilado em Maio de 1941; Henry Torryn, René Lepape, Léa Maury, André Chennevière, Victor Meser, Pierre Mars, Maurice Grandoin, Raoul Chollet, Julien Landragin, Henri Vincent, todos membros das operações clandestinas de «l'Humanité» e todos, evidentemente, fuzilados; Jean Pierre Timbaud, militante sindicalista, fuzilado em Chateaubriant, em 1941; os mineiros Michel Brûlé, Julien Hapiot, Charles de Varge, abatidos durante a greve de 1941 por ordem do chefe do Estado-Maior do Exército de ocupação nazi, Hans Speidel; Felix Cadras, Jacques Decour, executado a 30 de Maio de 1942 — e milhares de outros patriotas comunistas que tomaram nas garras da «Gestapo» e nas da polícia de Vichy.

Recordemos e saudemos a memória de Langer, guilhotinado em Toulouse e que subiu ao cadafalso gritando: «Morte aos boches! Viva a França livre! Viva o PCF!»

Saudemos a memória dos milhares que caíram no Mont Valérien. Homenagemos os que enfrentavam o pelotão de fuzilamento cantando as estrofes de Eugène Pottier, autor da «Internacional»:

«On a bien fusillé Varlin,
Flourens, Duval, Millière,
Ferré, Rigault, Tony, Moilin,
Gavé le cimetière.

On croyait lui couper les bras
Et lui vider l'aorte
Tout ça n'empêche pas
Nicolas

Qu'la Commune n'est pas morte!

«Eles bem fuzilaram Varlin./ Flourens, Duval, Millières./ Ferré, Refault, Tony, Moilin./ Encheram o cemitério./ Pensaram cortar-lhes os braços/ e secarem-lhes as veias/ Isso não impede/ Nicolas/ Que a Comuna não tenha morrido!»

Lembremos, por fim, a figura daquele que avançou para a morte entoando a «Balada do que cantava no suplício» (Jacques Destaing), contada por Louis Aragon:

«Et s'il s'était à refaire
Je refererais ce chemin...»
Une voix monte des fers
Et parle des lendemains

(E se fosse de tudo repetir/Refaria este caminho.../ Uma voz sobe das grilhetas/ E fala dos amanhã).



ricos. No próprio Ocidente se diz que os povos em causa choram, e com razão, pelo paraíso perdido.

Observações recentes:

«O período das práticas românticas do mercado acabou» — Viktor Chernomyrdin, primeiro-ministro russo.

«A política e os objectivos anunciados opõem-se fortemente às nossas concepções» — Mr. Joffrey Sachs, americano, e Mr. Anders Aslund, sueco, conselheiros estrangeiros do governo russo.

«A política do primeiro-ministro Viktor Chernomyrdin poderá, a curto prazo, produzir um desastre» — Borja Fyodorov, ex-ministro das Finanças russo.

«Companheiras russas — oferecemos 3000 senhoras educadas que procuram romances e casamento. Telefone 081-3353518 (Londres)» — anúncio no «The Observer» (30-01-94).

«Aquilo a que chamarei os acontecimentos de Janeiro, em Minsk, foi um festival de solidariedade entre todos os comunistas da antiga URSS que estão a levar a cabo, calmamente, uma contra-revolução» — um «modernizador» russo citado pelo «The Sunday Telegraph», de Londres (30-01-94).

«Fui um dos primeiros a chegar à Polónia com ideias de investimento. Mas o novo processo, que se esperaria

tava de religião, mas do poder, pura e simplesmente» — um dos milhões de refugiados afegãos a cuja sorte o imperialismo, agora, fecha os olhos, citado pelo «The Daily Telegraph», Londres (4-02-94).

Comunistas

1. Frank Hardy, escritor australiano cuja obra «Poder sem Glória» o transformou numa instituição nacional, faleceu recentemente, em Melbourne, com 76 anos. Comunista toda a vida, focou no referido livro, ainda que em forma de ficção, a ascensão, o enriquecimento e o quase total poder do milionário John Wren, magnata de casinos e batotas. Mas, ainda que reconhecendo-se a si mesmo, no livro, Wren não processou o escritor. Quem o fez, foi a mulher, Ellen, que se considerou, na obra de Hardy, como tendo cometido adultério com um servente de pedreiro.

O escritor partidário, tendo exposto as actividades anti-comunistas de Wren e das suas seitas, assim como as de certos meios católicos australianos (para o que utilizou um relatório do arcebispo de Brisbane que se esquecera do mesmo num comboio) incorreu, todavia, na animosidade e no ódio dos grandes poderes estabelecidos. Entretanto, no julgamento do processo por difamação movido pela referida Ellen, o júri absolveu-o rapidamente, apesar

Gazetilha

Actualidade

Famosa trema na ponte Lianor, sem estrutura. Vai famosa e não segura.

Leva na cabeça o pote que lhe faz a vida em água e há quem lhe veja na mágoa e sombras de muito calote. Armadilhas em magote estão no caminho onde está. Tantas, não há quem as conte. E se a ponte cairá? Lianor trema na ponte.

Jogou mal no bem-me-quer mal vogou. Com tanto vento. Tanto freire no convento para serviço ao talher... S. Francisco Xavier diz-lhe ova que não se rala e se Lianor não fala quem está ela a defender? Quem tal é, nem sequer dura já ruiu ponte maior e por isso Lianor, não cuide que está segura.

O negócio

Ai que bom, ai que bom é ser deputado europeu dá status e dá «café» dá hotel, dá avião. Isso pra mim quero eu. Senão...

Ai que bom ser presidente de uma câmara qualquer. Dá categoria à gente com muitos trunfos na mão. Isso é que o meco quer. Senão...

Ai como é bom ser gestor bem áudio, bem visual não, não há cousa melhor estar em toda a ocasião. Tenho o perfil ideal. Senão...

... se quem me quer não for nisso, não conte com o meu serviço.

Lojas do mesmo ramo

Aníbal e António têm abertas duas lojas na rua descendente. Ao mesmo ramo dadas, frente a frente de laranja e de rosa ambas cobertas.

Temerosas das ondas mais incertas ei-las agitam freneticamente quase de borla, para toda a gente restos, liquidações, saldos, ofertas.

Passam as horas numa berraria. Sonham a esmagadora freguesia através da TV e dos jornais.

Pedir a Lua e o Sol? É cousa pouca. Mas atenção, que na corrida louca atrás de um louco há sempre um louco mais.

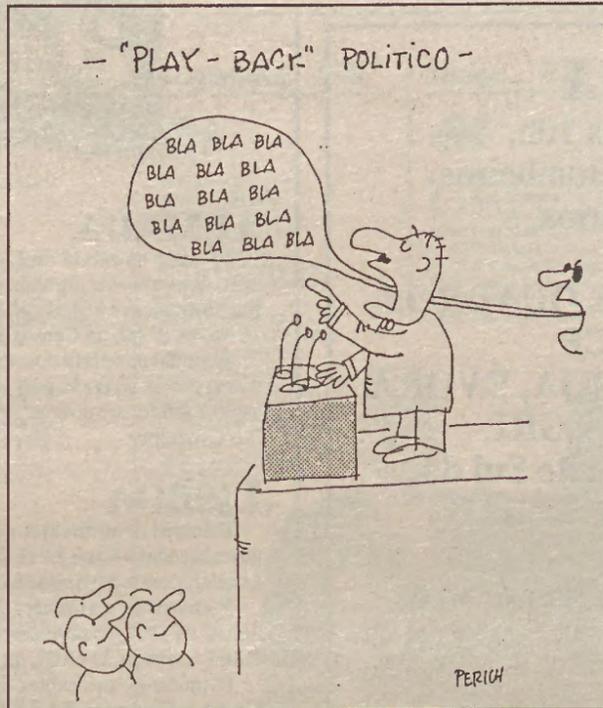
Mário Castrinho

Absoluta, não

Afinal Guterres vai desistir da "maioria absoluta", diz que quer a coisa com outro nome.

Com efeito, a palavra absoluta foi eliminada da moção de estratégia do Secretário-Geral do PS. A explicação oficial é que "absoluta" cheira a "autoritarismo de Cavaco" e ao "individualismo egoísta da ideologia liberal".

Será só isso? Será? Ou será porque muito destacado dirigente do PS não acredita de maneira nenhuma na possibilidade do PS obter a "maioria absoluta" e ache perigosa a definição de tal objectivo? Dizem estes dirigentes que já chegaram as experiências traumatizantes de Almeida Santos, Victor Constâncio e Jorge Sampaio. Insistir no erro só pode favorecer o PSD, acrescentam. Os murmúrios são mais que muitos, ao que parece. Alguns até já soam na comunicação social...



trabalhadores, contra quem acaba de ter lugar a greve geral em Espanha. Outro é o PASOK da Grécia, que chegou de novo ao governo, prometendo mundos e fundos em matéria social e que no primeiro orçamento que

de gosto na clandestinidade! Mas, além disso, Pacheco não só não esteve no 25 de Abril como tem raiva a quem esteve e tem raiva a tudo o que se relacione significativamente com a revolução. Talvez gostasse mais se tivesse sido o Kaúlza, como julgou...

A sapatada no Jardim

O barão madeirense Alberto João Jardim está de novo em pé de guerra a tentar reunir a hoste separatista. Desta vez, o inimigo é o próprio chefe, Cavaco Silva.

A causa? O papel positivo que têm desempenhado os Ministros da República nas Regiões Autónomas e que foi salientado pelo Primeiro-Ministro na entrevista à TVI. Pode avaliar-se o desconforto de Jardim. Para Leonor Beleza, a ex-ministra do caso do Ministério da Saúde, solidariedade a rodos. Para ele, Presidente do Governo Regional da Madeira, com tantos casos, a sapatada, a desconsideração, a refutação de um objectivo essencial: ser sozinho a mandar no território. Quase foi tratado ao nível do Costa Freire. O País aguarda com interesse o desenvolvimento deste torneio feudal, que reforça as razões para a manutenção dos Ministros da República.

O clandestino

Não se percebe muito bem o que levou o "Público" a entrevistar, a correr, o Pacheco Pereira a propósito do 25 de Abril. É que o deputado laranja não tem nada a ver com o assunto, como aliás se conclui do que disse.

Tendo começado por enaltecer a sua geração - "vivemos em tempo real" - confessou adiante que no dia 25 de Abril soube que tinha havido um golpe - "devia ser o Kaúlza". Confessou mais à frente que permaneceu depois da data gloriosa vários meses na clandestinidade, pois, diz ele: "a minha organização (de que era dirigente) considerava que não havia ainda condições de estabilidade para a luz do dia". A isto é que se chama estar



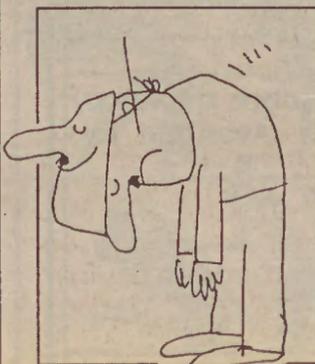
Grande família

Barros Moura está muito contentinho por ter logrado um lugarzinho na lista do PS para o Parlamento Europeu. Dentro do PS é que há muito quem não esteja contente com esta ocupação.

Mais uma razão para Barros Moura se manifestar agradecido e vai daí, claro, fez um manifesto.

Já se sabe que o prato forte do dito é o elogio do "Partido Socialista Europeu" apresentado como "uma grande família política que permite dar eficácia ao combate europeu".

Pois, pois, uma grande família... Um dos membros mais conhecidos é Filipe Gonzalez, com uma política atentatória dos interesses dos



frases da Semana

"No Vale do Ave não há fome, porque há a agricultura e o biscate. - Esta empresa está boa, o único problema é como despedir dez por cento dos seus trezentos trabalhadores. - O programa da visita é clandestino porque receamos as bandeiras negras."

(Frases recolhidas durante a visita de ministros e deputados do PSD ao Vale do Ave, em 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro, citadas por Adão Mendes, eleito da CDU na Assembleia Municipal de Guimarães).

"Não tenho qualquer espécie de ambição política em Portugal."

(Deus Pinheiro, citado pelo «DN», no seu artigo «Deus afasta Belém», em 3.2.94)

"UGT recebe do FSE mais de 4,2 milhões de contos"

(Título do «DN», 4.2.94)

"A nova maioria exclui qualquer tipo de aliança eleitoral com o PCP, ou pontual com o partido do poder."

(António Guterres, in «DN», 5.2.94)

"Serviço Nacional de Saúde é perfeitamente injusto e iníquo na sua forma actual."

(Ministro Mendo, em entrevista ao «DN», em 7.2.94)

"Em Aveiro, os sociais-democratas estão em brasa. Oliveira e Costa diz que o angariador do dinheiro é Ângelo Correia. Este responde: de outros dinheiros sim, mas destes não."

(in «Público», de 8.2.94, sobre os 23 mil contos recebidos pelo PSD de Aveiro)

"Governo: liberalizar droga é uma questão técnica"

(Título do «DN», 8.2.94)

Agenda

BEJA

Sábado, às 10h,
no Salão dos Bombeiros
Voluntários

**ENCONTRO DE QUADROS
DO PCP
dos distritos de BEJA, ÉVORA
e PORTALEGRE
e dos concelhos do Sul do
Distrito de SETÚBAL**

com a participação do camarada
CARLOS CARVALHAS

ALMADA

Plenário da célula da Lisnave para discussão da situação da empresa e problemas que afectam os trabalhadores. Entrega dos novos cartões do Partido. Hoje, quinta-feira, às 17.00, no Centro de Trabalho Concelhio.

Reunião da célula dos trabalhadores da AIPICA para discussão da situação política e entrega dos novos cartões do Partido: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho Concelhio.

LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de Ameixoeira: amanhã, sexta-feira, às 21.00, no Centro de Trabalho do Lumiar, com a participação do camarada Carlos Grilo.

Plenário de militantes da freguesia do Beato para debate da situação política e entrega dos novos cartões do Partido: sábado, às 16.00, no Centro de Trabalho do Beato.

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, N.ª S.ª Fátima, S. João de Deus, S. João de Brito e S. Sebastião para discussão da situação política nacional e internacional, tarefas do Partido decorrentes e iniciativas em curso, com a participação do camarada Vítor Dias: sábado, às 16.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião de militantes do Partido e Amigos da freguesia de Olivais, com a participação de um camarada do Comité Central: sábado, às 16.00, no Centro de Trabalho dos Olivais.

MARINHA GRANDE

Reunião conjunta de militantes do PCP e activistas da CDU, para discutir linhas de trabalho de eleitos e activistas da CDU e eleição da estrutura concelhia da CDU: quinta-feira, dia 17, às 21.30, no Centro de Trabalho do PCP.

SEIXAL

Plenário de militantes da organização de freguesia de Amora para discussão da situação política e análise dos resultados das eleições autárquicas. Entrega dos novos cartões do Partido. Sábado, às 15.00, no CT de Amora.

Plenário de militantes da organização de freguesia do Seixal para discussão da situação política e social, resultados das eleições autárquicas e entrega dos novos cartões do Partido: sábado, às 15.30, no CT do Seixal.

Plenário de militantes da organização de freguesia de Arrentela para discussão da situação política e resultados das eleições autárquicas. Entrega dos novos cartões do Partido. Sábado, às 15.00, no CT de Arrentela.

PORTO

Sexta-feira, às 21h30,
no CT da Boavista

ENCONTRO

**aberto a todos os Amigos que
participaram na campanha
e candidatos da CDU nas últimas
eleições autárquicas sobre
a situação política decorrente das
eleições e a intervenção futura
do PCP e da CDU**

promovido pela Direcção
da Organização da Cidade do Porto
do PCP

CARNAVAL Cubano

música e bebidas típicas



FAC. LETRAS LISBOA · 11 FEV. · 22H



*Convive, diverte-te
e ajuda o Partido
participando nas suas iniciativas*

MARINHA GRANDE

Carnaval na Sala Abril do PCP
Dias 11, 12, 13, 14 e 15

Concursos:

- dia 11 para o melhor mascarado
- dia 14 para o melhor grupo

SETÚBAL

Discoteca carnavalesca
(promovida pela C. F. da Verderena)
Segunda-feira, às 22h
no Nicola

CASCAIS

Festa de Carnaval
Segunda-feira, a partir das 21h,
no CT do PCP

LISBOA

Carnaval no CT de Alcântara
(fregs. St.ª Condestável e Alcântara)
Sábado, a partir das 15h

O Militante

Campanha de assinaturas

A mesma razão que levou ao lançamento de uma campanha de assinaturas do «Avante!» obriga a que se proceda também a uma campanha de assinaturas de «O Militante».

É necessário, rapidamente, conseguir um número mínimo de mil assinantes para se poder utilizar uma modalidade de expedição que, embora tenha uma taxa mais cara que a aplicada no ano passado, não triplica o valor desta.

Esta urgente campanha para viabilizar o sistema de assinaturas vai também ao encontro do interesse político que tem havido no aumento do número de assinantes.

Tabela de assinaturas anuais (6 números)

Portugal (Continente e Regiões Autónomas) - Esc. 1080\$00

Espanha - Esc. 1950\$00

Europa - Esc. 3480\$00

Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Macau - Esc. 3780\$00

Extra-Europa - Esc. 5580\$00

Com a nova modalidade de expedição, o preço é idêntico para todo o nosso país, Continente e Regiões Autónomas. O actual preço das assinaturas para estas Regiões, tornou-se, por isso, mais baixo do que anteriormente, apesar do preço do número avulso a partir do n.º 209 de Março/Abril passar a ser de 200\$00.

FICHA DE ASSINATURA DE O Militante

A preencher pelo assinante:

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____
Junto envio o cheque/vale do correio n.º _____, sobre o Banco/
/Estação de correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av.
Almirante Reis, 90-7.º A, 1100 Lisboa, no valor de _____ \$ ____.

A preencher pelo angariador:

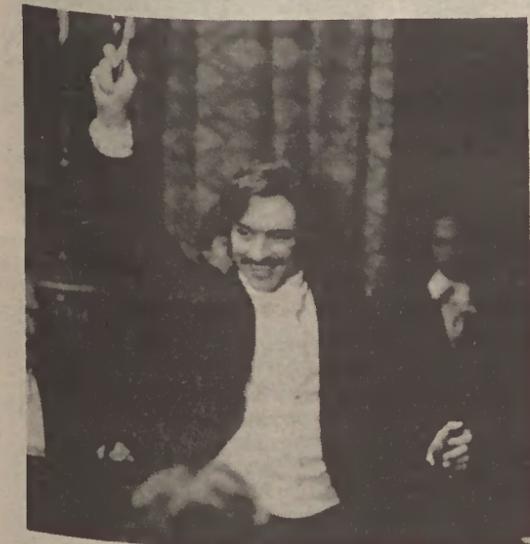
Nome (individual ou organização) _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Televisão

Quinta, 10

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Sarilhos Com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 O Perigo Vem das Mulheres
(ver «Filmes na TV»)
16.55 O Bar do Jack
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telegiornal
20.30 RTP - Finacial Times
20.45 Mandala
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.15 Ralos e Coriscos
23.20 2000 Malibu Road
00.10 24 Horas
00.50 O Espião
(ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 A Caminho com Ulisses
14.15 Sem Legendas
15.10 Força Bruta
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Max... Até ao Norte de Katmandu
20.50 Sem Limites
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Amazônia
22.55 Remate



«A Dinastia Strauss» prestes a terminar: sábado à noite no Canal 1

- 23.05 Você é Excepcional
00.05 Tramas de Seda
01.00 Magazine
«Ecologia/Ciência»

- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.40 Escândalos de Hollywood
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 Quem Sai aos Seus
12.35 Animação
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.10 Meteorologia
14.15 Uma Casa na Pradaria
15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Animação
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Telemotor
22.10 Artur Albarran
01.00 Ponto Final
01.15 Hunter

Sexta, 11

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Haydaze
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 Famintas de Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.55 O Bar do Jack
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telegiornal
20.45 Os Simpsons
21.15 Mandala
23.55 A Corrida Mais Louca do Mundo - III
(ver «Filmes na TV»)
01.35 24 Horas
02.15 Drácula, Príncipe das Trevas
(ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Segredos da Montanha
14.20 Sem Legendas
15.10 Vida Animal
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.25 O Treinador
16.50 Infantil
17.40 Os Jovens Cowboys
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.15 Outras Margens
19.50 Futebol: Sporting-Vitória de Setúbal
22.00 TV2 Jornal
22.30 Finacial Times
22.40 Amazônia
23.25 Remate



«A Dinastia Strauss» prestes a terminar: sábado à noite no Canal 1

- 23.40 Casa Comum
00.40 O Silêncio
(ver «Filmes na TV»)

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.40 Último Jornal
00.05 Os Donos da Bola
00.15 Playboy
01.00 A Selva do Mal
(ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.05 Quem Sai aos Seus
12.25 Animação
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.10 Meteorologia
14.15 Uma Casa na Pradaria
15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Animação
17.25 Lassie
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Clássicos da Animação
21.10 California Dreams
21.40 Em Nome da Justiça
22.40 Rua Jump, 21
23.30 Ponto Final
23.45 Os Inocentes
(ver «Filmes na TV»)

Sábado, 12

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Isto É Magia
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 Ama-me ou Esquece-me
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Emoções Fortes
18.20 Beverly Hills 90210
19.05 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.30 Parábens
23.15 Disnastia Strauss
00.10 Death Doll
(ver «Filmes na TV»)

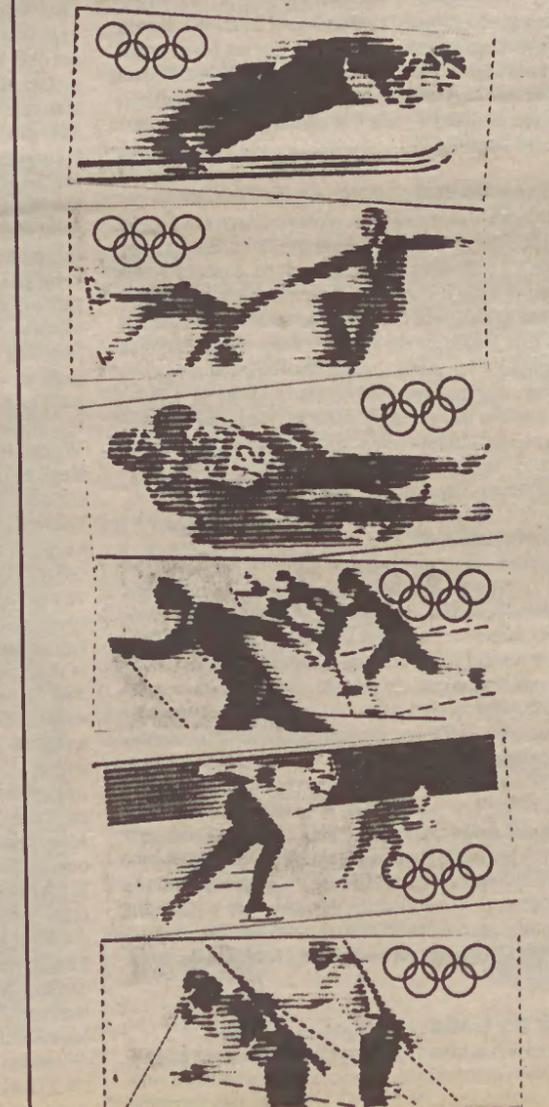
- 09.00 Universidade Aberta
12.15 Tarzan na Selva Misteriosa
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Jason Donovan
14.35 Eerie Indiana
14.55 Poirot
15.45 TV2 Desporto (inclui Jogos Olímpicos de Inverno)
23.00 Irmãs
23.50 Sexualidades
00.25 India Song
(ver «Filmes na TV»)

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 O Preço da Glória
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Desporto
16.45 PS: Amo-te
17.35 Biografias
18.00 Grandes Planos
19.00 Melrose
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Primogénito
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Água na Boca
01.30 Boxe

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Momentos de Glória
13.05 Contra-Ataque
14.35 Animação
15.10 Estrela (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.50 O Jogo do Ganso
23.35 Informação
23.50 Corações em Fogo
(ver «Filmes na TV»)

- 10.05 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Rosa Baiana
14.45 O Tio Carlos
16.20 Queridos Inimigos
18.00 O Novo Caminho das Estrelas
18.55 Um Dia a Casa Cai
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
21.00 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação
00.30 Taggart

Jogos Olímpicos de Inverno: a partir de domingo no TV2



Domingo, 13

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.15 Blosson
15.30 Duck Tales: O Filme - O Tesouro da Lâmpada Perdida
(ver «Filmes na TV»)
19.20 Dinossauros
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
22.55 Os Bonecos da Bola
23.30 O Corpo e a Vida
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Clips e Spots

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Saudades de Portugal
11.00 Missa
11.50 Desporto: Cross das Amendoeiras
13.20 Forum Musical
14.00 Regiões
15.00 Cortejos de Carnaval
16.00 TV2 Desporto
21.00 Dr. Strangelove
22.45 Artes e Letras: «Anthony Quinn»
23.50 Orfão em Casa
(ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
(ver «Filmes na TV»)
13.30 National Geographic
14.30 O Pecado Mora ao Lado
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Que Bem se Está no Campo
18.05 Obras em Casa
18.35 Labirinto
19.05 Os Imortais
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Primogénito
21.30 Os Sete Desejos
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Conversas Curtas
00.15 Último Jornal
00.40 Espiões

- 10.05 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Rosa Baiana
14.45 O Tio Carlos
16.20 Queridos Inimigos
18.00 O Novo Caminho das Estrelas
18.55 Um Dia a Casa Cai
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
21.00 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação
00.30 Taggart

Segunda, 14

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Foguetões de Rabiar
(ver «Filmes na TV»)
16.55 O Bar do Jack
17.45 Caderno Diário
17.50 Marina, Marina
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP - Finacial Times
20.00 Telegiornal

- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 O Cérebro, Um Universo Misterioso
14.20 Sem Legendas
15.55 Para Além do Ano 2000
16.40 Pé Grande e os Amigos
17.10 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Os Kennedy
20.40 Desaparecidos
21.30 TV2 Jornal
22.00 Finacial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Teatro: «A Visita da Velha Senhora»
00.55 Magazine «Cinema»

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Luzes da Cidade
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Último Jornal
23.40 Os Donos da Bola
23.50 Três É Companhia

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 Fang
12.25 Animação
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.05 Meteorologia
14.10 Uma Casa na Pradaria
15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Animação
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Os Bastidores da Televisão
(ver «Filmes na TV»)
23.15 Ponto Final
23.25 Desporto
23.55 Forum

Torça, 15

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto



Os Kennedy e o Poder — série em transmissão à segunda-feira à noite na TV2

- 20.40 Mandala
21.30 A Filha da Cornélia (Concurso)
23.10 The Jacksons
24.00 Mr. Bean
00.30 24 Horas
01.10 Grandes Batalhas em Camas Fofas
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 O Cérebro, Um Universo Misterioso
14.20 Sem Legendas
15.55 Para Além do Ano 2000
16.40 Pé Grande e os Amigos
17.10 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 Finacial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.15 Carnaval no Rio
01.15 As Galvotas
(ver «Filmes na TV»)

- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.10 Magic Star Awards
15.00 Filmes de Charlot
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Ora Bolas, Marina
22.10 A Brincar, a Brincar
22.45 Terça à Noite
24.00 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.30 Último Jornal
00.55 Internacional Sic

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 Fang
12.25 Animação
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.10 Uma Casa na Pradaria
15.45 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Animação
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Já Tocou na Faculdade
21.40 Outra Vez Tu?
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Ponto Final
00.35 Hunter

Quarta, 16

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos



Os Kennedy e o Poder — série em transmissão à segunda-feira à noite na TV2

- 14.45 O Clube de Férias
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Sarilhos com Elas
16.45 O Bar do Jack
17.50 Marina, Marina
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Finacial Times
20.00 Telegiornal
20.40 Mandala
21.35 Os Inocentes
22.05 Nico d'Obra
22.35 Lace
23.25 Gente Louca (Longa-metragem)
00.55 24 Horas
01.35 Operação Topless
(ver «Filmes na TV»)

- 14.00 Ponto por Ponto
14.35 Romuald et Juliette
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Sarilhos com Elas
16.45 O Bar do Jack
17.40 Caderno Diário
17.50 Marina, Marina
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Finacial Times
20.00 Telegiornal
20.35 Vamos Jogar no Totobola
20.50 Mandala
21.40 Sozinhos em Casa
22.15 O Pai da Noiva
(ver «Filmes na TV»)
00.10 24 Horas
00.50 Assassina Compulsiva
(ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 O Mar e a Terra
14.20 Sem Legendas
15.55 Um Século de Dança
16.40 Pé Grande e os Amigos
17.10 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Arruza
20.45 Realice
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.15 Ouvir e Falar
00.15 Heimatt II
01.10 Magazine «Ver Artes»

- 12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 O Pecado Mora Aqui
23.30 Histórias Inéditas do FBI
24.00 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola

Filmes na TV

QUINTA, 10

O Perigo

Vem das Mulheres

«Some Girls Do» (Gr.Br./1969). Real.: Ralph Thomas. Int.: Richard Johnson, Dalai Lavi, Beba Loncar, James Villiers. Cor, 90 min. *Policial / Espionagem*. (15.20, Canal 1)

O Espião

«The Whistle Blower» (Gr.Br./1986). Real.: Simon Langton. Int.: Michael Caine, James Fox, Nigeer Havers, John Gielgud. *Ver Destaque*. (00.50, Canal 1)

SEXTA, 11

Famintas de Amor

«Until They Sail» (EUA/1957). Real.: Robert Wise. Int.: Jean Simmons, Joan Fontaine, Paul Newman, Piper Laurie. P/B, 95 min. *Drama de Guerra*. (15.20, Canal 1)

Os Inocentes

«The Innocents» (Gr.Br./1961). Real.: Jack Clayton. Int.: Deborah Kerr, Peter Wyngarde, Megs Jenkins, Michael Redgrave. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (23.45, Quatro)

A Corrida Mais Louca do Mundo - 3

«Cannonball Fever» (EUA/Can./1989). Real.: Jim Drake. Int.: Melody Anderson, Peter Boyle, John Candy, Eugene Levy. Cor, 97 min. *Acção*. (23.55, Canal 1)

O Silêncio

«Tystnaden» (Suécia/1963). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Ingrid Thulin, Gunnel Lindblom, Jorgen Lindstrom. P/B, 93 min. *Ver Destaque*. (00.40, TV 2)

A Seita do Mal

«The Believers» (EUA/1987). Real.: John Schlesinger. Int.: Martin Sheen, Helen Shaver, Harley Cross, Robert Loggia, Elizabeth Wilson. Cor, 110 min. *Horror*. (01.00, SIC)

Drácula, Príncipe das Trevas

«Dracula - Prince of Darkness» (Gr.Br./1965). Real.: Terence Fisher. Int.: Christopher Lee, Barbara Shelley, Andrew Keir. Cor, 87 min. *Horror*. (02.15, Canal 1)

SÁBADO, 12

Tarzan na Selva Misteriosa

«Tarzan's Hidden Jungle» (EUA/1955). Real.: Harold Schuster. Int.: Gordon Scott, Vera Miles, Peter Van Eyck, Jack Elam. *Aventuras*. (12.15, TV 2)

O Preço da Glória

«What Price Glory?» (EUA/1952). Real.: John Ford. Int.: James Cagney, Dan Dailey, Corinne Calvet, Robert Wagner, James Gleason. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

Ama-me ou Esquece-me

«Love Me or Leave Me» (EUA/1955). Real.: Charles Vidor. Int.: Doris Day, James Cagney, Cameron Mitchell, Robert Keith, Tom Tully. Cor, 118 min. *Ver Destaque*. (15.30, Canal 1)

Corações em Jogo

«Sweet Hearts Dance» (EUA/1988). Real.: Robert Greenwald. Int.: Don Johnson, Susan Sarandon, Jeff Daniels, Elizabeth Perkins. Cor, 101 min. *Comédia Dramática*. (23.50, Quatro)

India Song

«India Song» (Fr./1974). Real.: Marguerite Duras. Int.: Delphine Seyrig, Michel Lonsdale, Mathieu Carrière, Claude Mann. Cor, 120 min. *Ver Destaque*. (00.25, TV 2)

DOMINGO, 13

Duck Tales: o Filme - O Tesouro da Lâmpada Perdida

«Duck Tales: the Movie - Treasure of the Lost Lamp» (EUA/1990). Real.: Bob Hatcock. Vozes: Alan Young, Russi Taylor, Christopher Lloyd, Richard Libertini. Cor, 73 min. *Desenhos Animados*. (a partir das 14.00, Canal 1)

O Pecado Mora ao Lado

«The Seven Year Itch» (EUA/1955). Real.: Billy Wilder. Int.: Marilyn Monroe, Tom Ewell, Evelyn Keys, Sonny Tufts, Robert Strauss, Oscar Homolka. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (14.30, SIC)

Doutor Estranhoamor

«Doctor Strangelove, or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb» (Gr.Br./1964).

Real.: Stanley Kubrick. Int.: Peter Sellers, George C. Scott, Sterling Hayden, Keenan Wynn, Slim Pickens. P/B, 90 min. *Ver Destaque*. (21.00, TV 2)

Os Sete Desejos

«Bedazzled» (Gr.Br./1967). Real.: Stanley Donen. Int.: Dudley Moore, Peter Cook, Raquel Welch, Eleanor Bron. Cor, 104 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

O Corpo e a Vida

«Half Moon Street» (EUA/Gr.Br./1986). Real.: Bob Swaim. Int.: Sigourney Weaver, Michael Caine, Patrick Kavanagh. Cor, 86 min. *Policial / Espionagem*. (23.30, Canal 1)

Órfão em Casa

«La Fracture du Myocarde» (Fr./1990). Real.: Jacques Fansten. Int.: Sylvain Copans, Nicolas Parodi, Cecilia Rouaud. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

SEGUNDA, 14

Foguetões de Rabiar

«Rockets Galore» (Gr.Br./1958). Real.: Michael Relph. Int.: Jeannie Carson, Donald Sinden, Roland Culver, Noel Purcell. Cor, 88 min. *Comédia*. (14.50, Canal 1)

Luzes da Cidade

«City Lights» (EUA/1931). Real.: Charlie Chaplin. Int.: Charlie Chaplin, Virginia Cherrill, Harry Myers, Kank Mann, Allan Garcia. P/B, 91 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

Os Bastidores da Televisão

«Lip Service» (EUA). Real.: W. H. Macy. Int.: Griffin Dunne, Paul Dooley. Cor, 64 min. (21.40, Quatro)

Grandes Batalhas em Camas Fofas

«Soft Beds, Hard Battles» (Gr.Br./1973). Real.: Roy Boulting. Int.: Peter Sellers, Lila Kedrova, Curt Jurgens, Beatrice Romand. Cor, 91 min. *Ver Destaque*. (01.10, Canal 1)

TERÇA, 15

Car Wash

«Car Wash» (EUA/1976). Real.: Michael Schultz. Int.: Franklin Ajaye, Sully Boyer, Richard Brestoff, George Carlin. Cor, 93 min. *Comédia*. (14.45, Canal 1)

Os Oculos / O Garoto

«The Idle Class» (EUA/1921). Real.: Charlie Chaplin. Int.: Charlie Chaplin, Henry Bergman, Allan Garcia, Lita Grey. P/B, 45 min. *Ver Destaque*. «The Kid» (EUA/1921). Real.: Charlie Chaplin. Int.: Charlie Chaplin, Edna Purviance, Jackie Coogan. P/B, 60 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

Outra Vez Tu?

«Another You» (EUA/1991). Real.: Maurice Phillips. Int.: Richard Pryor, Gene Wilder, Mercedes Ruehl, Stephen Lang. Cor, 98 min. *Comédia*. (21.40, Quatro)

As Galvotas

«Les Mouettes» (Fr./1990). Real.: Jean Chapot. Int.: Michael Galabru, Macha Méril, Frédéric Deban, Anais Jeanneret. Cor, 90 min. *Comédia*. (01.15, TV 2)

Operação Topless

«La Guerra dei Topless» / «Donne e Diavoli» (It./1967). Real.: Enzo Di Gianni. Int.: Steve Lang, Giovanni Vanni, Nunzio Filagnaro. Cor, 82 min. *Comédia*. (01.35, Canal 1)

QUARTA, 16

Romuald e Juliette

«Romuald et Juliette» (Fr./1989). Real.: Coline Serreau. Int.: Daniel Auteuil, Fimrine Richard, Pierre Vernier. Cor, 108 min. *Comédia*. (14.35, Canal 1)

O Pai da Noiva

«Father of the Bride» (EUA/1991). Real.: Charles Shyer. Int.: Steve Martin, Diane Keaton, Kimberly Williams, Kieran Culkin. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

Assassina Compulsiva

«Blood Mania» (EUA/1971). Real.: Robert O'Neil. Int.: Peter Carpenter, Maria de Aragon, Vicki Peters. Cor, 86 min. *Horror*. (00.50, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

O Espião (Quinta, 00.50, Canal 1)

Adaptado de um romance de John Hale, que foi um *best-seller* internacional, *O Espião* é um dos recentes filmes de espionagem mais originais porque, independentemente de ser recheado de cenas de acção e violência, «obrigatórias» no género, se preocupa muito mais com a denúncia, por vezes acutilante e mesmo ironicamente amarga, da estratificação em classes da sociedade britânica e do reflexo da sua organização nos métodos, na impunidade e nas arbitrariedades praticadas pelos *serviços de inteligência* de Sua Majestade. O filme conta-nos, através da própria evolução do personagem principal, a história das relações de um ex-espião de meia idade com o seu filho (que está colocado, também ele, num departamento de espionagem) e das investigações que posteriormente leva a cabo para descobrir os meandros do seu assassinato. Dizem as referências tratar-se de um dos melhores papéis de Michael Caine na fase mais recente de uma carreira brilhante, num filme que, sem ser uma obra de forma alguma excepcional, parece destoar da rotineira indigência a que o Canal 1 costuma votar o seu espaço diário da *Última Sessão*.

Os Inocentes (Sexta, 23.45, Quatro)

A diferença entre os banais filmes *fantásticos* e os grandes filmes de *horror* reside, muito mais, na capacidade de se ir instalando, subtilmente, um clima de progressiva inquietação e incómodo perante o *inexplicável* do que em mostrar de forma explícita o *horror* pelo *horror* na exploração demagógica da vulnerabilidade do espectador. É precisamente por isso que um filme como *Os Inocentes* se destaca da banalidade vigente, para adquirir o estatuto de quase obra-prima do género, para o que muito contribui a elevada qualidade dos vários ingredientes da *produção*, começando na escrita tremendamente eficaz do argumento (adaptado do romance *The Turn of the Screw*, de Henry James, por uma equipa em que avulta Truman Capote), passando pela admirável fotografia de Freddie Francis ou pela excelente música de George Auric, para acabar na brilhante realização de um cineasta (Jack Clayton) que aqui atinge o cume de uma carreira, de resto extremamente irregular. Somem-se a tudo isto os valores de representação assegurados por Deborah Kerr ou Michael Redgrave e está assegurada uma excelente noite de cinema que a *Quatro* nos proporciona, no indispensável *preto-e-branco* e (espera-se) respeitando o *cinemascope* original...

O Silêncio (Sexta, 00.40, TV 2)

Numa viagem de regresso à Suécia, Ester e Anna e Johan, jovem filho desta, fazem uma paragem num hotel de uma cidade desconhecida, durante a qual, incapazes de se entender e comunicar, as duas irmãs se afrontam violentamente. Um filme duro e austero, em que os «silêncios de Deus» e as «angústias da alma» estão mais uma vez presentes (depois de *Em Busca da Verdade e Luz de Inverno*) como em nenhum outro filme desta «trilogia da Fé», de Bergman, e que o realizador encena com grande estatismo e contensão de processos, servido pela esplendorosa fotografia de Sven Nykvist. Uma obra de 1963 que os espectadores portugueses apenas puderam ver em 1975 (por causa da sua interdição pela censura fascista) mas que outros espectadores europeus antes tinham visto estropiada e amputada de várias cenas - no que constituiu um dos maiores escândalos cinematográficos de todos os tempos.

O Preço da Glória (Sábado, 14.30, SIC)

Remake do filme mudo original realizado em 1926 por Raoul Walsh, *O Preço da Glória* é uma comédia de guerra (com argumento situado durante o primeiro conflito mundial) com James Cagney e Dan Dailey nos dois principais papéis, mas que (tendo em conta a estatura do seu realizador) resultou numa das obras menos conseguidas de mestre John Ford.

Ama-me ou Esquece-me (Sábado, 15.30, Canal 1)

Este filme de Charles Vidor, também protagonizado por James Cagney (num papel que lhe está a matar) é um dos melodramas marcantes da década de 50 e basea-se na vida real da cantora Ruth Etting, que teve uma agitada carreira profissional desde os tempos em que colaborou com as *Ziegfeld Follies* até se ter tornado uma das principais vedetas dos *musicais* de Hollywood - numa carreira ensombrada pela ligação a um *gangster* que lhe arruinou a vida. A escolha de Doris Day, de voz demasiado linear e «fria» se a compararmos com a da cantora que pretende fazer reviver, não se revelou das mais felizes. Mas, independentemente das suas versões vocais, dão o justo tom ao filme canções como *Mean To Me*, *Shaking the Blues* ou *I'll Never Stop Loving You*.

India Song (Sábado, 00.25, TV 2)

«O cinema não é mais do que um logro; o que fica é só a coisa escrita. O escrito é arrancado à morte. A morte mutila-se a cada poema escrito, lido, em cada livro. O filme é um fenómeno secundário.» Esta peculiar visão do cinema foi formulada por Marguerite Duras em 1981 na revista *Des Femmes*, aparentemente demonstrando (para dizer o mínimo...) que, do cinema, lhe interessava, apenas, uma das suas componentes - a palavra e a escrita. Seguramente aquela componente em que Duras mais se destacou, no cinema, quando escreveu fabulosos argumentos para verdadeiros e grandes filmes realizados por outros, como foi o caso de *Hiroshima Mon Amour* (um brilhante «guião» para Alain Resnais) ou *Moderato Cantabile* (um romance aproveitado por Peter Brook). Provavelmente reside naquelas posições da escritora alguma da nossa perplexidade perante o filme que realizou, que a TV 2 hoje transmite, e que, no dizer da própria, é «uma história de amor que vezes sem rosto tentam reconstituir... e, à volta dela, uma outra história, de horror, miséria e lepra, amalgamadas na humidade pestilenta da monção»...

O Pecado Mora ao Lado (Domingo, 14.30, SIC)

Quantas vezes não nos sentimos já impenitentes *voyeurs* à espera do esvoaçar do vestido de Marilyn, à mercê dos caprichos da ventilação que vem das profundezas do Metro? E quanto não sorrimos

a bom sorrir com Tom Ewell, sonhando-se conquistador em roupão e à luz dos candelabros, a dedilhar o inefável Concerto n.º 2 de Rachmaninoff? E que dizer dos mordazes *palpites* do canalizador, dos preclaros vaticínios do psiquiatra, das conversas ao telefone travadas entre o «herói» da fita e a esposa? Partindo de uma *comédia de boulevard* de sucesso (escrita por George Axelrod), o realizador Billy Wilder transpõe com imensa graça para o cinema um argumento que retrata, em tom de comédia, as tentações de um puritano cidadão nova-iorquino (com a mulher e o filho em férias...) assaltado, em pleno Verão escaldante, pela perturbante chegada de uma irresistível vizinha. Um dos grandes papéis de Marilyn Monroe, a não perder.

Doutor Estranhoamor (Domingo, 21.00, TV 2)

Depois de uma pequena e simbólica introdução, em que vemos um bombardeiro de longo alcance ser reabastecido no ar, o filme entra em «alta velocidade» quando percebemos que um General da Força Aérea norte-americana, nitidamente enlouquecido, se fecha



Deborah Kerr, em grande forma, no filme «Os Inocentes», de Jack Clayton

na Base Aérea de Burpelson e dá ordens a um bombardeiro nuclear para atacar a União Soviética! Quer dizer, numa sequência relativamente curta e sincopada, Stanley Kubrick, o realizador deste *Dr. Estranhoamor*, coloca-nos perante o «motivo central» do filme: estimular a nossa perplexidade perante a verdadeira loucura que é o acto de «premir o botão» para desencadear um conflito nuclear! O facto é que este excelente filme da década de 60 ficou, na realidade, na História do Cinema como um dos mais fortes manifestos contra os desvarios da corrida armamentista e constitui a mais tremenda denúncia dos *tiques* da guerra fria que o Cinema nos deixou. Com argumento baseado no romance *Red Alert*, de Peter George (também seriamente adaptado ao cinema por Sidney Lumet), Kubrick opta por encenar uma das maiores *comédias negras* que se conhecem, excelentemente servido por uma capacidade de produção altamente eficaz e por um grupo de actores que, na época, nem sequer tinham atingido o cume das suas carreiras: acima de todos, Peter Sellers desdobrando-se em três irremediáveis papéis - o do liberal e pachorrento Presidente dos EUA Merkin Muffley, o do fleumático e desajeitado capitão britânico Lionel Mandrake e o do inquietante cientista alemão Dr. Strangelove, cujo braço artificial inadvertidamente se eleva na saudação nazi; depois, George C. Scott, impecável no papel do general *falcão* «Buck» Turgidson; e, ainda, Sterling Hayden, na figura do general «louco» Jack D. Ripper, sem esquecer os excelentes «secundários» Keenan Wynn, Slim Pickens ou Peter Bull. Do filme ficam na memória cenas de antologia: entre tantas outras, a surrealista conversa, via *telefone vermelho*, entre os principais responsáveis da administração americana e soviética; a «agressão» a tiro a uma máquina de *Coca-Colas*, para conseguir uma moeda para um telefonema de «alto risco»; ou a sequência do assalto à Base Aérea para impedir o general do seu impensado acto, esta rodada em estilo de documentário de actualidades (e filmada, entre outros operadores, pelo próprio Kubrick com «câmara à mão»); e, sobretudo, a da queda da bomba cavalgada pelo Major «King» Kong, como se de um «cowboy» num *rodeo* se tratasse! Mas sem dúvida que a sequência mais impressionante de todo o filme é a que enche, no final, todo o *écran* de «cogumelos atómicos» com



Doris Day (como a cantora Ruth Etting) em «Ama-me ou Esquece-me», de Charles Vidor

Vera Lynn, na banda sonora, cantando «We'll Meet Again», não sem que, antes, Peter Sellers - o «cientista alemão» - tocado pelo tão ansiado «milagre», tenha conseguido levantar-se da sua cadeira de rodas para exclamar: «Mein Fuhrer, finalmente posso andar!»... A não perder!



Peter Sellers, o «cientista alemão», em «Dr. Estranhoamor», de Stanley Kubrick

Os Sete Desejos

(Domingo, 21.30, SIC) Dudley Moore e Peter Cook, actores cómicos ingleses «velhos» companheiros de espectáculos de cabaret (em particular no «Beyond the Fringe»), estão naturalmente à vontade nesta comédia que evolui sob a sombra do Fausto e que foi realizada com evidente «gozo» por Stanley Donen. O destaque vai para as sete «incarnações» de Dudley Moore e quem tenda a rir a bandeiras despregadas com situações por vezes roçando a loucura e o puro disparate vai estar nas suas sete quintas!

Órfão em Casa

(Domingo, 23.50, TV 2) «Um garoto de doze anos que fica órfão, quando a sua mãe morre subitamente em casa, decide esconder o facto de forma a não ir parar a um orfanato». Um filme inicialmente pensado para a televisão mas que constituiu um tremendo êxito comercial e fez excelente figura em festivais internacionais. A descobrir.

Luzes da Cidade

(Segunda, 21.30, SIC) Aparentemente formado por sketches sem ligação entre si, este famosíssimo filme de Charlie Chaplin revela-se, entretanto, uma das suas obras de mais profunda unidade interna. Primeiro exemplar de um pequeno ciclo que a SIC dedica ao grande realizador em Fevereiro, Março e Abril, o tema seria mais tarde retomado no pior tom melodramático em Limelight. Pelo contrário, aqui, renunciando à sua ideia original de terminar o filme com um plano da florista cega a sorrir sem reconhecer o vagabundo (a que Chaplin pensara acrescentar um «discurso» de Charlot explicando-lhe «a vida tal como ela é» e não «a vida tal como ela havia sonhado»), o realizador rejeita, precisamente, um fim convencional e transforma o filme numa das suas obras-primas.

Grandes Batalhas em Camas Fofas

(Segunda, 01.10, Canal 1) O destaque, cautelar, apenas se justifica para avisar os mais incautos (naturalmente atraídos pelo talento de Peter Sellers) de que esta desgraçada «comédia», com uma história que se desenrola durante a II Grande Guerra - e em que o actor desempenha seis papéis-seis, entre os quais o de Hitler -, é um total disparate, de insuportável mau-gosto, pelo que não vale a pena, sequer, perder o tempo a ver os primeiros minutos!

Os Ociosos / O Garoto

(Terça, 15.00, SIC) Agrupando numa única «sessão especial» estes dois filmes, a SIC prossegue nesta terça-feira de Carnaval o precioso ciclo dedicado a Charlie Chaplin. No primeiro, ele comete uma rara proeza, apenas por si tentada em A Night in the Show, transmitido em Dezembro último pela TV 2 - a interpretação de dois papéis: o do habitual vagabundo Charlot e o de chefe de uma família da alta aristocracia! As cenas impagáveis que se imaginam protagonizadas por Chaplin seguem-se outras cenas, não menos irresistíveis, desenvolvidas em O Garoto, o segundo filme da «sessão». Mas, aqui, estamos perante uma dos seus filmes mais famosos e mais (mal) amados, a sua primeira longa-metragem. Uma história em que Charlot acolhe um bebé abandonado e em que acompanhamos a trajetória que ambos percorrem pelas agruras da vida, até que a mãe, com a ajuda da polícia, volta a recuperar o filho deixando Charlot sozi-

nho... Um filme bem longe de Luzes da Cidade ou Tempos Modernos, e em que o melhor de Chaplin se confronta com o seu pior: uma certa tendência irreprimível para o sentimentalismo lamecha e, mesmo, alguma «piroseira» de mau-gosto.

O Pai da Noiva

(Quarta, 22.15, Canal 1) Um pai é confrontado com a inevitabilidade de deixar partir a sua filha para uma nova vida, já que ela vai casar-se e abandonar o lar, numa história que é mais uma versão de um tema eterno: o «confronto de gerações». Mas quem for levado pelo título e pela história a pensar tratar-se do filme homónimo realizado em 1950 por Vincent Minnelli, que se desiluda: este é, apenas, um remake

de 1991 do mesmo argumento baseado num romance de Edward Streeter e, como é natural, está a milhas de distância do «produto original» que tinha (recorde-se), como principais intérpretes nada menos do que Spencer Tracy, Joan Bennett ou Elizabeth Taylor. De qualquer forma, é uma comédia familiar que se vê com algum agrado, mais pela interpretação de Diane Keaton do que pela de Steve Martin (este, como habitualmente, deixando-se com facilidade subjuar por um jogo de tiques e esgares, por vezes de gosto duvidoso) e em que a longa e atribulada sequência do casamento está no centro das atenções - com relevo para Martin Short no papel de impagável «mestre de cerimónias».

Cinema

Table with 4 columns: Rating, M. M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres. Rows A-E with movie titles and star ratings.

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Chen Kaige - Nimas (14.45, 18.00, 21.30) - Lisboa.
B - Real. Martin Scorsese - Monumental/2 (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15); Las Vegas (15.30, 17.45, 21.45) - Lisboa.
C - Real. David Cronenberg - King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.
D - Real. Cyril Collard - Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
E - Real. Clint Eastwood - Amoreiras/10 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.10, 21.30, 24.00), Las Vegas/1 (15.00, 17.30, 21.30) - Lisboa.

Teatro

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. 3ª, 4ª e sáb. às 15.00: BÃO (peça infantil), de João Mota. Café-Concerto: 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS, encenação de João Mota.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. O TEMPO E O QUARTO, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO DO BAIRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. DIÁLOGOS SOBRE A PINTURA NA CIDADE DE ROMA, textos de Francisco de Holanda, encenação de Christine Laurent, pelo Teatro da Comucópia.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sala Um - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: A CANTORA CARECA, de Ionesco, encenação de Helder Costa. Sala Nova - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: DE BRAÇOS ABERTOS, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO D. JOÃO V

Damaia (Amadora). A ESCOLA DAS MULHERES, de Molière, encenação de José Peixoto,

pelo Teatro da Malaposta (até 13 de Fevereiro).

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. Sáb. às 16.00 e 21.30, dom. 16.00 (5ª e 6ª às 10.30 para grupos organizados). CINDERELLA REVISTA À PORTUGUESA, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa (estreia dia 11 às 21.30).

TEATRO NACIONAL DE D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ARREPENDIDO, de Manuel de Lima, encenação de José Carretas, pela Companhia de Teatro da Veredas (até 13 de Fevereiro).

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431220. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. MALDITA COCAÍNA, texto e encenação de Filipe La Féria.

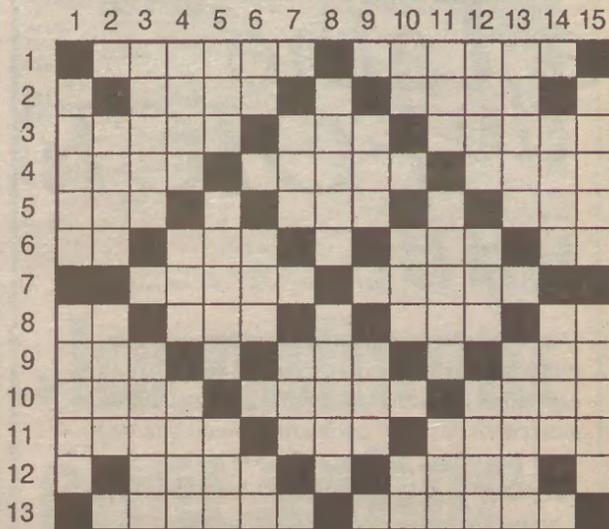
TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 18.30. 10 ELEVAÇÃO A -43 - EXTASIS, de Christiane Torloni e José Possi Neto.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo. Tel. 3538586. 6ª às 22.00, sáb. às 22.00 e 23.30, dom. às 17.00. OUTRA VEZ AS BARBIS.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Fruto do carvalho e do azinheiro, de cúpula escamosa; ave de rapina, diurna, de cabeça e pescoço depenados e coloridos, encontrada nas montanhas do Velho Mundo, e que se nutre de cadáveres. 2 - Que tem riquezas; jarro (planta). 3 - Avarenta; ribeira portuguesa; equipas. 4 - Grupo de pessoas em círculo; osso par da face; logo em seguida. 5 - Fruto da ateira; pêlos de certos animais; letra grega. 6 - Apelido; progenitora; grande quantidade; suf. de agente. 7 - Molusco cefalópode com oito braços guarnecidos de ventosas, que vive nos orifícios dos rochedos; molusco cefalópode marinho da fam. dos loliginídeos (pl.). 8 - Sódio (s. q.); saudável; nocivas; graceja. 9 - Discursa; ponto cardeal; parceiro. 10 - Império da África negra que, do séc. XI ao XVII, ocupou a área correspondente aos actuais Estados do Mali, Senegâmbia, Guiné e Mauritânia; proprietárias; itinerário. 11 - Solitários; a família; sacos de viagem. 12 - Cadeia de recifes entre a Índia e Sri Lanka; branqueia. 13 - Separam; envergonhara-se (fig.).

VERTICAIS: 1 - Dispendiosas; palavra que designa pessoa, coisa, animal, entidade (pl.). 2 - Elege; lavrar. 3 - Ermida fora do povoado; parte imaterial do ser humano (pl.). 4 - Símbolo da música; pedras de moinho; elemento químico metalóide. 5 - Vazia; permanecem em silêncio; tempo. 6 - Basta; eternidade; cânhamo de Manila. 7 - Chiste (fig.); astro-rei. 8 - Dente queixal; montículo ou colina de areia formada pelos ventos à beira-mar ou nos desertos (pl.). 9 - Pano de arrás; parte inferior do pão. 10 - Bário (s. q.); aguardente de melaço; cobalto (s. q.). 11 - Larva que se cria nas feridas dos animais; aves columbinas; maior; falha; chefe etíope; escassa. 13 - Rasga; saltar. 14 - Macaco nocturno da América Tropical; ramada. 15 - Tostar; danada.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

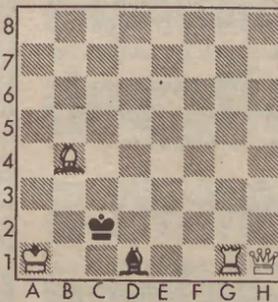
HORIZONTAIS: 1 - Jamaica; apólice. 2 - Árias; rolar. 3 - Ira; ota. 4 - Arame. 5 - Ló; Ac; era; av.; Cd. 6 - Am; lar; Ari; aa. 7 - Imoral; alisar. 8 - At; ias; Ada; tó. 9 - Vê; Cs; mor; or; Al. 10 - Malar. 11 - Tal; rir. 12 - Asira; asilo. 13 - Salmões; solário.

VERTICAIS: 1 - Janela; avelãs. 2 - Omitir. 3 - Mar; cal. 4 - Ar; baloço; Sm. 5 - III; caras; tio. 6 - Cara; rás; maré. 7 - Asaro; malas. 8 - Ara; sol. 9 - Aroma; raras. 10 - Pote; ala; riso. 11 - Ola; árido; ril. 12 - Lã; avisara; lá. 13 - Iró; cor. 14 - Carta. 15 - Empada; oleado.

XADREZ

CDXLVII-10 de Fevereiro de 1994 PROPOSIÇÃO N.º 1994X007 Por: MIROSLAV HAVEL Romanleser, 1900

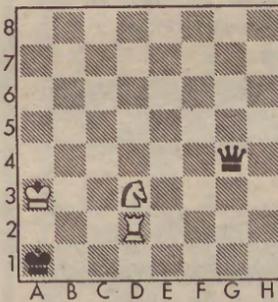
Pr.: [2]: Bd1-Rç2 Br.: [4]: Bb4-Tg1-Dh1-Ra1



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1994X008 Por: FRIEDERICH LUDWIG AMELUNG Deutsche Schachzeitung, 1901

Pr.: [2]: Dg4-Ra1 Br.: [3]: Cd3-Td2-Ra3



Branças jogam e ganham

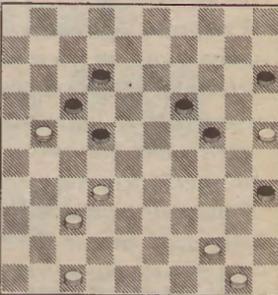
SOLUÇÕES DO N.º CDXLVII

N.º 1994X007 [M.H.]: 1. Tg4!, Rç1; 2. Tç4++ 1., Rb3; 2. D64++ 1., Rb3; 2. D:d1++

DAMAS

CDXLVII-10 de Fevereiro de 1994 PROPOSIÇÃO N.º 1994D007 Por: MICHEL SABATER L'Effort, 1971

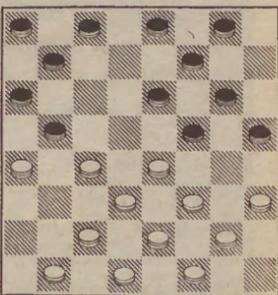
Pr.: [7]: 12-15-17-19-22-24-35 Br.: [7]: 21-25-32-37-44-47-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1994D008 GOLPE N.º 55 Por: JOHN T. DENVIR, 1905

1. 12-15, 23-20; 2. 8-12, 21-17; 3. 10-14, 25-21; 4. 5-10, 22-18; 5. 1-5, 27-22; 6. 12-16 DIAGRAMA



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXLVII

N.º 1994D007 [M.S.]: 1. 32-28, (22x33*); 2. 44-40, (17x26); 3. 37-31, (26-37); 4. 47-41, (37x46-D); 5. 25-20!, (35x44); 6. 50x28, (46x23); 7. 20x7 e 7-1=D e 1-29...+ Nota: Qualquer outra ordem de captura imposta pelas Pretas não altera o resultado. N.º 1994D008 [J.T.D.]: 6. 17-13; 7. 16-23, 28-12; 8. 10-17 [7:16]; 31-28; 9. 7-16 [10:17]; 24-20; 10. 16-23, 28-1=D+ SE: 7. 10:17, 31-27; 8. 16-23; 28-1=D+

A. de M. M.

A. de M. M.

Tempo



Continuação do tempo frio e com sol. Possibilidades de chuva no fim-de-semana.

es Cagney (como o «gangster» Martin Snyder), em

a talhe de FOICE

Está lá?

Uma senhora minha amiga, portuguesa das antigas que regulariza as contas mal elas espreitam na caixa do correio, recebeu há dias uma carta dos TLP onde era avisada que tinha "por liquidar a factura referente ao mês de Dezembro", pelo que dispunha de oito dias para o respectivo pagamento. E a missiva acrescentava, no mais educado estilo normativo: "Findo este prazo, caso se mantenha a situação, seremos obrigados a restringir-lhe a utilização do serviço telefónico."

Dado que o prazo findou com a chegada do aviso, os esforçados serviços dos TLP foram "obrigados a restringir a utilização do serviço telefónico" à minha amiga.

Ou seja, cortaram-lhe o telefone.

Estava assim explicada a estranha "avaria" que, nessa mesma manhã, acometera o aparelho. Ficando tão radicalmente restringida, a minha amiga já nem pôde - como também sugeria a missiva dos TLP - "contactar a Assistente Comercial para qualquer esclarecimento". Teve de esquecer as doenças que a afligem e pôr os pés ao caminho Lisboa fora, rumo ao edifício da Andrade Corvo. Ali, após esperar hora e meia, deram-lhe finalmente oportunidade de exhibir os recibos não apenas de Dezembro, mas também de Janeiro, demonstrando, sem margem para dúvidas, que todas as facturas haviam sido liquidadas muito antes do prazo-limite. A Assistente Comercial ficou encavacada e avisou alguém do lado de lá dum fio de telefone que "esta senhora tem todas as contas regularizadas e não pode ser sujeita à taxa de religação".

Nem à taxa, nem à religação, pois continua sem telefone. Dias depois, doente e sozinha em casa. Evidentemente que é escusado perguntar quem indemniza a minha amiga dos prejuízos, contratamentos e riscos que está a sofrer. Tal como não vale a pena questionar os TLP - Sociedade Anónima pela tripla indignidade de retaliar sem motivo, de avisar fora de tempo e de não reparar de imediato uma sua flagrante incompetência.

A resposta, se a houvesse, seria tão arrogante como a que um seu responsável deu há tempos na televisão, quando confrontado com denúncias semelhantes: "estes casos são estatisticamente irrelevantes nos bons serviços globalmente prestados pela empresa".

O que vale a pena recordar é o quadro de "sucesso" em que isto se passa. Um sucesso que entrega empresas públicas ou os seus segmentos mais rentáveis a operadores privados, com a falácia de se obter "melhor Estado com menos Estado".

Um quadro onde, em nome da eficácia dos privados e para o enriquecimento de meia dúzia, se degrada a generalidade dos serviços públicos. Com as consequências que estão à vista nas comunicações ou nos transportes, na saúde ou na educação, para apenas referirmos serviços estratégicos de qualquer sociedade.

É claro que são tudo "casos estatisticamente irrelevantes".

Relevo merece este imparável sucesso que nos avassala.

Quando, por exemplo, a Saúde for paga do nosso bolso, como o ministro Paulo Mendo há dias desejou e Cavaco Silva confirmou, ninguém nos irá cortar as análises ou os medicamentos: seremos nós próprios a fazê-lo, quando descobirmos que não temos dinheiro para estar doentes.

Aí, seremos nós próprios a sentirmo-nos "obrigados a restringir a utilização do serviço". Mesmo que tenhamos pago a conta telefónica, os impostos, o gás e a electricidade.

■ HC

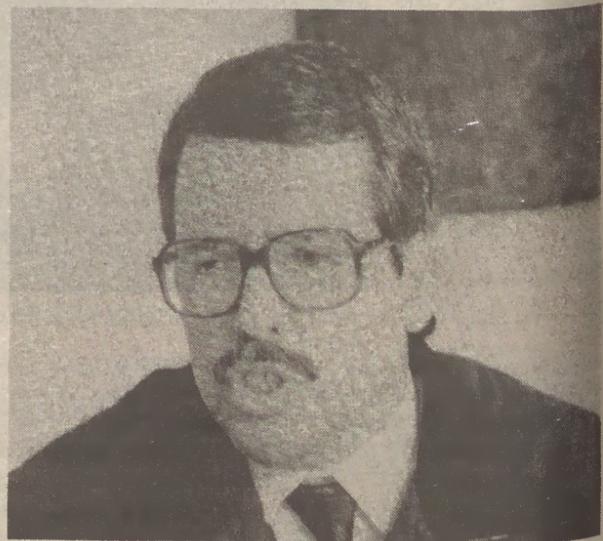
Daniel Branco reeleito presidente da Junta Metropolitana de Lisboa

Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, foi eleito na terça-feira presidente da Comissão Permanente Junta Metropolitana de Lisboa, reocupando assim o cargo que exercia desde que o organismo foi criado. Daniel Branco seria eleito por unanimidade pelos membros da Junta, incluído numa lista de consenso que atribuiu duas vice-presidências ao Partido Socialista, uma para o Partido Social-Democrata e outra para o PCP.

A eleição surge depois de o Partido Socialista ter anunciado a sua intenção de designar um representante seu para a presidência da Junta Metropolitana de Lisboa, apesar de a CDU, onde

se integram os eleitos do PCP, possuir 11 presidências das 18 Câmaras que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, o que permitiria ao PCP, caso optasse por posição de força, eleger não só o presidente mas também os quatro vice-presidentes que integram a Comissão Permanente da Junta.

Foi possível, no entanto chegar a uma solução de consenso que, basicamente, repete as opções tomadas quando, pela primeira vez, foi formada a Junta Metropolitana em 1991, que, como diz um comunicado a este propósito difundido pelo Gabinete de Imprensa do PCP na segunda-feira (e que publicamos na página cinco), resultou da procura



de "soluções de entendimento que permitissem assegurar a contribuição das principais forças políticas e dos presidentes de impor-

tantes municípios para a eficácia de acção e o bom funcionamento dos órgãos colegiais da Área Metropolitana de Lisboa".

CGTP hoje na rua

Em defesa da Segurança Social

Durante o dia de hoje, os membros da Comissão Executiva da CGTP-IN vão participar numa acção de sensibilização da população de Lisboa sobre a importância de manter e melhorar o sistema público de Segurança Social.

Para o efeito, repartir-se-ão por diferentes locais da cidade, onde procederão à distribuição de um documento em que são denunciadas as pressões que o Governo e outras forças vêm desenvolvendo com vista a desresponsabilizar o Estado nesta área fundamental da vida dos portugueses.

Assim, Manuel Carvalho da Silva, Jerónimo Rodrigues e Emídio Martins en-

contrar-se-ão, a partir daquela hora, na Estação da CP do Rossio. Maria do Carmo Tavares, Manuel Lopes e José Ernesto Cartaxo estarão um pouco mais ao lado, isto é, na Estação do Metro do Rossio. Para a Estação Sul-Sueste do Terreiro do Paço serão destacados Carlos Trindade e Rui Paixão, ao passo que Maria Augusta, João Torrinhos Paulo, Américo Nunes e Amável Alves desenvolverão a sua acção junto das estações ferroviária e fluvial do Cais do Sodré.

Este contacto com a população insere-se na preparação da Manifestação Nacional pelo emprego, pelos salários, pela protecção soci-

al e pelos direitos anunciada para 26 do corrente mês e pretende ser um alerta contra as tentativas de desacreditar o sistema de Segurança Social e criar descontentamento nos seus contribuintes/beneficiários.

Os dirigentes da CGTP-IN vão recordar aos cidadãos de que não é o Estado que suporta a Segurança Social, mas sim os trabalhadores, através dos descontos que fazem nos seus salários. Não poderão, por isso, tolerar que lhes seja retirado aquilo que lhes pertence.

O medo que se procura incutir nas pessoas relativamente ao futuro da Segurança Social tem como objectivo básico o de favorecer

chorudos negócios dos grupos financeiros privados.

A CGTP-IN não é contra os esquemas complementares de segurança social, mas entende que eles não poderão ser considerados como alternativa ao sistema público, pois apenas cobrem parte das pensões de velhice.

Tudo o mais fica por cobrir. Para a central sindical colocar em causa o sistema público de Segurança Social equivaleria a deixar de garantir a protecção na doença, no desemprego, na maternidade, na infância, na invalidez e na velhice. Equivaleria aumentar as injustiças sociais e os dramas humanos na sociedade portuguesa.

PSD iliba UGT

O PSD fez aprovar na terça-feira um relatório que iliba a UGT de qualquer fraude no uso de verbas do Fundo Social Europeu. «Não se provou a existência de quaisquer critérios ou procedimentos que visassem um tratamento diferenciado com vista a beneficiar», «provou-se que todos os apoios atribuídos o foram com isenção e de acordo com a legislação aplicável», e o Governo, através do Departamento de Apoio ao Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego, «exerceu o controlo técnico-pedagógico» das acções de formação da UGT. Uma opinião do PSD rejeitada pelas restantes forças políticas, que votaram contra o Relatório. O costume, nas comissões de inquérito dominadas pela maioria,

Mais papista que o Papa Produtores de arroz querem um Governo que defenda o País

«Os orizicultores e os agricultores portugueses em geral têm a desdita de ter um ministro da Agricultura e um Governo mais papistas que o Papa.» Assim começa uma nota, divulgada quinta-feira, pela Associação Portuguesa dos Orizicultores (APOR), que se insurge contra a falta de apoios ao sector, em contraste com o que faz nos outros países europeus e mesmo nos Estados Unidos, mesmo que tal contrarie acordos internacionais recentemente firmados como o GATT.

Segundo a APOR, «depois de os governos da União Europeia (com a excepção do de Portugal) apoiarem os seus agricultores encapotadamente com taxas de juros do crédito agrícola baixíssimas e preços dos factores de produção muito inferiores aos praticados em Portugal, descobriu-se agora que o Governo americano, ao contrário do que fizera crer nas recentes negociações do GATT (onde

vingaram os seus pontos de vista), subsidiava escandalosamente os seus agricultores com milhões de dólares em crédito malparado, emprestando dinheiro com juros que à partida não tem intenção de cobrar».

No comunicado, intitulado «Para quando um ministro da Agricultura que defenda Portugal?», a APOR pergunta: «Afinal que mais é necessário para que o senhor engenheiro Arlindo Cunha, de uma vez por todas, e finalmente, decida ser o ministro dos agricultores portugueses e nos proporcione taxas de juro de crédito agrícola e preços dos factores de produção iguais aos dos nossos colegas da União Europeia?»

E a associação conclui: «É que depois dos acordos do GATT recentemente assinados, somos os únicos agricultores da União Europeia que não temos um ministro da Agricultura que nos defenda.»